

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA:
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

ÉRICA SANTOS DINIZ

**TRABALHO DOMÉSTICO OU TRABALHO DOMESTICADO?
UMA QUESTÃO PARA PENSAR O COTIDIANO DA MULHER-
MÃE-DO LAR**

**Linha de Pesquisa: Subjetividade, Política, Trabalho e Exclusão
Social.**

NITERÓI

2014

ÉRICA SANTOS DINIZ

TRABALHO DOMÉSTICO OU TRABALHO DOMESTICADO?
UMA QUESTÃO PARA PENSAR O COTIDIANO DA MULHER-
MÃE-DO LAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de Concentração: Estudos da Subjetividade.

Linha de Pesquisa: Subjetividade, Política, Trabalho e Exclusão Social.

ORIENTADORA:

PROFESSORA DRA. CLAUDIA OSORIO DA SILVA

CO-ORIENTADOR:

PROFESSOR DR. MARCELO SANTANA FERREIRA

NITERÓI

2014

Ficha Catalográfica Elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

D584 Diniz, Érica Santos.

Trabalho doméstico ou trabalho domesticado? : uma questão para pensar o cotidiano da mulher-mãe-do lar / Érica Santos Diniz. Niterói, 2014.

108 f.

Orientador: Claudia Osorio da Silva.

Coorientador: Marcelo Santana Ferreira.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, 2014.

Bibliografia: f. 102-108.

1. Trabalho feminino. 2. Trabalho doméstico. 2. Rainha do lar. 3. Mulheres. 4. Mídia. I. Silva, Claudia Osorio da. II. Ferreira, Marcelo Santana. III. Universidade Federal Fluminense. Departamento de Psicologia. IV. Título.

CDD 331.4

ÉRICA SANTOS DINIZ

**TRABALHO DOMÉSTICO OU TRABALHO DOMESTICADO?
UMA QUESTÃO PARA PENSAR O COTIDIANO DA MULHER-MÃE-DO LAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de Concentração: Estudos da Subjetividade.

Linha de Pesquisa: Subjetividade, Política e Exclução Social.

APROVADO EM ____ DE _____ DE 2014.

BANCA EXAMINADORA

PROFESSORA DOUTORA CLAUDIA OSORIO DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROFESSOR DOUTOR MARCELO SANTANA FERREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROFESSORA DOUTORA MARCIA MORAES
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROFESSORA DOUTORA LUCIA ROTENBERG
INSTITUTO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

AGRADECIMENTOS

À Eliana Schueler Reis, Wanilda Vizeu Ferreira, Wecyani de Farias Nascimento, Claudia Corbisier, Luciana Pinheiro, Renata Guida Ciótola, Fernanda de Paula, Prislá Magalhães, Fernanda Glória Bruno e tantas mulheres que conheci ao longo da minha vida profissional; sobretudo, no Instituto Municipal Philippe Pinel. Cada qual do seu jeito, elas me ensinaram a escolher os caminhos que poderia, queria, deveria, não deveria seguir. Percorrer por um significava abrir mão de outros tantos. Difícil abrir mão, difícil deparar-se com o novo, desbravar aquilo que só podia saber se caminhasse. O caminho se faz caminhando; é meio óbvio, mas a ingenuidade que conservo comigo constantemente me remete a este ponto: caminhe, não desista, insista. Pode ser leve, pode ser pesado, pode ter sons de passarinhos, pode ter escuridão, silêncios. Esta dissertação é fruto de muitos caminhos percorridos e não percorridos. Muito trabalho. Muitas escolhas difíceis de sustentar. Perdas quase insuportáveis. Quedas, vontade de desistir, lágrimas – essas foram muitas. Mas descobri que penso chorando, que me defronto e confronto com o que é mais difícil e não desisto. Insisto. Este é o meu caminhar.

À minha orientadora, Claudia Osorio da Silva. Obrigada pelo seu sorriso – sua marca registrada. Diz muitas coisas e foi bom poder acompanhá-lo ao longo de alguns anos. Pelo acolhimento, pelas aulas conceituais e pelas aulas da vida; pelas discussões, pelos encontros nos desencontros, por sustentar comigo as minhas possibilidades de produzir.

À querida Marcia Moraes e aos “queridos da querida”. Manhãs de quartas maravilhosas na UFF. Sons de cigarras, vento de deleite, turbilhões de conceitos, leveza contagiante que vem desta mulher. Na companhia de Maria Aparecida dos Santos, Luciana Franco, Luiza Teles, Maria Rita Campello, Cris Kinijnik, Cris Beremekamp, Marília Thoscan, Gustavo Cruz Ferraz, Talita Tibola e Eleonora Prestello. Vocês são os cérebros ambulantes maravilhosos que me ajudaram muito no meu caminhar.

Às mulheres-mães-*do lar* do Colégio Marília Mattoso, em Nitéroí. Obrigada pelas trocas, pela confiança em dividir comigo aflições diárias que se colocam no caminhar

com os filhos, com o casamento, com a escola e com os enfrentamentos para marcar um espaço para si mesmas. Destaco Ana Lúcia Lopes Velasco, Gisela Diz e Karine.

Ao professor Marcelo Santana Ferreira. Obrigada pela porta aberta, pela escuta fluente e pela aposta em possibilidades minhas que não enxergava.

Aos professores Hélder Muniz, Milton Athayde, Jussara Brito e aos colegas de turma nas aulas da UERJ. Obrigada pelas trocas construídas entre o prescrito e o real do tornar-se pesquisadora com um olhar possibilitado pela Clínica da Atividade.

À minha turma de mestrado e doutorado da UFF de 2011. Pelas trocas, pelo tato, contato, contágio. Destaco um especial abraço aos queridos Bianca Bayão Barboza, Bianca Cirillo, Monalisa Barros, Bruna Pinto, Joseane Tavares, Elton Silva Ribeiro, Veridiana Chiatto, Janaína Marins, Maria Geni, Rogeria Bernardes e Leonardo Pecoraro Costa.

Ao apoio maravilhoso da amiga Claudia Geraldo Nemer. Sem palavras para agradecer. Você é um laço de esperança para o meu novo caminhar.

Às queridas comadres Fernanda Vecchi de Carvalho Alzuguir e Valéria Destéfani. Mulheres de fibra, desbravadoras, de pulso firme e que estão sempre presentes em minha vida.

Às amigas especiais Marcia Regina Costa (que agora é mãe das lindas gêmeas Martina e Larissa), Raquel Siqueira, Marina de Azevedo Morato, Vanusa Guimarães, Bianca Gama de Castro Alves, Natalie Michele, Leticia Rafaela Rossignoli, Silvana Boechat. Tangenciamentos importantíssimos para me manter firme em meus objetivos.

À amada Clerimary Moura Trindade dos Santos. Que ao longo de seis anos juntas é empregada, diarista, faxineira, mãe, avó, tia, professora, amiga, terapeuta, irmã; enfim, mulher de verdade.

Aos meus pais, Maria do Carmo e Norival. Pelas lutas na vida e que foram muitas. Obrigada pelos estudos pagos com sacrifício, pelo teto, pela cama, pelas roupas, pelos calçados, pelo alimento, pelos passeios, pelas brigas, pelo carinho e por tudo o mais que não dá pra descrever.

Aos meus irmãos, Alex e Gustavo. Obrigada por comporem comigo a minha vida, que ainda vai andar muito e que precisamos juntos continuar crescendo. Amo vocês.

Às minhas lindas flores, Maria Mariana e Isabela, que desabrocham todos os dias, ajudam-me a descobrir e a vencer os desafios de ser mãe. Obrigada por todo o apoio.

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

À Deus, por fim e acima de tudo.

À minha Rainha e a mãe dela, minha vó Zefinha.

Às minhas filhas Maria Mariana e Isabela.

*Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito
debaixo do céu.*

*Há tempo de nascer, e tempo de morrer; tempo de plantar, e tempo de
arrancar o que se plantou; tempo de matar, e tempo de curar; tempo de derri-
bar, e tempo de edificar; tempo de chorar, e tempo de rir; tempo de prantear, e*

tempo de saltar; tempo de espalhar pedras, e tempo de ajuntar pedras; tempo de abraçar, e tempo de afastar-se de abraçar; tempo de buscar, e tempo de perder; tempo de guardar, e tempo de lançar fora; tempo de rasgar, e tempo de coser; tempo de estar calado, e tempo de falar; tempo de amar, e tempo de odiar; tempo de guerra, e tempo de paz.

Que proveito tem o trabalhador naquilo em que trabalha?

Tenho visto o trabalho que Deus deu aos filhos dos homens, para com ele os exercitar. Tudo fez formoso em seu tempo; também pôs o mundo no coração do homem, sem que este possa descobrir a obra que Deus fez desde o princípio até ao fim.

Já tenho entendido que não há coisa melhor para eles do que alegrar-se e fazerem bem na sua vida; e também que todo o homem coma e beba, e goze do bem de todo o seu trabalho; isto é um dom de Deus. Eu sei que tudo quanto Deus faz durará eternamente; nada se lhe deve acrescentar, e nada se lhe deve tirar; e isto faz Deus para que haja temor diante dele. O que é, já foi; e o que há de ser, também já foi; e Deus pede conta do que passou. Vi mais debaixo do sol: no lugar do juízo, impiedade, e no lugar da justiça, iniquidade. Eu disse no meu coração: Deus julgará o justo e o ímpio; porque há um tempo para todo o propósito e para toda a obra. Disse eu no meu coração: é por causa dos filhos dos homens, para que Deus possa prová-los, e eles possam ver que são em si mesmos como os animais.

Porque o que sucede aos filhos dos homens, isso mesmo também sucede aos animais, e lhes sucede a mesma coisa; como morre um, assim morre o outro; e todos têm o mesmo fôlego; e a vantagem dos homens sobre os animais não é nenhuma, porque todos são vaidade. Todos vão para um lugar; todos são pó, e todos ao pó tornarão.

Quem sabe que o fôlego do homem vai para cima, e que o fôlego dos animais vai para baixo da terra?

Assim que tenho visto que não há coisa melhor do que alegrar-se o homem nas suas obras, porque essa é a sua porção; pois quem o fará voltar para ver o que será depois dele?

Eclesiastes, 3:1-22

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo dar visibilidade ao trabalho doméstico realizado no âmbito privado pela mulher – sobretudo aquela que é mãe e tem filhos pequenos – e afirmá-lo como um trabalho. A metodologia utilizada para este estudo foi a revisão bibliográfica do tema. Percebemos os efeitos de alguns discursos que se articulam nas relações entre homens, mulheres, crianças, moralismo religioso e trabalho foram acompanhados e analisados por noções de relações de poder, normalidade e normalização. Acompanhando autores que analisam materiais da mídia, tomamos alguns desses materiais para dar articulação a elementos discursivos e não discursivos presentes nos enunciados: as revistas femininas dos anos 1950 (Querida, Jornal das Moças, O Cruzeiro), o Jornal A razão e a Tribuna Metalúrgica e as historinhas quadrinizadas da Turma da Mônica de Maurício de Souza. Nesta revisão encontramos uma personagem histórica – a Rainha do Lar – a qual demos destaque, problematizando e constatando certas práticas sutis, enredadas em um jogo de tornar visíveis e invisíveis mecanismos aos quais estamos sujeitos. Concluimos que o trabalho doméstico realizado por mulheres-mães-*do lar* faz funcionar a máquina do Estado, a desqualificação e a falta de reconhecimento deste trabalho. Aproxima-se da naturalização de certos efeitos do poder visíveis na contemporaneidade, nas mulheres ganhando espaço na vida pública, ainda com uma jornada de trabalho maior que a dos homens. Ao fim do percurso deste trabalho fica evidente que o tema não foi esgotado e precisa de aprofundamento para ganhar visibilidade, como forma de resistência necessária como estratégia de vida.

Palavras-chave: trabalho doméstico – Rainha do Lar – dispositivo – mídia.

ABSTRACT

The purpose of the present study is to give visibility to the household work that is accomplished in a private ambit by the woman – above all who is a mother and has got young children – and affirm it as a job/work. The methodology that has been used for this study was a bibliographic review of the topic. We have noticed the effects of some discourses that are articulated at the relationships between men, women, children, religious moralism and work which were followed and analyzed by notions of relations of power, normality and normalization. Following authors who analyze media materials we used some of these materials to articulate non-discursive and discursive elements presents in the statement: female magazines of the 1950s (Querida, Jornal das Moças, O Cruzeiro), the newspapers A razão and Tribuna Metalúrgica and the comics of Turma da Mônica of Maurício de Souza. In this review we found a historical personage – the Household Queen – to whom we have given spotlight, questioning and finding certain subtle practices, entangled in a game of making visible and invisible mechanisms which we are subjected. We have conclude that the household work accomplished by *women-home-mothers* make the State machine work, the disqualification and the lack of recognition of this job. It is closer of the naturalization of certain visible effects of power at contemporaneity, by women gaining space in public life, even though still with a longer working journey than those of men. At the end of the course of this research it is evident that the subject was not exhausted and needs further development to gain visibility as a form of resistance required as a life strategy.

Key words: household work, Household Queen, apparatus, media.

Sumário	Pág.
Introdução	12
Capítulo I – Trabalho reprodutivo e produtivo	22
1.1 - Trabalho Doméstico ou Afazeres Domésticos?	22
1.2 - Embates na história recente do Brasil	25
1.3 - Os movimentos feministas no Brasil	31
Capítulo II – Anjo, Rainha ou Madre?	39
2.1 - Mulheres e a norma: cerceamento de ações?	40
2.2 - A Domesticação da mulher: a produção da Santa-Mãezinha	43
2.3 - O Discurso Médico e a formação das mentalidades	49
2.4 - A sexualidade encerrada na família burguesa moderna	57
Capítulo III – A Rainha do Lar, a mídia e os efeitos das relações de poder	65
3.1 - As Mulheres da Classe Média Brasileira nos Anos 1950: a Rainha do Lar	65
3.2 - A naturalização do feminino no cotidiano: práticas discursivas e não discursivas nas relações de poder na mídia	80
3.3 - Histórias em quadrinhos como vetor de subjetivação	86
3.4 - Quadrinhos como dispositivo de controle da sexualidade feminina	94
Considerações Finais	99
Referências Bibliográficas	102

Introdução

A opção da autora por ingressar no Mestrado se vinculou a uma inquietação vivenciada ao longo de alguns anos. Não há como descartá-la da minha formação profissional. Elaborar uma questão que deu origem a um projeto de pesquisa acolhido pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense adveio da resistência em aceitar que o trabalho doméstico no âmbito familiar realizado pela mulher (sobretudo aquela que é mãe e possui filhos pequenos) não seja visível socialmente como um trabalho.

Minha curiosidade pelos temas mulher e trabalho doméstico foi aguçada ao constatar a existência de inúmeras mulheres que optaram, por algum motivo, deixar de trabalhar fora de casa – por abandono de suas profissões, ou mesmo por se sentirem inclinadas ao cuidado exclusivo da vida doméstica familiar – e tornaram-se *do lar*.

Frases que me acompanhavam diariamente, oriundas de amigos, familiares próximos ou mais distantes, vizinhos e mais tantas outras pessoas que, por algum motivo, participavam do meu cotidiano, geraram indagações com as quais ainda não havia entrado em contato. As frases mais comuns eram: “ah, então a senhora não tem renda própria, vou preencher aqui que a senhora é *do lar*, porque a senhora não trabalha”; “você não faz nada, só fica em casa!”; “como você conseguiu deixar de trabalhar para ficar limpando bunda de neném?”.

Afinal: – “O que é ser *do lar*”? Ao prestar mais atenção não só ao que acontecia comigo (meus sentimentos, minhas percepções a partir daquilo que vinha do outro) buscava algum tipo de ressonância em outras mulheres na mesma condição que a minha: mulheres-mães-*do lar*. O viés pensado na escolha deste trinômio é o da articulação do termo *do lar*, usualmente utilizado para denominar a mulher que opta por cuidar exclusivamente da família conferindo-lhe um título de sem trabalho e inativa economicamente. Contudo, alguns estudos apontam para a desvinculação deste termo à inatividade econômica (BRUSCHINI, 2006) e dependência da renda de outrem (ARAÚJO & SCALON, 2005). Nas Ciências Econômicas, este tema é bastante discutível apontando para fatores relacionados à inclusão ou não da renda produzida pelos serviços gerados no âmbito doméstico no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O aprofundamento deste tema não

será abordado neste estudo. Existiam outras mulheres que compartilhavam ou não deste estranhamento?

As atividades domésticas (ou afazeres domésticos) e de cuidados com a família referidas neste estudo foram pensados como: lavar, passar, cozinhar, limpar a casa, levar o(s)/a(s) filho(s)/a(s) ao colégio e/ou à(s) atividade(s) extracurriculare(s) – como natação, capoeira, curso de idiomas, balé, dentre outros; ensinar os deveres de casa, pagar contas, ir ao supermercado, orientar a empregada (caso tenha uma), organizar armários, repetir e ensinar ao(s)/a(s) filho(s)/a(s) comportamentos socialmente aceitos, dentre outros. Posteriormente, encontramos o conceito de trabalho doméstico e destacamos no capítulo primeiro.

Usualmente o termo do lar se refere àquelas mulheres que não trabalham fora, cuidam exclusivamente da casa e da família, podendo contar ou não com a ajuda de uma empregada doméstica, ou diarista, ou mesmo membros da família. Ao longo dos tempos, a nomeação *do lar* diluiu-se na sociedade brasileira e associou-se à figura da mulher dona de casa.

Dar visibilidade ao trabalho doméstico realizado no âmbito familiar por mulheres-mães-*do lar* e questionar a naturalização deste trabalho como da mulher e como um não-trabalho (porque desvinculado de uma remuneração) significou pensar a domesticação da mulher para a execução do trabalho doméstico.

Um ruído se impôs no deslocamento do tema mulher e trabalho doméstico para mulher e domesticação do trabalho doméstico da mulher. Escutar este ruído possibilitou dar outro foco à reflexão e sustentar a existência de um jogo em tornar visíveis e invisíveis certas capturas de condutas sociais e sexuais, atreladas a certos comportamentos esperados como femininos e masculinos. Estes foram naturalizados de maneira tal a circunscrever identidades de homens e mulheres. É importante frisar que a adoção do termo identidade neste estudo se vinculou ao leque de fontes bibliográficas utilizadas. O ingresso no Mestrado me aproximou de diversos autores de embasamentos teóricos diferentes dentro da vasta área e subáreas das Ciências Humanas. Percorremos um longo caminho que incluiu encontros e desencontros. Destes, pinçamos alguns fios para costurar esta dissertação.

Concordamos com Del Priore (2011), os estudos que se dedicam totalmente ou parcialmente às mulheres não têm como deixar de lado aquilo que faz parte do seu cotidiano ao longo da história:

A história das mulheres não é só delas é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos (DEL PRIORE, 2011, p. 7).

O primeiro capítulo da pesquisa buscou pensar o que significava trabalho. Na medida em que notava que as afirmações do convívio social sobre o que eu fazia eram inverossímeis – pois o que mais fazia era trabalhar – motivava-me por compreender a invisibilidade de um trabalho doméstico rotineiro executado por mulheres no âmbito privado. Para dialogar com esta perspectiva Bruschini (1994, 1998, 2000, 2006, 2007); Melo, Considera & Sabatto (2007); Araújo & Scalon (2005) contribuíram com a preocupação sobre o trabalho feminino, tanto produtivo como reprodutivo, marcando a existência de um trabalho não remunerado para mulheres, sobretudo aquelas dependentes financeiramente da renda do marido. Brito (1999, 2005); Barker (2005); Kergoat (1987, 2009, 2007); Hirata (1987, 2002); Dejours (2008); Souza-Lobo (1991) e outros, acompanham as relações de trabalho de produção e reprodução, demonstrando cada qual a sua maneira certas práticas de dominação presentes entre trabalhadores e empregadores. Ressaltam o trabalho feminino, em sua maioria, e as possibilidades de resistência para dar rumos diferentes na história. Perrot (2007); Scott (1991, 1995); Rago (1998, 1998[2006], 2011); Del Priore (2011) e Pinsky (2011) são autoras que dão ênfase à história das mulheres e suas relações com o trabalho naturalizados como femininos e de menor importância. Criticam a produção de saberes acerca da mulher e contextualizam seus respectivos períodos históricos. Haraway (1995, 2004), Nogueira (2012), Costa (2005) e Stengers (2009), inserem-se no movimento feminista de terceira onda (ou pós-feminismo) e se aliam em tornar visíveis os atravessamentos políticos na sociedade na área acadêmica, o compromisso com a marcação de um lugar para criação de mundos, no pesquisador, e o seu compromisso com a produção de conhecimento/realidade.

No capítulo segundo, os efeitos produzidos do discurso médico sobre as mulheres foram abordados, circunscritos em alguns períodos históricos. Os estereótipos sociais engendrados na relação homens, mulheres, moralismo religioso, discurso médico, trabalho e os efeitos sobre a produção de mulheres modelos ideais: *a Santa-Mãezinha, a Madre, a Rainha do Lar*, bem como seus opostos. A leitura de autores como Canguilhem (1990), foi importante para entender como se deu a padronização na criação de regras para capturar a normalidade e reforçar o seu opos-

to, o anormal, o fora da norma (as mulheres desviadas, as malditas, as levianas, doentes e outras). Foucault (1999, 2000, 2004, 2006, 2010) foi uma aproximação feliz no entendimento dos jogos de poder e saber. Escapar aos rótulos totalizantes, mesmo que estes sejam para criar outros e novamente recriá-los, percebemos como parte de uma engrenagem. As sutilezas deste processo vão paulatinamente sendo apresentadas e a autora Del Priore (1995) nos auxiliou para localizarmos na história certas produções modelares ideais de mulher.

O terceiro capítulo foi tecido a partir do meu encontro com a personagem Rainha do Lar. A autora Pinsky (2011) mostrou a relação entre a mídia (algumas revistas e jornais) dos Anos Dourados, dirigida ao público feminino da classe média e afetos femininos, o modo como se comportar diante da sociedade e dos homens em especial. Com Gastaldo (2008) analisamos os anúncios publicitários como condutor para homens e mulheres e seu uso como instrumentos de poder importantes na produção de subjetividade. O mundo quadrinizado de Maurício de Souza, a publicação de tirinhas em quadrinhos com mensagens padronizando a mulher, se encontra neste capítulo problematizado com autores como Cardim (2010), Spink & Spink (2006), Foucault (2008). A naturalização como efeito de práticas cotidianas, a manutenção de um comportamento e pensamento naturalizado decorre de aspectos que se mantêm no dia-a-dia juntos, associados. Foucault (2008) instrumentaliza a compreensão desta engrenagem a partir dos elementos discursivos e não discursivos presentes nos enunciados. Com os autores Cardim (2010) e Santana (2005) evidenciamos a dificuldade de encontrar historinhas onde a mulher que é mãe, do lar, desvinculada do trabalho doméstico, e elaboramos como acontece a sustentação da produção de verdades naturalizadas na sociedade. Uma história social, a qual apresenta repetições, mas também rupturas, resistência, indicadores de mudanças e possibilidade de transformação.

Para a construção-elaboração do argumento, o qual servirá de fio condutor para o nosso estudo, elegemos uma personagem que será analisada através de alguns períodos da história: esta personagem é a mulher. A mulher comum, do nosso cotidiano, que passa por nós todos os dias. Ora acompanhada, ora sozinha, esta personagem pode ser a nossa mãe, nossa companheira, nossa vizinha, nossa avó. Reconhecemos nestas mulheres algo de comum para-além da sua biologia e que as nomeia socialmente, apesar das diferenças em seus modos de ser e existir.

A questão que move essa dissertação *Trabalho doméstico ou trabalho domesticado? Uma questão para pensar o cotidiano da mulher-mãe-do-lar* se baseia na constatação de que muitas mulheres dedicadas aos afazeres domésticos – que incluem uma ampla gama de atividades realizadas para a reprodução – não possuem renda própria e são identificadas socialmente por exclusão da produção de capital. O trabalho que realizam é destituído de geração de renda equivalente, conferindo-lhe uma posição marginal na sociedade.

O objeto de estudo se circunscreve em torno de figuras de mulheres tidas como modelos em determinados contextos históricos; como as relações de poder se configuraram na sociedade brasileira ao longo do tempo, na atualidade, a mulher, que é mãe, esposa e *do lar* (dona de casa) comparece como sujeito de menor importância para o tecido social ou ao menos como tendo um destino já traçado desde o nascimento. A dissertação vai gravitar em torno disso. Partindo de tipos de mulheres erigidas como tipos ideais, figuras modelares em diferentes contextos históricos, elegemos uma personagem que há muito poucos anos era uma figura feminina considerada glamorosa.

A personagem da qual falamos é a Rainha do Lar (PINSKY, 2011; RAGO, 2011). Nasceu no Brasil com tal alcunha, em 1950, como veremos mais adiante. Uma mulher, que atualmente não é mais rainha, é reconhecida como a *dona de casa*. O que nos interessa problematizar a partir desta personagem é a invisibilidade do trabalho doméstico realizado pela mulher no âmbito familiar. Mais que isso, trata-se de problematizar a naturalização deste trabalho como da mulher (seja ela a dona da casa ou não). Embora com muito menos glamour, como na época em que surgiu o termo no Brasil, a locução adjetiva *do lar* referida à mulher ainda insiste. Circunscreve uma série de imagens e sentidos, com os quais se aglutinam saberes e verdades acerca da mulher que cuida dos filhos, do marido, da casa e dela mesma.

Pretendemos pensar a tensão existente nas relações que são colocadas em cena quando surgem diversos discursos a respeito daquilo que deve ou não fazer a mulher, os ditames sociais que se impõem a partir de uma figura idealizada socialmente. Para compor este cenário, abordaremos modelos de mulheres ligadas, cada qual, a um contexto histórico específico. Dentre estas mulheres-modelos, citamos: o Anjo do Lar, a Santa-Mãezinha, a Madre, a Rainha do Lar, a Mulher-mãe-

do lar (ou a Dona de Casa). Situiremos algumas pontuações sobre termos que se colaram a sua figura.

Proponho uma reflexão acerca da produção de uma naturalização e fixação de um lugar rígido para esta mulher-mãe-*do lar*. De certo modo, ao ser invisibilizada socialmente, esta mulher causa certo mal-estar quando se anuncia dependente economicamente da renda do marido. Atualmente, vigoram diferentes cenários por onde circulam diferentes tipos de mulheres, as quais criam modos de relacionar a maternidade e o trabalho dentro ou fora de casa, escapando de um ideal outrora existente. O suposto glamour que antes a acompanhava como mulher respeitada pela sociedade por sua condição *do lar*; na atualidade, a mesma condição acopla signos de menos valia, desqualificantes, como “desocupada”, “à toa”, ou “disponível”, devido ao “tempo livre” pela ausência de um emprego.

A invisibilidade do trabalho doméstico realizado pelas mulheres no âmbito privado – ressaltada em nosso estudo pelo da mulher-mãe-*do lar* – aponta para algo que se mantém nas relações cotidianas: modos de subjetivação que tangenciam certa fixação, certa cristalização em um modo de ser e existir, o qual se organiza em um lugar social de pouca variação, pouca possibilidade de protagonismo. Grandes avanços ocorridos na história brasileira, onde a mulher não se restringe ao mundo privado, podendo eleger e eleger-se como protagonistas no mundo público, chama nossa atenção à presença e manutenção da naturalização do trabalho doméstico como da mulher. Reportada, evocada, referida na atualidade pela dedicação ao cuidado do lar e da família.

Para fazer essa discussão sobre o feminino na atualidade – costurando com alguns conceitos foucaultianos que são discutidos ao longo do capítulo dois e três – escolhemos como dispositivo as historinhas quadrinizadas de Maurício de Sousa, a Turma da Mônica, em sua versão tradicional. A versão tradicional dos quadrinhos da Turma da Mônica é a mesma que a versão original, isto é, são os personagens de Maurício de Souza, criados na década de 1950, na forma mirim. Atualmente, existem publicações das histórias em quadrinhos do autor na versão Turma da Mônica Jovem – quadrinhos em Mangá – lançada originalmente em 2008 e na versão Graphic Novels, criada em 2012. O exemplo das historinhas quadrinizadas de Maurício de Souza aponta que, nestas historinhas, a mulher que é a mãe comparece com um figurino bem demarcado, imutável, do qual frequentemente faz parte o avental.

Segundo a definição do Dicionário Aurélio “mitificar é converter em mito; tornar mítico” (FERREIRA, 2010, p. 1405); isto é, tornar algo a partir de uma narração, ou da criação de um personagem com um “caráter fabuloso, ou que é aceito como verdadeiro por força da tradição” (idem). No caso do nosso estudo este encontro se deu a partir da necessidade de compreensão do termo *do lar*. Endereçadas às mulheres da classe média, a imagem de uma mulher perfeita, ideal e indispensável ao cuidado e zelo da casa, do marido e dos filhos – sua família – circulava pelas páginas de algumas revistas femininas. Nutrindo e sendo nutrida, em uma espécie de jogo, uma imagem de mulher ideal circulava montada nas letras, nas palavras, nos discursos dos artigos, colunas e anúncios publicitários daquelas revistas.

Esta imagem de mulher a que nos referirmos diz respeito a uma tentativa de padronização do comportamento reforçada nas publicações de revistas dirigidas ao público feminino. Difundidas nos meios de comunicação ao longo da década de 1950, no Brasil, destinadas às mulheres das classes alta e média daquela época, vimos reforçadas a imagem de uma mulher ideal. A Rainha do Lar reunia uma série de características necessárias ao cuidado e manutenção da família e do ambiente doméstico. Os valores e condutas sociais estáveis, prescritas nestas revistas – tipo de mídia amplamente consumida pelas mulheres da classe burguesa – orientou-nos na observação da construção e do reforço de uma identidade feminina. O formato destas revistas incluía uma presença maciça de anúncios de produtos variados, os quais ocupavam quase toda a totalidade das páginas. Discursos e imagens (como as propagandas de produtos domésticos, por exemplo) reforçavam comportamentos, prescreviam hábitos e condutas.

O que nos interessa também ressaltar é o fomento a uma atmosfera de consumo. Consumo este que não diz respeito somente ao consumo material propriamente dito dos produtos anunciados, mas certo engendramento de uma padronização de comportamentos e protocolos a serem cumpridos por homens e mulheres. Em nosso estudo, o acento recai sobre a mulher. Inserida em diferentes cenários, buscamos alguma conexão nos discursos da imprensa e que será referida pela palavra mídia. Um caminho eleito foi apontar, através de citações da imprensa dos sindicatos (Jornal A Razão e a Tribuna Metalúrgica) e de algumas revistas (Jornal das Moças e O Cruzeiro) utilizadas por autoras consultadas para fazer dialogar com as figuras idealizadas de mulher.

As autoras Rago, 2011; Pinsky, 2011; Santos, 2011; Souza-Lobo, 1991, e tantas outras foram encontradas nesta pesquisa na medida em que os fios que compuseram a escrita foram se delineando. Assim, tal como as discussões introduzidas ganharam relevo, a forma de dialogar com a fonte de pesquisa manteve um desenho próximo ao utilizado pelas autoras. No primeiro ano do mestrado, momento dedicado à pesquisa bibliográfica, a inquietação pela compreensão do termo do lar possibilitou descortinar um cenário com a presença marcante de imagens de mulheres donas de casa, mulheres trabalhadoras e seus contextos de inserção, referidos em trechos de notícias de jornais, colunas e revistas usadas em nestes estudos. Nesta revisão encontramos uma personagem histórica – a Rainha do Lar – a qual demos destaque, problematizando e constatando certas práticas sutis, enredadas em um jogo de tornar visíveis e invisíveis mecanismos aos quais estamos sujeitos. Inspiramo-nos nessa maneira em que as autoras construíram seus estudos, recorrendo a utilização destes meios de comunicação de relevância na época. As histórias em quadrinhos de Maurício de Souza participam em diálogo no estudo por encontrarmos uma conexão, certa ressonância entre a Rainha do Lar e as personagens-mãe das histórias da Turma da Mônica. O estudo de Cardim (2010) e Santana (2005) surgiram a partir deste interesse.

Durante a construção do meu mestrado, lendo Virgínia Wolf (1942) – nascida em 1882 e falecida em 1941 – fiquei envolvida com alguns episódios do texto, quando, em um momento, Virgínia conta que é convidada para dar uma palestra somente para mulheres sobre suas experiências profissionais. Relata parte do percurso que a levou tornar-se escritora. Esta sempre fora sua profissão, explica. Sinaliza que somente a partir deste lugar é que poderia falar para aquelas mulheres. Assim, inicia contando sobre os primeiros movimentos que precisou fazer para se tornar uma “escritora profissional” – uma mulher que receberia um determinado valor em dinheiro para fazer aquilo que mais gostava: escrever. O ato de escrever não perturbava a paz do lar, era considerado um ato inofensivo e custava pouco dinheiro para executá-lo, como explica: “Não se retirava nada do orçamento familiar. (...) Claro que foi por causa do preço baixo do papel que as mulheres deram certo como escritoras, antes de dar certo nas outras profissões” (WOLF, 2012, p. 10).

Seguindo com sua experiência a respeito de tornar-se profissional da escrita, situa aquelas mulheres que lhe escutavam em seus conflitos e pensamentos – particularidades da sua vida – acreditando ser este o caminho para contribuir com

algo de importante para a vida profissional daquelas mulheres. E conta que logo de cara uma questão se colocou para ela. Precisava estar comprometida com aquilo que escrevia, com aquilo que falava. Precisava ter uma escrita crítica para ser uma profissional da escrita. Podia concordar, mas também podia discordar. E como faria para dizer o que pensava, falar sobre o que sentia, discordar ou não de algo, se ao longo de sua vida aprendera a ser comportada, uma boa moça, uma moça de família? A resposta dela a essa situação era trágica, mas necessária. Virgínia Wolf conta que precisava matar, aniquilar o Anjo do Lar – nome que deu para o fantasma dessa mulher que a assombrava.

Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. Se o almoço era frango, ela ficava com o pé; se havia ar encanado, era ali que ia se sentar – em suma, seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura. Sua pureza era tida como sua maior beleza – enrubescer era seu grande encanto (WOLF, 2012, p. 12).

O Anjo do Lar cochichava em seus ouvidos enquanto escrevia, dizendo que não podia falar sobre seus afetos, sobre seus pensamentos revolucionários. Coisas que não cabiam no comportamento socialmente esperado de uma mulher naquela época. E se perguntava como ela, Virgínia, conseguiria escrever se ficasse travada, sem poder falar dos seus afetos, do que ela pensava?

Se eu não a matasse, ela é que me mataria. Arrancaria o coração de minha escrita. Pois, na hora em que pus a caneta no papel, percebi que não dá para fazer nem mesmo uma resenha sem ter opinião própria, sem dizer o que a gente pensa ser verdade nas relações humanas, na moral, no sexo. E, segundo o Anjo do Lar, as mulheres não podem tratar de nenhuma dessas questões com liberdade e franqueza; se querem se dar bem, elas precisam agradar, precisam conciliar, precisam – falando sem rodeios – mentir (WOLF, 2012, p. 13).

Muitos anos se passaram desde o texto citado de Virgínia Wolf. Contudo, o tema por ela abordado ainda é muito atual. Fala da condição de ser mulher em um mundo predominantemente masculino, das escolhas pessoais que são necessárias de serem feitas e que, de alguma maneira, estas escolhas singulares, pessoais podem servir para a vida de outras mulheres. Sabia que aquelas mulheres trabalhadoras eram muito diferentes dela: diferiam em idade, em experiências de

vida, em percursos na vida escolar, na educação recebida diferenciada pelo acesso a determinados ambientes socialmente mais privilegiados, dentre outras tantas diferenças. Mas algo da sua experiência pessoal fazia laço com aquelas outras mulheres, que escolheram ouvi-la. Arrisco-me a dizer que o fato de ser mulher e falar sobre sua experiência enquanto mulher fazia diferença. E na diferença, algo de comum foi produzido como efeito daquele discurso.

Guacira Louro (1997) diz dos seus conflitos pessoais e pensamentos na apresentação de seu livro. Ser mulher e ser professora de história para ela era quase um destino, assim como para Virgínia Wolf era o de ser escritora. Diz Guacira: “Filha de um professor universitário e de uma dona-de-casa, desde muito jovem ficou claro para mim (e para quem me cercava) que eu gostava de estudar, de ensinar e de aprender” (LOURO, 1997, p. 8).

Ambas as autoras falam do seu cotidiano, da influência das suas relações pessoais com a escolha profissional e da condição de ser mulher no meio onde viviam. Segundo Haraway (1995) esbarramos em uma perspectiva que aponta que ser mulher em uma sociedade onde predomina a universalidade do conceito a partir do homem branco, heterossexual, europeu e civilizado coloca em relevo uma perspectiva construída a partir deste lugar. A tensão se desenha a partir da constituição de lugares e desempenhos de funções sociais naturalizadas segundo diferenças biológicas entre homens e mulheres.

Parece-me que posso encaminhar pontos de convergência até o momento e que servem de disparadores para uma reflexão, talvez a perspectiva de uma ultrapassagem da biografia. As experiências cotidianas de ser mulher, marcadas por heranças de muitos anos de história das civilizações e os laços que se fazem nessas experiências individuais, pessoais, tornando-as compartilhadas e coletivas. Pesquisadora e objeto de pesquisa não são estranhos um ao outro. Não almejo neutralidade alguma. Convido para olhar como isso discorre na dissertação.

Capítulo I – Trabalho reprodutivo e produtivo

1.1 - Trabalho Doméstico ou Afazeres Domésticos?

A fim de problematizarmos a(s) distâncias ou a(s) convergência(s) entre trabalho e afazeres domésticos, fizemos um breve percurso teórico em busca de esclarecimentos a respeito deste assunto. Ressaltamos que a inclinação deste estudo se faz para uma crítica das configurações sociais (ocidentais) que naturalizaram o trabalho doméstico no interior da família como exclusivo da mulher, conferindo à execução deste trabalho uma invisibilidade.

Inicialmente apontamos que existem muitos estudos referidos ao grande tema intitulado de trabalho feminino. Com muitos trabalhos publicados sobre o tema Bruschini (1994, 1998, 2000, 2006, 2007) e Melo, Considera & Sabato (2007) são alguns exemplos daqueles que se valem dos dados produzidos por pesquisas quantitativas utilizando um viés que procura descolar a produção de um dado frio, desvinculado de uma realidade e enviesado pelos tipos de perguntas aferidas.

Assim, dentre os estudos recentes sobre o trabalho feminino, podemos ver surgir a abordagem aos afazeres domésticos enquanto atividade econômica não-remunerada, “que consome parte considerável do tempo dos que deles se ocupam – em sua maioria mulheres, donas de casa e mães de filhos pequenos” tornando-se “um trabalho não-remunerado, e não mais inatividade econômica” (BRUSCHINI, 2006, p. 351). Inclui-se sob esta mesma alcunha o trabalho executado por aposentados e estudantes.

A partir dos anos 1990, os questionários realizados pelo PNAD¹ da Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incorporaram a revisão do conceito de trabalho e já trazem em seus resultados o “novo conceito de trabalho” caracterizado pelas “condições de trabalho remunerado, sem remuneração e na produção para o próprio consumo” (BRUSCHINI, 1998, p. 288). E é este último que ficou denominado como afazeres domésticos.

Segundo a definição da PNAD, compreende-se por afazeres domésticos a realização – no domicílio de residência – de tarefas para si ou para outro(s) morador (es) tais como: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

alimentos; passar roupa; lavar roupa ou louça, utilizando ou não aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas; orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores ou de idosos e/ou parentes moradores; limpar o quintal ou terreno que circunda a residência (BRUSCHINI, 2006).²

Os movimentos feministas difundidos mundialmente contribuíram muito para dar visibilidade ao trabalho doméstico enquanto afazeres domésticos realizados no âmbito privado, em sua maioria por mulheres (BRUSCHINI, 1994, 1998, 2006, 2007; MELO, CONSIDERA & SABBATO, 2007). Estes últimos apontam para as possibilidades de uma maior variedade de inclusão das mulheres em diferentes setores de trabalho, a partir da segunda onda do feminismo³. O que não garantiu às mulheres melhores condições salariais e menos enfrentamentos nas áreas que tentaram se incluir. Contudo, as modificações sociais, as novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, decorrentes das lutas travadas pelas mulheres neste período (e em outros), não foram suficientes para desvinculá-las das funções tradicionais secularmente reportadas ao feminino.

Assim é que os autores citam:

Embora se tenha tido acesso à educação, trabalho assalariado, participação social e política, como Janus, as mulheres têm uma face voltada para o lar e a outra para a rua, num grande esforço de sobrevivência, num tempo de ruptura com um código milenar (MELO, CONSIDERA & SABBATO, 2007, p. 436)⁴.

Brito (1999) analisa que, em decorrência da exclusão histórica das mulheres do âmbito público e produtivo, não é de se estranhar que ainda permaneçam vincu-

² A autora revela em seus estudos caminhos de longa militância para o alcance destas modificações. Atentos a isto pensamos um questionamento neste ponto: seria possível acrescentar outras tarefas nesta definição abarcando outros aspectos do trabalho doméstico?

³ A segunda onda do movimento feminista se circunscreve com certa hegemonia do início dos anos 1970 até meados de 1980. Este tema será exposto adiante, no tópico 1.3.

⁴ Para fins de esclarecimento, a palavra Janus (latim), refere-se a um deus que, segundo alguns estudiosos da mitologia, está relacionado ao movimento. Cuida das entradas e saídas, sendo representado por uma imagem de duas cabeças. Cada uma delas está virada para um lado, devido sua função de guardar as entradas e saídas, as portas da casa.

lações da função reprodutiva⁵ e da realização dos afazeres domésticos às mulheres, ambas realizadas no ambiente privado.

Esta exclusão manifesta-se ao longo da vida na descontinuidade de itinerário profissional, na falta de acesso às atividades mais valorizadas e criativas e às modernas tecnologias e nos vínculos precários, como trabalho a domicílio, subcontratação e jornadas parciais. O domínio do trabalho remunerado tem-se configurado continuamente como masculino, ficando o não remunerado destinado às mulheres (BRITO, 1999, p. 23).

No Brasil, os resquícios da condição subalterna da mulher e da sua vinculação ao trabalho doméstico contribuem para a relação de exploração deste tipo de trabalho. Adentrando na especificidade do trabalho doméstico executado nas residências e que é realizado em sua maioria por mulheres, estas são tidas como mão-de-obra desqualificada, que justificam os baixos salários e a falta de direitos garantidos por lei aos trabalhadores de outras áreas⁶. A condição da mulher em desvantagem no mundo do trabalho se resalta quando se coloca uma lupa sobre esse “exército de mulheres pobres” que possibilitam “que a prestação pelas mulheres dos serviços domésticos não seja interrompida e continue sobre os ombros femininos, mesmo na ausência da mãe/esposa no lar” (MELO, CONSIDERA & SABBATO, 2007, p. 437).

Pesquisadores das áreas das Ciências Econômicas e Sociologia, sobretudo, dão visibilidade à execução dos afazeres domésticos ou trabalho doméstico como um trabalho propriamente dito, mesmo que sem renda gerada diretamente pela sua

⁵ Existe uma distinção entre atividades (ou trabalho) de reprodução e produção. A primeira diz respeito àqueles serviços gerados no ambiente doméstico, na moradia da própria família, para o consumo próprio da família, sem geração de renda. O segundo se refere ao que gera produto que diretamente serve à relação capitalista; ou seja, gera dinheiro de forma direta. Entretanto, as atividades (ou trabalho) de reprodução e os serviços gerados por elas, também compõem a engrenagem capitalista. Dentro do modo de funcionamento capitalista, estas atividades garantem a manutenção da grande massa de trabalhadores (as) que se dirigem “ao mundo do trabalho assalariado, bem como a reprodução de futuros trabalhadores/as que acabam por se constituir enquanto força de trabalho disponível para o capital” (PENA, citado em NOGUEIRA, 2010, p. 59).

⁶A Emenda Constitucional 72, promulgada pelo Congresso Nacional em abril de 2013, estendeu aos empregados domésticos direitos que até então somente eram garantidos a outros trabalhadores. Conquistas recentes, os trabalhadores domésticos contam com alterações em sua legislação trabalhista, que incluem a adoção de jornada de trabalho de 8 horas diárias, pagamento de horas-extras, benefício por acidente de trabalho. Embora garantidas por lei, ajustes delicados são necessários para a implementação desta Emenda. O seguro-desemprego e o direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ainda não foram conquistados por esta classe de trabalhadores. Necessitam de arranjos com seus empregadores e de vontade política para a sua execução. Para esta e outras informações específicas sobre a legislação do trabalho doméstico, ver <http://www.domesticalegal.com.br>, acessado em 11/11/2012; http://www.mte.gov.br/trab_domestico, acessado em 29/05/2013.

execução⁷. Desenvolvem debates pleiteando a inserção dos serviços gerados pela execução deste trabalho na contabilização do Produto Interno Bruto do país como um ponto de destaque, como veremos a seguir.

1.2 - Embates na história recente do Brasil

Os autores Melo, Considera & Sabbato (2007) ressaltam os resultados estatísticos econômicos, demográficos e sociais originários das PNADs para aludirem também a invisibilidade da realização dos afazeres domésticos, apontando sua exclusão no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo eles, apesar da relevância dessas atividades no âmbito privado (interior dos lares) para a manutenção do bem-estar em sociedade e da reprodução da vida, os “serviços gerados na execução dos afazeres domésticos, por não estarem associados a uma geração equivalente de renda, são ignorados pela teoria econômica que não os valora e não contabiliza no Produto Interno Bruto (PIB) dos países” (MELO, CONSIDERA & SABBATO, 2007, p. 435).

Na pesquisa da literatura acadêmica dos estudos que se dedicam a analisar as particularidades do trabalho feminino e seus possíveis desdobramentos, encontramos diversas alusões ao vínculo das mulheres ao ambiente doméstico, privado⁸. O espaço privado figura como uma espécie de destino da mulher.

⁷ É importante não deixarmos de lado o vasto campo que originou e de onde derivaram muitas discussões acerca da divisão sexual do trabalho. A antropologia e sociologia francesas se aprofundam neste tema. O conceito surgiu no movimento de segunda onda do feminismo e apresenta uma grande lacuna de investigação teórica. O tema trabalho doméstico se encontra dentro deste campo. Em nosso estudo, escolhemos trilhar um caminho que não enfatizou este conceito; contudo, ressaltamos que a possibilidade em tornar visível a invisibilidade do trabalho doméstico foi possibilitada a partir deste movimento. Acompanhar o trabalho doméstico como uma atribuição feminina parece indicar que este é um problema gerado pelas mulheres e que deve ser resolvido pelas mulheres. Assim, é fundamental movimentar discussões acerca de certa fixidez, ainda que acompanhadas de um movimento gerado pelas mudanças atuais. Este foi um ponto discutido na defesa da dissertação e que deve ser levado em consideração para desenvolvimento posterior. Agradeço a presença da professora Lucia Rotenberg e de sua delicada intervenção.

⁸ Além dos citados até aqui, podemos incluir: ALVES & PITANGUY (1985); HIRATA (1987, 2002); FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL & CHABAUD (1987); SOUZA-LOBO (1991); PERROT (2007); LOURO (1997); MARUANI & HIRATA (2003); BRITO & OLIVEIRA (1997); NEVES (1999); BRITO (1999, 2005); BRITO, ATHAYDE & NEVES (2003); BARKER (2005); ARAÚJO & SCALON (2005); NEVES (2006); ARAÚJO (2006); SORJ, FONTES & MACHADO (2007); KERGOAT & HIRATA (2007); KERGOAT (1987, 2009); FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL (2009); DEJOURS (2008); SCHWARTZ (2011); RAGO (2011); PINSKY (2011). É importante frisar que muitos outros ficarão excluídos.

Traçando uma retrospectiva em relação à posição social da mulher e do homem na história das sociedades e das civilizações, os autores Melo, Considera & Sabbato (2007) ressaltam o destino da mulher – supostamente por sua condição biológica diferente da do homem – ao espaço privado, ao lar. O assento na maternidade e a função reprodutora da mulher dirigiram sua condição social para um segundo plano em relação ao homem. Sendo, portanto, seu destino o lar, à mulher, então, caberia à realização dos afazeres domésticos.

Os mesmos autores salientam que as mulheres pobres sempre trabalharam no espaço público e privado:

Sejam como escravas no eito ou na cidade como vendedoras ambulantes, amas-de-leite, escravas de ganho, isto no século XIX, seja como as atuais domésticas/diaristas. "As mulheres pobres foram e são presenças marcantes no mundo do trabalho ao longo de nossa história (MELO, CONSIDERA & SABBATO, 2007, p.436).

No mesmo sentido, podemos citar um estudo de Rago (2011), no qual uma de suas ressalvas recai sobre o período compreendido entre 1880 e 1930 (fins do século XIX e início do século XX). Situa-nos a autora que, após a abolição da escravidão no Brasil e com o conseqüente estímulo do governo brasileiro para a vinda de imigrantes europeus destinados a trabalharem na lavoura e na indústria, constatava-se um número maior de mão-de-obra feminina e infantil em relação ao número de trabalhadores homens nas mesmas áreas. O que não significava ganhos salariais iguais, além dos homens se valerem de estratégias para excluírem as mulheres do espaço público, tais como: não socialização das informações, desqualificação intelectual e profissional, bem como intimidação física.

A participação das mulheres como trabalhadoras informais – fora do campo e das indústrias – dava-se também de maneira exploratória. Para ajudar no aumento do orçamento doméstico, as mulheres se submetiam a longos períodos de trabalho, costurando em casa para o setor industrial.

Embora não existisse uma visibilidade para os movimentos das mulheres, estes já existiam ali mesmo, localizados nas fábricas e em outros coletivos. A produção midiática⁹ impunha normas sociais tentando aprisionar os modos de ser e viver de homens e mulheres. Contudo, também produzia seus desvios. Os discursos fe-

⁹ No caso do estudo reportado por Rago (2011), trata-se de jornais de circulação daquela época.

minista e anarquista como resistências ao discurso dominante iam se constituindo dentro das fábricas, onde as mulheres mais pobres tinham acesso.

Ainda sobre o período do século XIX, Scott (1991) também se refere à necessidade da implantação de um salário familiar reivindicado por algumas políticas sindicalistas na Europa. Embora não tenha “sido totalmente implantado e de as mulheres casadas terem continuado a procurar emprego” (SCOTT, 1991, p. 467) no ramo industrial, a classe operária elegia a mulher-esposa, não trabalhadora como “ideal de respeitabilidade da classe operária” (idem). Assim, as famílias estimulavam o trabalho das filhas nas fábricas até o casamento, conferindo-lhes um estatuto provisório, de curto prazo, para a carreira de trabalhadora. Scott (1991) mostra certa ambiguidade característica da identidade da mulher trabalhadora apontando que esta identidade não era durável, mesmo se passasse a maior parte da vida útil como trabalhadora assalariada (como era o caso da grande maioria). No dizer da autora:

A mulher trabalhadora era representada como diferente, por definição, do trabalhador masculino. Se para os homens o trabalho deveria possibilitar a independência e uma identidade pessoal, no caso das mulheres era tomado como um dever para com outros. Enquanto jovens e solteiras, o trabalho das mulheres cumpria obrigações familiares; quando casadas e mães, era tomado como um sinal de dificuldades econômicas no lar. As discussões sobre a inconveniência do trabalho remunerado para mulheres casadas eram formuladas no quadro de generalizações sobre a fisiologia e a psicologia femininas, fundindo assim as mulheres casadas com as mulheres em geral. Como resultado disso, maternidade e domesticidade eram sinônimos de feminilidade, e essas tarefas eram tomadas como identidades exclusivas e primárias, que explicavam (e das quais não derivavam) as oportunidades e os salários das mulheres no mercado do trabalho (SCOTT, 1991, p. 468).

Ganhar um estatuto de mulher trabalhadora como uma categoria à parte, estabelecendo, criando necessidades de organização em sindicatos para mulheres, trabalhos de mulheres, apartando-as dos homens reforçou e atualizou o reconhecimento das diferenças biológicas entre os sexos. Desta forma, naturalizaram-se diferenças de tratamento e condições de trabalho entre homens e mulheres, institucionalizando-se através dos discursos e das práticas políticas, a divisão sexual do trabalho. Neste movimento, justificou-se a contraposição entre trabalho de produção e trabalho de reprodução, trabalho para/de homens e trabalho para/de mulheres.

No cenário brasileiro do início do século XX, a desqualificação da mulher via atributos físicos, biológicos era recorrente. Rago (2011) afirma e demonstra que os movimentos das mulheres nas fábricas caminhavam ao lado de um discurso des-

qualificante, de menos valia, o qual justificava a permanência das mulheres no âmbito doméstico. A naturalização deste discurso era difundida nos meios de comunicação de grande circulação, como em trecho do jornal operário *A Razão*, de 29 de julho de 1919, citado pela autora:

O papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar (*A Razão*, citado por RAGO, 2011, p. 585).

O espaço privado é o lugar naturalizado como o da mulher e, em oposição, o lugar do homem é o espaço público.

Adentrando no cenário da época retratada por Rago (2011), o discurso médico biologizante fundamentava a fixação dos lugares dos homens e das mulheres, interferindo nas relações e cristalizando os discursos onde a mulher possuía um destino natural para ser mãe, viver no e para o lar e devotar seu amor ao homem, considerado como ser superior.

Com o intuito de justificar a necessidade de restrição do acesso das mulheres à esfera privada, tecia-se no discurso comum a descrição da fábrica como o local da perdição, da promiscuidade, inadequado, portanto, para as trabalhadoras, que, por sua vez, eram tidas como indefesas e passivas. Nota-se que a estratégia política direcionava as mulheres para a vida privada, restringindo-as ao ambiente doméstico. O discurso médico inserido nas elites brasileiras baseava-se em teorias eugenistas importadas da Europa e dos Estados Unidos, onde se discutia o embranquecimento da raça e o seu fortalecimento, valorizando-se a vinda de imigrantes de origem europeia. As mulheres deveriam se dedicar à maternidade, ao cuidado do marido, à criação dos filhos para formarem cidadãos amantes da pátria, disciplinados e produtivos. Caso optassem pelo trabalho fora do lar, seriam responsáveis pela destruição da família, as crianças não seriam criadas sob a vigilância necessária e, assim, debilitariam a raça.

A cultura higienista se fortalecia, impregnando e associando-se ao discurso moralista de outros setores sociais, estipulando modos de ser e viver. A propagação da imagem da mulher distinta da do homem se enredava em um discurso da norma em que havia uma essência feminina e masculina marcadamente orgânica. Aquilo que escapasse do destino biológico tomava a forma negativa por oposição ao dis-

curso dominante. O trabalho fora de casa, nas fábricas, por exemplo, era difundido como degenerado, degradado e nocivo.

Para a elite social brasileira da década de 1920, as trabalhadoras pobres – costureiras, operárias, empregadas domésticas e floristas – eram incapazes, ignorantes, irresponsáveis, com pouca ou quase nenhuma habilidade intelectual e moralmente degeneradas. Possuíam uma inclinação para um comportamento de degradação moral e para a prostituição. O discurso médico racionalista inferia o homem como mais racional que as mulheres, as quais diferiam hierarquicamente entre si de acordo com sua posição social, sendo as mais pobres mais irracionais que as mulheres das classes média e alta. Estas últimas compunham o cenário político, eram engajadas socialmente e possuíam mais acesso à vida pública.

A necessidade das mulheres burguesas se inserirem no mundo do trabalho, a fim de poderem ocupar o espaço predominantemente masculino viabilizou certa exclusão das trabalhadoras da classe popular em suas convocações, confirmando sua natureza ignorante e o seu destino genético, biológico incapacitante. Desconheciam as histórias de lutas sindicais, o engajamento das mulheres trabalhadoras nos movimentos anarquista e socialista, “as atividades dos grupos de estudo, de música ou de teatro operário que se apresentavam no Brás, no Belenzinho ou no Bom Retiro, em São Paulo” (RAGO, 2011, p. 591). Estrategicamente, mantinham as desigualdades sociais, justificando a divisão da sociedade em classes.

Souza-Lobo (1991) em estudo sobre a realidade das mulheres nos movimentos sindicais em São Paulo refere que o movimento popular das mulheres por busca de visibilidade de suas falas ganhou força nas décadas de 1970 e 1980 (meados do século XX). As experiências cotidianas na realização do trabalho doméstico¹⁰ ganharam visibilidade devido ao aumento da necessidade de mão-de-obra feminina e infantil nas fábricas. A autora ressalta que a presença numerosa das mulheres não se restringia mais aos setores têxteis e de vestuário, mas tornou-se necessária também nas indústrias químicas e farmacêuticas, de plásticos e de produtos elétricos e eletrônicos. Isso ocorreu devido ao aumento do ritmo da produção industrial nos seus diversos ramos. Era necessária a utilização de mão-de-obra numerosa e desqualificada.

¹⁰ Neste estudo, o trabalho doméstico referido pela autora é o mesmo que a atual nomenclatura denomina afazeres domésticos. Contudo, mantivemos o termo trabalho doméstico por ser o termo utilizado por essa autora, no trabalho aqui referido.

Diferente do que acontecia em outros países, onde a entrada das mulheres no mercado de trabalho provocava alterações sociais importantes, com o desenvolvimento dos equipamentos coletivos (creches, escolas e outros), no Brasil da ditadura militar o que acontecia era a perda da estabilidade no emprego e a desvalorização cada vez maior dos salários. “A resposta das classes trabalhadoras foi uma estratégia familiar de sobrevivência, que obrigava as mulheres e as crianças da mesma família a ingressarem no mercado de trabalho” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 64).

Para lutar contra a repressão do Estado e a tutela dos direitos dos operários da indústria pelo Ministério do Trabalho, essa classe operária concentrada nas fábricas (os metalúrgicos de São Bernardo do Campo eram os mais proeminentes) lutavam por melhores salários. Questionavam também a maneira com a qual eram submetidos à dependência de decisões sobre seus direitos e deveres pelo Estado (controlador dos sindicatos), além da maneira como eram oprimidos e explorados.

O cenário que fomentou os movimentos organizados de resistência dentro das grandes empresas e indústrias inexistentes até então, deveu-se a intensa repressão posterior ao golpe de Estado de 1964. O movimento operário foi um dos alvos de interesse do Estado, o que levou a tutela direta dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Outras medidas políticas rigorosas foram criadas, tais como o bloqueio dos salários, a perda da estabilidade do emprego, o controle disciplinar e a imposição de ritmos de trabalho rigorosos.

As condições degradantes de vida e as humilhações diárias se reproduziam, por exemplo, nas fábricas. As legislações existentes na época pouco traziam benefícios para as mulheres. Usualmente, os salários das mulheres eram inferiores ao dos homens e para igualá-los era exigido um nível de estudos superior ao dos últimos para a ocupação de cargos idênticos.

Ao mesmo tempo, as mulheres ganham visibilidade enquanto detentoras de direitos dentro dos sindicatos, incluindo o direito a voz, fato que também torna visível outras relações desiguais. A imprensa sindical comparece com um discurso ambíguo, pois ao mesmo tempo em que declara seu apoio às operárias nas questões sobre a intensificação da jornada de trabalho (pleiteando revogar o trabalho noturno das mulheres, por exemplo), utiliza-se de estratégias discursivas reprodutoras do discurso médico biologizante dominante, no qual a mulher é mais fraca e inadaptada para determinadas funções em relação ao homem. Referindo-se a um trecho da Tribuna Metalúrgica, datado de abril de 1977, reproduz Souza-Lobo (1991):

Não há nenhuma razão que justifique a intensificação da exploração da mulher pelo aumento de sua jornada de trabalho e colocando-a no exercício de atividades inadaptadas à sua constituição física, num momento em que os homens lutam por melhorar suas condições de emprego e seus salários. É como se enviassem as mulheres à fábrica e os maridos ficassem em casa. Uma estúpida inversão de papéis (SOUZA-LOBO, 1991, p. 67 – 68).

A autora salienta a importância dos movimentos populares das mulheres ressaltando que a ocorrência deles data de muitos séculos. Neste cenário de lutas sindicais por renovações das condições de trabalho, as vozes das operárias tornam-se audíveis. Do interior das fábricas, seus discursos somam-se ao movimento feminista e ao movimento popular, aparecendo no âmbito público.

Desse modo, o feminismo coincidiu no tempo e no espaço, com os movimentos populares, fato profundamente marcante, que permitiu interações contraditórias e exatas. Assim, o feminismo suscitou questões sobre o lugar das mulheres nos espaços públicos e temas de sua vida cotidiana, como a sexualidade, o trabalho doméstico e as relações de força homem-mulher (CORREA, citado em SOUZA-LOBO 1991, p. 67).

Essas diferentes mobilizações advindas das mulheres conferindo-lhes o status de sujeito social possibilitaram uma problemática em comum. A interação desses movimentos, segundo a autora, possibilitou o surgimento de discussões a respeito da classe operária feminina e demais temas referidos aos direitos das mulheres. A seguir, deteremo-nos de maneira breve sobre o panorama dos movimentos feministas especificamente.

1.3 - Os movimentos feministas no Brasil

Mobilizando a sociedade, o feminismo organizou-se mundialmente, num primeiro momento, pelo direito ao voto, à cidadania da mulher. Visando a sua emancipação, este movimento coletivo de mulheres decorreu de lutas e embates que uniram homens e mulheres na reivindicação de direitos humanos universais para as últimas, garantindo-lhes o estatuto de sujeito jurídico de direito. As mulheres como cidadãs poderiam ser incorporadas ao “estado moderno industrializado”. Assim, “as principais causas desencadeadoras dos diferentes movimentos e teorizações femi-

nistas foram: a revolução industrial, num primeiro momento, e as duas grandes guerras, num segundo momento” (NOGUEIRA, 2012, p. 44).

O movimento feminista (ou feminismo) mundialmente surge dentro do contexto da Revolução Francesa e Revolução Americana cuja luta se embasava na conquista de direitos de liberdade, igualdade e fraternidade, devendo ser todos os homens (e mulheres) iguais perante a lei (PITANGUY & ALVES, 1985).

É importante frisar que o movimento feminista ficou dividido em três ondas. A primeira onda do feminismo localizou-se no período entre meados do século XIX até cerca de 1960. A segunda onda segue do início dos anos 1970 até meados de 1980. E, finalmente, a terceira onda do feminismo é demarcada a partir de meados de 1980 até os dias de hoje. O movimento feminista de terceira onda também é conhecido como pós-feminismo. Em estudo recente, Nogueira (2012) utiliza a nomenclatura “vaga” para designar o que é mais usualmente conhecido como “ondas” do feminismo¹¹.

O que diz respeito às datas que demarcam o movimento feminista, a pesquisa bibliográfica do tema demonstrou que existe um acento maior no período que vai do início dos anos 1970 até cerca dos anos 1980. Este acento significa dizer que foi este um período de maior efervescência e inovações para as mulheres. Simone de Beauvoir e sua obra *O segundo sexo* tornaram-se um marco deste período (SCOTT, 1995; NOGUEIRA, 2012). A ênfase nesta obra, que data de 1949, recai sobre a frase “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”, a qual virou uma bandeira feminista. Alguns autores – sobretudo, Scott (1995) – apontam que esta bandeira feminista justificou uma série de ganhos para as mulheres; contudo, representou o aprisionamento de seu comportamento social às suas características biológicas. Assim, as padronizações de gêneros¹² foram reforçadas.

Segundo Costa (2005), aceitar o princípio da diferença sexual serviu para reforçar as estereótipias, a tradição das restrições às mulheres, pois:

¹¹A autora utiliza o termo vaga se reportando a uma definição de Kaplan (1992) e ressalta que esta nomenclatura não é consensual. Apesar disso, Nogueira (2012) se posiciona em relação à divisão do feminismo em vagas colocando em relevo que o termo “representa apenas a possibilidade de se associar certo movimento de pessoas, teorias e ativistas que se encontram mais facilmente em determinados períodos. (...) A ideia das vagas serve apenas para dar uma ideia de fluxo de massas, pessoas, grupos e de movimento com certo grau de coerência em termos temporais” (NOGUEIRA, 2012, p. 44).

¹² O movimento feminista de segunda onda foi protagonista da geração de discussões e desdobramentos importantes para os estudos de gênero, os quais apresentam diversas controvérsias. Sugiro a leitura dos trabalhos das autoras Judith Butler (2000, 2003), Joan Scott (1995) e Rago (1988). As referências bibliográficas mais detalhadas estão no final da dissertação.

As líderes dos movimentos de mulheres criticaram seu tratamento diante da lei e impugnaram os termos de sua exclusão social e política, mas o fizeram de forma que reconheciam a importância do seu papel na família, um argumento que foi utilizado tanto pelas feministas quanto pelos estados, ainda que com fins distintos (MOLYNEUX, citada em COSTA, 2005, p. 13).

Iniciado no final da década de 1960 e início de 1970, a segunda onda do movimento feminista alcançou maior visibilidade com a instituição pela Organização das Nações Unidas (ONU) do Ano Internacional da Mulher (em 1975). Na área acadêmica, pesquisas clássicas que se destacaram na abordagem da “questão do trabalho, como as de Heleieth Saffioti (1969) e Eva Blay (1972, 1978)”, tornaram-se “leitura obrigatória nas universidades” (BRUSHINI, 1998, p. 277). No Brasil, o desenvolvimento de núcleos de pesquisas bem como encontros em seminários, palestras, debates contaram também com outras estudiosas, pesquisadoras e intelectuais de renome. Como resultado importante destes encontros, publicações de pesquisas foram reunidas e publicadas em revistas difusoras de temas a princípio ligadas “à feminilidade e posteriormente à masculinidade” (RAGO, 1998, p. 89). Foi nesta época que as discussões acerca do termo gênero enquanto categoria teórica ganhou espaço (SCOTT, 1991; RAGO, 1998; COSTA, 2005). Devido à dificuldade da leitura pelas sociólogas e historiadoras, sobretudo, acostumadas com os limites mais claros das categorias formais, tais como: classe, raça, sexo, homem, mulher, entre outras, o termo gênero ficou cercado de muitas controvérsias, as quais não serão abordadas nesta dissertação.

A emancipação das mulheres “com estatuto de mãe” (KERGOAT, 2007, p. 607), as donas-de-casa, era pleiteada pelo movimento feminista. Esta ideia influenciou fortemente os movimentos feministas no Brasil, por ser também a bandeira americana e europeia. Segundo Kergoat (2009) o movimento feminista denuncia a existência de um trabalho invisível realizado pelas mulheres, de maneira gratuita; “que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2009, p. 68).

No Brasil, as mulheres da classe trabalhadora (da indústria têxtil, sobretudo) também compuseram o cenário de luta do feminismo. Este feminismo surgido nas classes operárias brasileiras tinha uma forte influência do pensamento anarquista e socialista, devido à presença dos imigrantes europeus nas fábricas, no início do sé-

culo XX (como vimos no tópico 1.1). Neste mesmo período, as mulheres de classe média e alta brasileiras pleiteavam o direito ao voto, conforme ocorria em outros países latino-americanos. A luta pela conquista de direitos das mulheres espalhadas pelo Brasil ganhou articulação política através de organizações femininas presentes em partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro (COSTA, 2005).

A contextualização brasileira trouxe algumas diferenças dentro das demarcações gerais dos movimentos feministas de primeira, segunda e terceira ondas. Segundo Costa (2005) a forte influência norte-americana e francesa incidiu sobre o feminismo brasileiro associando as mudanças ocorridas naqueles países ao perfil político brasileiro.

Os embates entre homens e mulheres que ocorriam dentro das fábricas e nos sindicatos expressavam-se também na busca por conquistas políticas para ambos os sexos em relação ao autoritarismo do Estado. No Brasil, o movimento feminista mundial reverberou em diversas áreas com um caráter heterogêneo que vinculava não somente lutas pelos direitos das mulheres contra as formas de opressão e violência (no trabalho e doméstica), mas, também, aos direitos dos negros e homossexuais, por exemplo.

No período da segunda onda do feminismo, o Brasil enfrentou um período de ditadura militar. Costa (2005) afirma que as mulheres das classes média e alta brasileiras colaboraram para o golpe militar e para a manutenção dos regimes militares instalados a partir deste golpe, referindo à mobilização deste grupo social em marchas (“Marchas com Deus”) pela defesa da família e da pátria. Durante alguns anos, os movimentos feministas e outros movimentos populares de minorias foram silenciados.

Ainda no período da segunda onda do feminismo, por volta dos anos 1970, sob a influência de outro célebre mote do movimento feminista “*o pessoal é político*”, é lançada luz à discussão do público e privado. Assim, as questões privadas referidas como pessoais, porque localizadas no interior da vida doméstica, dos lares, das famílias; bem como a sexualidade são colocadas em discussão, tornando-se públicas, políticas. O movimento feminista atinge as mulheres de uma forma mais abrangente, fazendo um elo entre aquilo que ficava localizado como individual, dentro do ambiente privado, invisibilizado, ressaltando o seu caráter político, pois relacionado

à vida de outras mulheres. A opressão¹³ vivenciada de maneira isolada e individualizada no mundo privado ganha espaço no mundo político, das leis, no espaço público. Localiza-se nesta época uma forte crítica à posição da mulher na família; sobretudo, aquela dedicada em tempo integral à família.

As políticas de reprodução e da identidade, a contracepção e o aborto, a sexualidade (o prazer e o questionar da 'heterossexualidade compulsória'), a violência sexual e doméstica, os abusos, o questionar dos efeitos dos estereótipos, do tratamento do corpo feminino como objeto (na arte, na publicidade e na pornografia) são temas centrais nesse período e foram eleitos como temas centrais ou primordiais para algumas teorias (movimentos e ações) feministas (NOGUEIRA, 2012, p. 45).

De maneira geral, o período da segunda onda do feminismo no Brasil incluiu um amplo rol de reivindicações em várias áreas que pleiteavam tanto direitos pela redemocratização do país quanto pelo combate das diferentes formas de opressão, violência e exclusão das mulheres.

Muitas teorias feministas foram ganhando corpo neste período da segunda onda, localizadas como resultado de ações e movimentos políticos. Como resultado da força política deste período, novos acordos institucionais foram traçados e redefiniram-se posicionamentos políticos importantes. Contudo, a explosão de teorias resultou na diluição do conceito de feminismo, dando espaço para uma confusão acerca dos seus objetivos de uma maneira geral para a população. Segundo Nogueira (2012), foram três as questões fundamentais abordadas nestas diferentes frentes:

A análise do poder, a análise da diferença e, por fim, já em meados dos anos 1980, as novas teorizações, como o construcionismo social e o pós-modernismo, que inauguram a questão da diversidade e do antiessencialismo (NOGUEIRA, 2012, p. 47).

No período da segunda onda do feminismo, as críticas e reivindicações acerca da produção do conhecimento, da ciência propriamente dita, ganharam corpo com o tempo. As lutas feministas se dirigiam mais ao pleito dos direitos das mulheres como sujeito social e político; lutas contra a posição subalterna da mulher e a

¹³ É importante salientar que o termo "opressão" é muito utilizado pela literatura acadêmica. Embora a palavra faça alusão ao posicionamento infantilizado da mulher, colocando-a em uma posição de vítima, sem ação, essa não é a nossa aposta. Assim, o movimento feminista marcadamente influenciado pelo discurso medicalizante, biologizante fomentou a visão da mulher como desvalorizada e dependente.

opressão feminina, além de uma forte crítica à família. Poucas eram as mulheres cientistas. Manterem-se nesta área predominantemente masculina muitas vezes representava “pesquisar como homens” ou mesmo dedicar-se à produção de conhecimento referido às questões femininas, que envolvessem as mulheres. A luta feminista dentro da ciência começa apontando a produção de um saber androcêntrico como universal, “assim como à escolha de desenhos e interpretações das próprias experiências que raramente tinham em conta quer o gênero feminino, quer a experiência feminina” (NOGUEIRA, 2012, p. 48).

Ressalto que, em relação à produção do conhecimento, o feminismo ganha mais espaço na academia quando os pressupostos teóricos referentes às questões metodológicas são colocados em relevo. Isto significa que ao questionar a objetividade, a racionalidade científica, a razão separada da emoção, a produção do conhecimento tendo como referência o homem branco, europeu, heterossexual, dentre outros pressupostos teóricos concernentes à produção de conhecimento tradicional, o movimento feminista na ciência encarna uma ruptura epistemológica.

A ciência moderna foi criticada quando o movimento feminista se inseriu na academia de maneira mais enfática questionando o modo de produzir conhecimento. Neste momento, algumas pesquisadoras colocavam a necessidade da produção do conhecimento que diz respeito às mulheres sendo necessariamente produzida por pesquisadoras. Isto corresponderia ao feminismo na ciência. Contudo, a maneira de pesquisar, a metodologia, no caso, permanecia ainda articulada à forma tradicional de produção de conhecimento. A categoria “mulher” se mantém generalizável, universal, afirmando a existência das identidades e os moldes de pesquisar se mantêm. Neste mesmo período, um movimento mais radical se fez presente afirmando a necessidade de ruptura com a metodologia propriamente dita. A racionalidade e a objetividade são questionadas, colocando em prática a base da produção do conhecimento como construção social; uma ciência referida à política e à ideologia (NOGUEIRA, 2012). Contudo, em termos de demarcadores temporais não há uma definição muito rigorosa. Cabe dizer que o surgimento destes questionamentos se localiza na segunda metade do século XX. Os questionamentos metodológicos de como produzir o conhecimento estão relacionados à recusa de um discurso universal, “ao olho de Deus” (HARAWAY, 1995, p.10), à produção de um conhecimento descorporificado. Os conhecimentos devem ser situados, localizados, considerando

o contexto onde se insere o pesquisador e a maneira como o mesmo produz o conhecimento, independente de ser homem ou mulher¹⁴.

Sobre a terceira onda do feminismo (ou pós-feminismo) não há um consenso quanto ao posicionamento conceitual que possa demarcar características para este período. Neste ponto, importa-nos ressaltar nesta dissertação a referência ao deslocamento do eixo epistemológico do empirismo e do essencialismo: a crítica a uma perspectiva tradicional de produção do conhecimento. Essa escolha aponta para um posicionamento próximo ao da desconstrução de uma identidade fixa, coerente com condutas pré-determinadas para homens e mulheres, dando lugar à diversidade. Nesta perspectiva, encontram-se as feministas pós-modernas e pós-estruturalistas. A pesquisa acadêmica se conecta com um posicionamento contrário à construção do conhecimento a partir de uma lei universal, conforme preconizado pelo positivismo. As pós-feministas apostam que o conhecimento é localizado, construído de acordo com o contexto de onde, como e por quem ele é produzido (HARAWAY, 1995). Ao inserir-se no contexto de produção de conhecimento, o feminismo inaugura um movimento político e social e também epistemológico.

Haraway argumenta que é preciso ser múltiplo. A “política da diferença” que emerge das complexas reconstruções de conceitos de subjetividade social e das práticas da escrita a ela associadas, se opõe profundamente aos relativismos niveladores (HARAWAY, 2004, p. 243). Argumenta sobre o aumento evidente da necessidade de uma teoria da “diferença” cuja geometria, paradigmas e lógica escapem aos binarismos, à dialética, aos modelos natureza/cultura de todo tipo.

Não aceita uma teoria forjada de poderes inocentes. Prefere que se nomeie onde se está e onde não está aliado, desta forma acredita que a objetividade tenha uma perspectiva parcial, específica e, desta maneira, possibilita abrir a questão da responsabilidade sobre a geração de conhecimento e criação de mundo (ibidem, p.26). Para Stengers, especificar “onde estamos e onde não estamos” cria uma o-

¹⁴ A esse respeito sugiro vivamente a leitura do texto de Despret (2011), o qual foi sugerido na defesa da dissertação. A partir deste contato foram possíveis outros desdobramentos para a questão da domesticação e da desnaturalização do trabalho doméstico como da mulher como invisível. As tensões que marcam e se ressaltam, a partir das discussões pós-feministas, encontram nos estudos com animais possibilidades outras de se relacionar, introduzindo questionamentos impensáveis. Ficou a questão importante como desdobramento da pesquisa pensar a domesticação como um processo de transformação recíproca, de invenção.

portunidade de conexões com outros vieses divergentes, falar do “outro inapropriado”. Portanto, se algo precisa ser criticado, é a pretensão de ter um ponto neutro, passivo, de simples acesso e não uma mediação ativa e parcial (STENGERS, 2002, p.10-11). Desta maneira, a contribuição do feminismo e das escritoras feministas muito me influenciou para a elaboração da escrita deste trabalho, pois, me engajei em produzir uma escrita comprometida com o criar mundo.

Capítulo II – Anjo, Santa-Mãezinha, Madre ou Rainha?

Nesse capítulo nos deteremos em uma orientação de perspectiva histórica do Brasil a partir do contexto colonial. Nele vemos um discurso produtor de uma figura de mulher eleita como modelar, a *Santa-Mãezinha*. Destacamos aquilo que nos interessou. Ressaltaremos que o discurso médico tornar-se-á um aliado importante na criação de estereótipos femininos, fomentando e validando o moralismo religioso e seus efeitos. Como uma espécie de alquimia de discursos – isto é, uma mistura que produz efeitos previsíveis e imprevisíveis – o projeto normalizador¹⁵ da Igreja e do Estado na Colônia catalogará os comportamentos da mulher ideal, padrão e o seu oposto – os comportamentos desviantes – ambos decifrados a partir da sua biologia.

No período proposto, o discurso dominante da Igreja e do Estado consistiu em normalizar o cotidiano do Brasil Colônia, esquadrinhando seu funcionamento de acordo com propósitos políticos. Nesta proposta, com vistas à captura dos comportamentos e criação de padrões sociais a serem seguidos, interessa-nos destacar a propagação pelo discurso dominante de uma imagem de mulher ideal: a *Santa-Mãezinha*. Mulher essa aprisionada¹⁶ em sua função reprodutiva e que se constituiu subjetivamente pautada em uma oposição biológica diferente à do homem: a *Madre*.

Recorri ao auxílio da autora Mary Del Priore para situar a discussão na história¹⁷. A relevância desta retomada histórica desenhou-se na medida em que

¹⁵ Entendemos normalização como um conjunto de normas para organização da sociedade com fins de controle (PORTOCARRERO, 2004, p. 170). Tomando como objeto o ordenamento social, as diferenças culturais do governo europeu e as diversas formas de existência na Colônia.

¹⁶ O uso da palavra aprisionada não significa dizer que não havia uma escolha para a mulher. A utilização desta palavra foi pensada para nos remeter à tentativa de encapsulamento, de um determinismo que pairava na atmosfera contextual de inserção feminina daquela época. Contudo, existiam brechas, rupturas e possibilidades de escolhas que incluíam colar-se à figura idealizada ou seguir por outros modos de existir. O aprisionamento, então, fica referido à eleição de um modo de ser mulher que não necessariamente é engessado e negativo.

¹⁷ Importa-nos destacar que o estudo das mentalidades é muito diferente da perspectiva arqueogenalógica de Foucault, autor que não trabalha com iconografias e durações históricas em termos de representação. Sua proposta de estudo dirige-se ao querer saber como os homens, as mulheres, seus corpos são capturados e manipulados pelos discursos científicos. Atravessados por este olhar, percorremos um caminho de leitura crítica acerca de acontecimentos sociais, os quais podem constituir domínios de saber-poder, fazendo surgir formas totalmente novas de sujeitos do conhecimento.

uma imagem de ideal de mulher, esposa e mãe foi encontrada nesta fonte, remetendo-nos à personagem a *Rainha do Lar*.

Situando a necessidade em buscar referências para aludir à personagem *Rainha do Lar*, consideramos que no século XIX, um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, pôde se formar, a partir de práticas sociais do controle, da vigilância e do exame, que se relacionam com a formação e estabilização da sociedade capitalista. Destacamos alguns fatores que compuseram um determinado cenário social e político de inserção da mulher na família burguesa, no contexto ocidental e moderno; a fixação da mulher no espaço privado e a constituição da família nuclear burguesa.

2.1 - Mulheres e a norma: cerceamento de ações?

Observamos que nos primeiros séculos da colonização brasileira (XV, XVI e XVII), a Igreja se dedicou a instituição matrimonial. O casamento como certificação deste vínculo, serviria ao Estado e a Igreja como forma de controle populacional. Assim, o interesse pela procriação legitimada através do casamento foi instituído como um projeto a ser seguido. As características peculiares do Brasil Colônia necessitavam de um projeto normalizador amplo, que pudesse abarcar as diversidades culturais existentes. Naquela época, eram muito comuns as relações ilícitas entre homens brancos com as índias nativas da Colônia (amasiamento), bem como o concubinato, importado dos portugueses e amplamente difundido nas camadas populares.

A ideia de mulher normal, de boa moral, difundida tanto no Brasil como no mundo ocidental era a da mulher destinada à maternidade, entendendo-se que a mesma mulher era também desprovida de desejo. O discurso que circulava entre padres, médicos e moralistas – figuras de relevância social – atrelava a condição social e sexual da mulher ao seu corpo biológico. A história da condição feminina no Brasil Colônia foi marcada pela construção de um corpo feminino aprisionado, impossibilitado de manifestar seus afetos e desejos (Del Priore, 1995). Construiu-se um discurso domesticador deste corpo desconhecido pelos homens e, também, pelas próprias mulheres, confinado ao interior da família e voltado para servir ao Estado.

O projeto de adestramento, de domesticação da mulher colonizada brasileira, justificava-se pelo poder metropolitano, através da imagem altamente difundida de uma maneira geral na Europa, da condição originária demoníaca, diabólica da mulher. Este pensamento coincidia com a condição de inferioridade (política) da Colônia e com o desenvolvimento de práticas sincréticas resultantes da própria condição da colonização. Estas práticas religiosas de origens diversas representavam uma ameaça para a Metrópole. A dificuldade em lidar com a ausência de uma homogeneidade de tradições populares gerava dificuldade ao poder metropolitano.

Discursos eram criados com o intuito de normalizar, criar padrões de comportamento e fazer valer uma homogeneidade na sociedade que se constituía. Para fazer cumprir esta finalidade, discursos polarizados marcaram este período, onde a ausência de ou não execução da regra gerava um desvio, considerado seu negativo. Assim, começaram a circular na Colônia os estereótipos “bastardos, mestiços, desclassificados e marginais” (DEL PRIORE, 1995, p. 333) para identificar aqueles que eram frutos das mulheres marginalizadas socialmente.

O mesmo discurso moralizante declarava as mulheres possuidoras de um caráter maléfico gerado por sua condição de inferioridade física e moral:

A Igreja endossava tal impressão produzindo não só um discurso sobre a satanização da fêmea, mas dispendo-se também a assegurar a preponderância do homem sobre a mulher, do marido sobre a esposa (DEL PRIORE, 1995, p. 334).

É importante ressaltar que as ideias apresentadas pela Igreja e pelas elites circulavam tanto na Metrópole como na Colônia, porque encontravam ressonância nas classes populares. As mentalidades circulantes nesta camada social apoiavam a ideia das diferenças de desempenho de papéis sexuais entre homens e mulheres, onde as últimas eram excluídas de funções que implicassem poder.

A necessidade política de civilizar a Colônia impunha um processo de padronização do comportamento moral da população. Para isso, o ventre das mulheres coloniais tornou-se objeto de intervenção política. A normalização do corpo da mulher implicou o serviço do seu ventre à sociedade. Somente do lugar de esposas, casadas sobre as regras matrimoniais da Igreja e fiéis a um modelo de complemento do homem, a procriação pelas mulheres era aceita. Respondendo do

lugar de mães, sacralizadas pela união religiosa católica, o fruto de seus ventres eram benditos e deveriam servir fiéis ao governo e à Igreja. O contrário deste recorte implicava a geração de desclassificados, marginalizados, fora da norma.

O desenvolvimento das ciências – sobretudo da medicina – colocou-se a serviço do Estado e da Igreja. De que maneira? A ideologia dominante dos séculos XVII e XVIII veiculava que a grande riqueza de uma nação correspondia à sua capacidade demográfica, o que implicava o ordenamento de uma população numerosa. Assim, com vistas a atingir este objetivo, a medicina apropriou-se de um discurso moral impregnando a fisiologia do corpo feminino. A maternidade justificava-se na medida em que deveria atender à necessidade do Estado metropolitano na sua empreitada de povoar a Colônia. Sob esta ótica, desloca-se o discurso circular que se fecha em uma visão de que o homem é o dominador e, por outro lado, a mulher, submissa.

A análise desse projeto normatizador¹⁸ metropolitano para as populações femininas na Colônia inscreve com clareza a mulher na história do poder. Ele ultrapassa o quadro redutor de uma história biológica da condição feminina e a retira da dialética circular que vê em todo homem um dominador, e em toda mulher uma submissa (DEL PRIORE, 1995, p. 334).

Segundo Del Priore (1995), a fecundidade da mulher, representada por sua capacidade de procriação, de obtenção de uma prole grande, tornava-a detentora de poder.

Neste período histórico, apontar que a condição social da mulher no Brasil como procriadora dava-lhe poder de influência na vida familiar e talvez até mais, é uma observação que tem sustentação. Mas de que poder se trata? Poderíamos pensar que sua condição biológica de procriadora parece tê-la aprisionado nesta condição? O que isto pode indicar?

¹⁸ Existe uma diferença entre normatização, normatividade e normalização, marcada pelos estudos de Canguilhem (1990) e Foucault (1987, 2010). Sugerimos a leitura do trabalho cuidadoso de Ramminger (2008), dedicado às diferenças conceituais entre estes termos. No caso da citação acima, a autora Del Priore (1995), situada em outra referência teórica, utiliza normatização para se referir a um processo ao qual – acompanhando Foucault – denominamos normalização. Entendamos, portanto, que a expressão normatização citada é usada para referir-se estritamente à produção de normas sociais.

Na Colônia, a identidade feminina se fez pela maternidade. Essa função biológica da mulher se tornou social e produtora de alianças com outras mulheres. Daí pode-se dizer que a maternidade constituiu-se como universal no mundo feminino da Colônia. “A identidade feminina fazia-se a partir da maternidade, independentemente de a mulher pertencer à casa-grande, à senzala ou à palhoça bandeirista” (DEL PRIORE, 1995, *idem*).

Pensamos que de certa forma, a aliança entre as mulheres mobilizada pelo laço da maternidade despotencializava certos registros de domínios em classes sociais. Ser mãe tecia uma rede de comunicação entre as mulheres de diferentes classes sociais e com diferentes modos de lidar com a maternidade. Algo localizado nesta condição de ser mulher-mãe possibilitava um lugar marcado tornando visível a existência destas mulheres.

Por outro lado, também a existência de tensões e rupturas com este modelo do feminino deve ser observada, na medida em que outros comportamentos sexuais das mulheres existiram na Colônia, como a vida em conventos, o lesbianismo ou até mesmo o infanticídio e o abandono – maneiras de recusa da maternidade.

2.2 - A domesticação da mulher: a produção da Santa-Mãezinha

No período colonial, a função reprodutora da mulher era valorizada pelas práticas discursivas que balizavam o ordenamento social, conforme vimos. E acompanhava esta função feminina valores e crenças que sustentavam a necessidade de ser mãe. Podemos pensar que certas vivências da maternidade, ao lado da condição dada pelo matrimônio, de ter uma prole grande, indicava o acordo com o projeto normatizador do Estado, vinculava-se a uma estratégia política. A maternidade posta em cena “como uma fatalidade, uma tentativa de regeneração do pecado original ou uma espécie de vocação única” (DEL PRIORE, 1995, p. 335) produzia movimentos no tecido social não capturados, o que não significa dizer que não faziam parte desta mesma engrenagem. Mais adiante – no terceiro capítulo, com a leitura foucaultiana de dispositivo, falaremos um pouco mais acerca deste ponto. O que atentamos e que se relaciona à produção de uma mulher nomeada a partir de sua função biológica se refere à produção, neste período histórico, de uma imagem de mulher: a santa-mãezinha (DEL PRIORE, 1995).

Cabe ressaltar que a ideia da santa-mãezinha foi um ponto de articulação do sistema mental organizador das identidades. Em outras palavras, a mulher, ao reproduzir esta figura, alimentava um sistema de auto referência dentro do sistema social e transmitia a reprodução desta identidade através dos valores, rituais e comportamentos do cotidiano via educação dos seus filhos e suas filhas. O processo de pedagogia da mulher-mãe visava também a pedagogização da prole.

A figura desta mulher – a santa-mãezinha – servia aos propósitos de normatização social. Ao educar os filhos dentro dos valores socialmente veiculados, ela também se autorregulava, educava a si própria e internalizava estes valores. A criação da figura da santa-mãezinha produziu uma interiorização, nas mentalidades da Colônia, de preconceitos e estereótipos fundadas em um discurso dominante machista, androcêntrico, mas, ao mesmo tempo, produtor de desvios.

O controle se espalhava nas práticas discursivas e impregnava os saberes das mulheres sobre seu próprio corpo. O intuito da Igreja, ao ignorar este conhecimento, era o de minar as ligações estabelecidas entre as mulheres. Ligações estas de cumplicidade, solidariedade e que poderiam fortalecer-las, aliá-las em torno de um saber somente por elas conhecido: o saber sobre o seu corpo. Como estratégia política de fazer enfraquecer este elo, a Igreja aliava-se ao Estado, fomentando certas mentalidades. Assim, a Igreja encarregava-se de criar um sistema de punições e perdões como forma de adestrar a personalidade desviante. O desejo sexual da mulher era caricaturado e visto como excesso, condenado e julgado imoral. Produziam-se figuras estigmatizadas como a “puta”, a “leviana”, a “perdida”, a “mulher errada” (DEL PRIORE, 1995). Essas figuras femininas serviam de contraponto para o reforço do ideal da santa-mãezinha. Poderíamos pensar que fomentar e aderir ao modelo da mulher-mãe ideal, a santa-mãezinha, possibilitava uma força na aliança pela maternidade e exclusão das resistências, normatizando também as estereótipos?

Introduzia-se nas mentalidades da Colônia a figura imaculada de uma mulher: a mãe. Sua tarefa única era a maternidade e deveria seguir neste projeto ao longo de toda a sua vida. Seu trabalho deveria ser árduo tal qual as dores do parto, elevando seu espírito e tornando-a notável.

Importante, finalmente, era fazer da mãe um exemplo, e da maternidade uma tarefa, um projeto árduo que, como que prolongando as dores do parto por uma

vida inteira, elevasse e notabilizasse a mulher numa espécie de via-crucis doméstica. Apenas este calvário poderia enquadrá-la no projeto colonizador (DEL PRIORE, 1995, p. 106).

Hahner (1978) ressalta um ponto referente à posição da mulher-mãe e sua influência na organização familiar, doméstica. Segundo esta autora, uma visão acerca da Santa Mãe articulava “a mulher como personalidade focal em torno de quem todos os membros da família agrupam-se espiritualmente, ligados pelo sentimento” (HAHNER, 1978, p. 85). A visão racionalista denotava os sentimentos como pertencentes à mulher, ao feminino. Assim, neste ponto, “o mundo dos sentimentos era da natureza feminina e por isso era ela mais nobre e pura do que o homem. Como forma do trabalho feminino esperava-se que ela permanecesse em seus domínios [o lar], sem jamais penetrar no mundo masculino” (HAHNER, 1978, idem).

O projeto de normatização da Igreja propunha equalizar tanto credos e diversidades de hábitos como as condutas encontradas na Colônia: os sincretismos sociais, sexuais e religiosos. Pouco a pouco, o cotidiano colonial era impregnado pela religiosidade trazida de além-mar: através das missas, procissões, festas, novenas e cerimônias pomposas. Assim, as práticas de orações, devoções, punições de atos e pensamentos, bem como a participação nos eventos religiosos infiltravam-se nas mentalidades coloniais.

A religião católica permitia que em um mesmo local se encontrassem tanto as mulheres casadas, as ditas honestas, de boa índole, como as malvistas – as mães solteiras, adúlteras, amasiadas, concubinas, dentre outras. Através das práticas dessa religiosidade ortodoxa, criava-se lentamente uma mentalidade de que melhor do que pecar, era casar dentro dos moldes previstos pela Igreja.

O pedestal em que a mulher estava colocada foi um dos pilares do positivismo ortodoxo no Brasil. Os positivistas elevaram a mulher por meio do que se poderia chamar de transfiguração do culto da Virgem. A feminilidade como um todo devia ser adorada e colocada a salvo do mundo perverso. A mulher era a base da família, que por sua vez era a pedra fundamental da sociedade (HAHNER, 1978).

A crença na absolvição dos maus atos e pensamentos através de intermináveis orações e práticas afins era disseminada. A Igreja se mantinha firme em conquistar fiéis e contava com as mulheres para isso. Em seu discurso, o papel social padrão a ser desempenhado pela mulher deveria ser o da mãe. Aliar-se às

mulheres foi uma estratégia política da Igreja para fazer alastrar as normas e valores (sua maneira de adestramento, domesticação) pelos familiares e descendentes da mulher-mãe.

Adestrá-la significava adestrar toda a sua descendência, mas também retirar das práticas tradicionais, experimentadas por tais mulheres, elementos para a construção de um modelo ideal. Fazia-se necessário encontrar brechas nas práticas correntes para transformá-las a partir de um critério que fizesse sentido para as mulheres (DEL PRIORE, 1995, *idem*).

Desta forma, a Igreja penetrava nos lares, no ambiente doméstico, introduzindo a figura modelar da bondosa santa-mãezinha. Esta figura se tornaria o laço de disseminação da transmissão dos princípios católicos à família e seus descendentes; à sociedade, portanto.

A Igreja, renovada pelo Concílio de Trento, deveria combater as sexualidades alternativas, o concubinato, as religiosidades desviantes. Estas poderiam ser submetidas ao tribunal da Inquisição e, ainda dentro destas medidas, deveria fazer internalizar nas relações a importância da família, regimentada pelo casamento.

Ao estabelecer regras a ser seguidas, com a finalidade de homogeneização da população colonial, o poder ideológico da Igreja incidia na vida cotidiana da população colonial com efeitos moralizantes. Penetrava nas práticas sociais minando as crenças desta mesma população, com vistas a enfraquecê-las. Desta forma, passou a reger o calendário anual, demarcando datas sempre referidas a sua ideologia cristã. A semana iniciava aos domingos e seguia com outros demarcadores, tais como: o Natal, a Quaresma, a Páscoa, o aniversário dos santos; dando especial relevo às festas de Nossa Senhora (figura feminina de identificação da mulher).

A Igreja orientava a população de acordo com a ética cristã, a qual era proferida nos sermões e em práticas educacionais, como na catequese. Também marcava sua presença na vida das pessoas, interferindo nas condutas sociais, mediante o batismo, a eucaristia, a extrema-unção, as penitências, os funerais e as confissões, dentre outros já referidos anteriormente.

Neste caminho da homogeneização através do estabelecimento de padrões, normas morais, a Igreja – aliada sempre ao Estado – criava, construía a figura do outro diferente, que deveria ser perseguido:

e porque diferente, perigoso. Além da construção desse avesso tenebroso, porque correspondia aos comportamentos ilícitos, o disciplinamento servira para a construção de normas e punições, mas, igualmente, para a formação de mecanismos de consentimento e recalque das infrações cometidas (DEL PRIORE, 1995, p. 108).

Esse processo de moralização inculcado nas mentalidades produzia manifestações de comportamentos ora de acordo com as regras, ora desviados das mesmas – formas de resistências. A fim de capturar as derivas negativas, os comportamentos indesejados, mais medidas de controle iam sendo aplicadas na Colônia, importadas da Metrópole. As autoridades civis eram convocadas a ordenar os espaços, devendo sanear as condutas morais desviantes.

O matrimônio funcionava também como medida profilática, como forma de “saneamento econômico e social” (DEL PRIORE, 1995, p. 109). As ações do Estado e da Igreja coincidiam neste cenário em que era necessário de um lado, controlar a expansão populacional para preencher os vazios demográficos e, por outro, a dispersão populacional. Ao mesmo tempo, os costumes locais precisavam ser afrouxados para maior aceitação da educação moral metropolitana. A estratégia da construção da santa-mãezinha traduzia o estabelecimento de um padrão modelar a ser seguido. Desta forma, a mulher não enquadrada atrelava-se a um duplo oposto: a pecadora, a mulher errada, a puta e, veremos mais adiante, a luxuriosa, a doente.

As mulheres deveriam ser moldadas no interior do casamento e seus atos eram verificados na vida social. Aos poucos, introduziam-se os modelos de vestimentas a serem por elas utilizadas e as proibições ou não adequações correlatas. Ao vestuário associava-se diretamente a conduta moral da mulher. A boa ou má conduta era avaliada pela maneira como se apresentava socialmente. A vaidade era condenada pela Igreja, o uso de enfeites, trajes sensuais, todos catalogados como próprios das mulheres comerciantes de seus corpos, as prostitutas. A boa aparência era enaltecida como uma virtude a ser conquistada pela mulher decente.

O papel social desempenhado pelo homem no interior do casamento também era visado pela Igreja. O marido era considerado “a cabeça da mulher” (DEL PRIORE, 1995, p. 113) e, por isso, responsável por conduzi-la, guiá-la nos propósitos divinos, os quais implicavam a resignação e renúncia de uma vida

mundana. A obediência da mulher ao marido, além de ser um preceito divino era também prevista em lei.

Paulatinamente, a ideologia repressiva da Igreja se associava ao discurso da imprensa escrita, que na época, como apontado por alguns historiadores, existia certa circulação de contos em forma de parábolas e folhetos distribuídos à população – estes últimos nomeados opúsculos e muito comuns na época. Esta forma de comunicação (uma mídia) ajudava a disseminar a ideia da mulher diabólica, pecadora, ameaçadora do projeto normatizador do Estado e da Igreja.

A mentalidade de controlar a mulher pela força e pela violência, como pelo exercício do pater-familias, começava então a ser substituída por formas mais sutis de dominação. Os homens de letras do período colonial foram os emissores de um discurso crítico sobre os destemperos femininos, cuja intenção era valorizar as ditas honestas, obedientes e recolhidas. As admoestações, aparentemente dirigidas a um público misto, terminavam por circunscrever no mau exemplo exclusivamente a mulher (DEL PRIORE, 1995, p. 114).

Algumas tentativas das mulheres de burlar o controle normativo tinham a própria igreja como palco. A ida à missa, obrigatoriedade e indicadora da decência e boa conduta da mulher, ao mesmo tempo em que servia aos propósitos sociais, acolhia no seu interior pequenos movimentos de resistência, pois lá as mulheres poderiam descansar de sua lida doméstica. Também era entre as mesmas paredes que podiam compartilhar pequenos momentos de lazer, de sociabilidade. Compartilhavam entre si confidências, queixas e fortaleciam seus laços de solidariedade. Contudo, como política de controle e geração de culpa, estereótipos eram criados nos sermões e na literatura. Espalhava-se a visão da mulher faladeira, desmiolada, desqualificando e condenando a união das mulheres, na medida em que poderiam encontrar na companhia umas das outras formas de escapar das rédeas sociais, subvertendo a ordem ao formar alianças.

A igreja e a missa são o pretexto para minar o peso das tarefas domésticas, mas reforçam aos olhares masculinos o estereótipo das 'mulheres que vão à igreja e nunca ouvem missa' (...) Por seu turno, frei Francisco Xavier, além de reprimir o 'excesso... destes altos ecos', impunha condenações pecuniárias às faladeiras, multando em oitenta réis a mulatas, negras e brancas (DEL PRIORE, 1995, p. 120).

No Brasil Colônia predominava uma cultura europeia de caráter misógino, isto é, um discurso aversivo à mulher, o qual insistentemente tendia a desqualificar,

desprezar e demonizar sua figura. Quanto mais adversidades eram encontradas na Colônia, mais força ganhava este discurso. Assim, o discurso que se mantinha na produção da imagem de uma mulher-mãe e esposa era reforçado. Ao mesmo tempo em que se dava poder à mulher pela maternidade e por sua condição central no processo de pedagogia das crianças, sobretudo, o das filhas, via-se manter um certo domínio pelo fomento a sua condição de pureza. No trecho destacado, a seguir, notamos que mentir, concordar e colocar-se em segundo plano, como coadjuvante era uma estratégia conhecida pela mulher. O que podemos pensar neste sentido? Afirma Del Priore (1995):

A 'santa-mãezinha' surgia então para transmitir às suas filhas, que por sua vez transmitiriam às próximas gerações, que o casamento devia ser uma falsa relação igualitária, no interior da qual a vida era resignação e constrangimento, e cujo equilíbrio repousava na dominação do homem e na submissão livremente consentida da mulher (DEL PRIORE, 1995, p. 123).

O processo de domesticação da mulher produziu então uma imagem idealizada a ser seguida: a santa-mãezinha. Essa mulher, submissa ao marido, devia-lhe obediência, respeito, temor e gratidão. Fugir deste projeto de vida produzia culpa – sutilmente incutida nas mentalidades pela Igreja e pelo Estado. Esvaziavam qualquer tentativa de resistência pelas mulheres. Presas à imagem idealizada, a maternidade e a feminilidade unem-se. Mas, ao mesmo tempo, uma via de poder para as mulheres se constituía através da maternidade: a responsabilidade de ter, criar e educar seus filhos.

A figura da santa mãezinha, traçada por Del Priore traz características que já estão indicadas naquela do Anjo do Lar. Essa função do feminino será também produzida por outras linhas entre as quais tem especial importância o discurso médico.

2.3 - O discurso médico e a formação das mentalidades

A madre, vulva ou natura da mulher – nome científico dado ao aparelho reprodutor feminino – era descrita pelos médicos como um órgão vital. A construção do saber médico sobre a madre focava sua função reprodutora, ignorando qualquer menção ao caráter de obtenção de prazer sexual. Negava, portanto, o desejo sexual

da mulher. A condição de boa saúde da mulher coincidia com o bom funcionamento da madre.

O conhecimento da anatomia feminina pelos médicos homens também sofria influências do Estado e da Igreja. A fertilidade e a capacidade de procriação eram valorizadas pelo discurso médico. Este ia sendo organizado em meio a muitas dúvidas e negava a existência de qualquer prazer para a mulher, através da prática sexual, a qual deveria se destinar unicamente a fins reprodutivos. O saber médico sobre a madre entrelaçava-se ao discurso moralizante existente e traduzia o comportamento da mulher. Corroborava com o adestramento da natureza feminina, a partir de suas características biológicas, e com a difusão da aversão pelas mulheres – a misoginia.

Entendia-se que a madre era passível de incitar no organismo uma série de males, todos decorrentes do mau funcionamento dos órgãos de reprodução. Estes, contrariados, lançavam as mulheres, como já demonstrei, numa cadeia de enfermidades. A mulher sadia e 'bem constituída' era comandada por um 'espírito seminal', cuja força fecundante agiria sobre ela e seus órgãos, definindo-lhe sua feminilidade e gênero. Considerava-se então que a mulher não era mais que um instrumento a serviço da espécie, um ser cujas significações se resgatavam da necessidade biológica da renovação e transmissão da espécie (DEL PRIORE, 1995, p. 205).

A visão da ciência coincidia e alimentava as mentalidades daquela época (séculos XVI ao XVIII). O rigor católico sobre a mulher, o feminino, entranhava no discurso médico e afastava da mulher o direito do conhecimento do seu próprio corpo e de sua anatomia. O preconceito cercava as descrições na literatura médica sobre a sexualidade feminina, reforçando a vergonha e o pudor com que tal assunto deveria ser tratado. Isto se confirmava nas referências encontradas em livros descrevendo as "partes pudendas" como correlatas ao aparelho reprodutor feminino (DEL PRIORE, 1995, p. 209).

Também havia menção dos médicos de um incômodo ao contato com a madre, descrita por eles como geradora de mal-estar e considerada como "um animal voraz e feroz" (DEL PRIORE, 1995, p. 206).

A referência histórica sobre as afecções femininas foi mediada pelo olhar do homem. Os documentos eram escritos pelos doutores, a partir daquilo que inferiam sobre o que viam manifestar no corpo da mulher. Devemos considerar que os registros destes relatos, em sua maioria, terão o atravessamento de um olhar

inseguro e inundado de critérios morais sobre a relação das mulheres e sua sexualidade, conforme percebemos nas descrições dos parágrafos acima. As enfermidades da madre eram usualmente mal diagnosticadas e os tratamentos oferecidos pela medicina tradicional, ineficazes.

Tanto na mentalidade de médicos quanto na de mulheres, os costumeiros 'males da madre' atraíam e inquietavam, pois o mesmo espaço que tinha o poder de transformar sementes em seres vivos era, simultaneamente, cloaca para expelir e excretar o considerado 'imundo' sangue das purgações mensais. O homem nascia, portanto, de um esgoto úmido e escuro, e tal concepção reforçava uma ideia que surgira com Aristóteles e que se difundira com a Igreja: a madre era ao mesmo tempo território de utilidade e abjeção (DEL PRIORE, 1995, p. 212).

As condições sociais vividas pelas mulheres e pela população em geral na Colônia (pobreza, falta de higiene, trabalho em excesso, dentre outros) tornavam as descrições médicas importadas da Europa muito distantes do cotidiano colonial. Os preconceitos e o desconhecimento sobre a menstruação da mulher, as doenças sexualmente transmissíveis, os abortos, as hemorragias, os corrimentos, dentre outras funções e disfunções da madre reforçavam a mentalidade de que somente através da gravidez e, conseqüente maternidade, a mulher se livraria das enfermidades da madre.

Tão forte era a crença popular na intervenção do poder mágico praticado por benzedeadas e nas intervenções mágicas naturais, sobretudo, provenientes das águas que, como estratégia política, a Igreja e a medicina se utilizaram deste conhecimento popular, misturando-o com suas práticas. Esta aliança consolidou uma "reelaboração do imaginário popular sobre o corpo e a doença, à luz dos preceitos da ciência ou da Igreja" (DEL PRIORE, 1995, p. 219).

Ao apropriar-se destas crenças e tradições populares, a Igreja transferia para a imagem de Nossa Senhora a função das benzedeadas. Assim, esvaziava o sentido destas práticas populares. A medicina, por sua vez, no desenvolvimento de remédios para a cura dos males da madre, apropriou-se da utilização de ervas, plantas, raízes, flores, elementos minerais, dejetos de animais, dentre outros usuais no cotidiano popular, sobretudo, os de uso feminino. Apropriou-se, também, da indicação de banhos de imersão em determinados locais que alimentavam a crença de serem milagrosos.

O discurso da Igreja entrelaçado ao discurso médico se fez presente nos diagnósticos dos males da madre, como visto. Contudo, no projeto normatizador da Igreja – adestrador da mulher via biologia feminina – o componente gerador de prazer da madre, apesar de negado, deveria também ser domesticado. Como proceder neste caso? A mulher que insistisse em não ser adestrada, domesticada, tornar-se uma santa-mãezinha, deixando aparecer seu desejo sexual, era rotulada como luxuriosa, lasciva; ou seja, aquela que incentivava os prazeres do sexo, os prazeres carnis. Capturar este comportamento e rotulá-lo como negativo fez parte do projeto normatizador da Igreja e a medicina, enquanto aliada, tratou de diagnosticar a luxúria como indicadora de enfermidade. Luxúria, pecado e doença nivelam-se e passam a ser sinônimos nos discursos e, por conseguinte, nas mentalidades da Colônia.

Reforçava-se o par de oposição moral da santa-mãezinha: a mulher luxuriosa, de comportamento lascivo, devassa, pecadora, mulher errada. Em conformidade com as normas, a primeira repousava na imagem santificada e pertencia ao ambiente doméstico, protegido, o lar. Por oposição, o discurso sobre a mulher maldita, devassa, luxuriosa, integrava-a na rua, lugar dos prazeres físicos, carnis. Segundo Del Priore (1995) a ideologia Iluminista vigente nesta época, o comportamento luxurioso envenenava a fisiologia feminina e, também, o corpo social.

Não se prestando à maternidade dentro do sagrado matrimônio, a mulher lasciva deixava de ser agente do Estado e da Igreja no interior do lar. Ela deixava de lubrificar sua descendência com os santos óleos das normas tridentinas, não lhe cabendo outro papel que o de agente de Satã. (...) Estigmatizada pela teórica incapacidade de conceber, em função do excesso de sexo ao qual ela se dedicava, a luxuriosa adequou-se para rotular prostitutas, mães alcoviteiras, mancebas e concubinas. O discurso amplo, que ora diagnosticava a luxúria como pecado, ora como doença, vitimizava com enormes efeitos aquelas que não se submetiam à dimensão exorcizante dada pela procriação legítima (DEL PRIORE, 1995, p. 178).

Como pecado, erigiu-se um discurso moralista em torno da luxúria e dos comportamentos sexuais a ela relacionados. Retratada na literatura, nas obras de arte, a luxúria se relacionava diretamente com a figura feminina, por conta da crença na inclinação natural da mulher para o desvio. Como mal acometedor da alma e do corpo, o comportamento luxurioso deveria ser combatido.

Na Modernidade, a partir do Humanismo, a luxúria é incorporada ao discurso médico como doença e passa a ser desinvestida da nosologia zoomórfica de tradição medieval. Na literatura e iconografia renascentistas, o discurso contra a luxúria dialogava com as imagens de infernos, flagelos, sofrimento, desnutrição, pessoas cortadas e ensanguentadas, servindo-se destas representações hostis para controlar os comportamentos viciosos; sobretudo, os luxuriosos.

Surge o discurso sobre a paixão – oposto da razão – que passa a ser tematizada como um estado alterado do ser humano. A paixão seria, então, um sintoma da luxúria. O ser humano acometido pela luxúria teria seu estado interior alterado, sua tranquilidade estaria igualmente perturbada. Como consequência deste estado alterado, intranquilo do ser humano, as inclinações para “gostos ilícitos” surgiriam.

A Igreja e a medicina se aliam condenando a procriação fora do enlace matrimonial. Estabeleciam normas de conduta e prescrições para os comportamentos luxuriosos, próprios das mulheres insubordinadas: as que expressavam seus desejos sexuais. Seus discursos moralistas se entrelaçavam e associavam o comportamento rotulado como inadequado à doença. Assim, as condutas não padronizadas se encaixavam no catálogo das perversões e excessos das mulheres lascivas. Estas eram conhecidas como mulheres perigosas, mulheres-dama, malditas, concubinas, mancebas e, portanto, traduzidas pelo seu comportamento, consideradas como insanas. Sofriam de febres, tinham doenças próprias da luxúria, todas contagiosas segundo a literatura dos séculos XVII e XVIII. Para serem curadas necessitavam da intervenção religiosa e, também, da intervenção médica. Cada instituição apresentava práticas que resultariam na cura da alma e do corpo, respectivamente.

Diluíam-se a doença no comportamento das mulheres, na medida em que a aliança entre o saber médico e a Igreja se fortalecia. Além de pecadoras, as mulheres ganhavam o estatuto de doentes. O discurso religioso veiculado pelos médicos da alma – representantes da Igreja – fortalecia-se com o saber científico, capturando a natureza feminina:

A doença contagiosa, a ‘pestilência’ e a febre transmissíveis eram as características de um metabolismo venal e perigoso (...) ela atacava, sobretudo, as próprias mulheres, contaminava todas aquelas que não se tivessem voltado para a vida doméstica e familiar, tornando-se por suas

características naturais alvos fáceis para as paixões (DEL PRIORE, 1995, p.181).

Segundo o trecho destacado, notamos o enlace entre ser mulher-mãe, esposa e do lar, como sinal de saúde¹⁹. Escapar da naturalização de um comportamento social modelar, no caso o da santa-mãezinha, parecia apontar para um estado orgânico alterado, doente, insuficiente, improdutivo.

Na Idade Moderna, o amor se consolida como enfermidade. Derivado desta moléstia, a luxúria foi catalogada como:

'delírio melancólico', furioso e lascivo de que as donzelas, as mulheres solteiras e viúvas e ainda mesmo as casadas são infeccionadas em consequência de uma paixão amorosa, excessiva e carnal', a luxúria corporificava uma moléstia-vício, além de facilitar uma taxilogia que dividia as mulheres entre sadias e malsãs (DEL PRIORE, 1995, p.182).

A luxúria acometia às mulheres e deveria ser enfrentada como uma doença letal e contagiosa e as luxuriosas deveriam ser excluídas, banidas do convívio em sociedade. Desta maneira, as mulheres casadas eram reguladas, intervindo na sua sexualidade dentro do casamento, associando o comportamento luxurioso como um mal a ser execrado, posto o perigo que representava para a saúde. Uma aliança discursiva entre os conhecimentos médicos associados às práticas religiosas performavam comportamentos em conformidade com a norma social, onde o comportamento sexual ideal da mulher deveria servir unicamente a fins procriativos.

O percurso da fala, que dividia as mulheres entre puras e infectas, terminava por enclausurá-las em territórios previamente balizados, elegendo na mulher sem apetites nem calores a ideal (DEL PRIORE, 1995, p. 185).

Outros termos se aglutinaram no rol do comportamento mórbido desviante. As paixões, consideradas como estados inflamatórios, nas mulheres se

¹⁹ Segundo Foucault (2006), a histerização do corpo da mulher foi parte de um conjunto estratégico das relações de poder emergentes em um cenário social, a partir do século XVIII. Não se manifestando de maneira única, uniforme, global, as manifestações do sexo, afirma o autor, não podem ser reduzidas à "sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial não explica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, às diferentes idades e às classes sociais" (FOUCAULT, 2006, p. 114). Assim, cabe ressaltar que o nosso olhar se dirige também nesta perspectiva.

manifestavam como falta e/ou perda do apetite, insônia, falta de vontade de cuidar das tarefas domésticas e outras atividades afins (como bordado, cuidado com os filhos, etc.). Em contrapartida a este estado melancólico, em que o corpo ficava prostrado, as mesmas mulheres sentiam fortes desejos sexuais. Assim, o corpo da mulher era contornado pelo discurso médico e moral católico, fundindo doença e pecado, aprisionando seus sentimentos e manifestações do desejo como um mal a ser combatido.

A melancolia surgia no discurso médico para designar a mulher não fértil; doente, portanto. Por não conseguir conceber filhos, esta mulher adoecida se opunha à imagem da ideal. A imagem da mulher melancólica era inflada por um discurso que a desqualificava e tornava uma sofredora, padecendo de medo e tristeza profundos. Sua imagem representava a figura do demônio na terra, invertendo a ordem divina. Deveria, portanto, ser banida, afastada, depreciada, silenciada.

O controle exercido sobre a mulher e seu corpo comparecia ora vindo da Igreja e dos representantes do discurso dominante, ora dos médicos. Prescreviam as oposições entre as mulheres, como dito, e associavam seus comportamentos em acordo com o bom ou mau funcionamento do seu órgão sexual. Este órgão deveria servir para a procriação, dentro dos recortes sociais e a boa saúde da mulher condizia com a maternidade. A mulher ideal nas mentalidades da Colônia era aquela fértil, saudável, casada, honesta, recatada e pura.

O discurso da Igreja reforçava o desenho social dicotômico difundindo a necessidade do recolhimento das mulheres no lar. O isolamento era destinado às mulheres solteiras mundanas, de comportamento desregrado. Enquanto os moralistas e religiosos vitalizavam o discurso da necessidade de enclausuramento da mulher e da supervisão de seus comportamentos sexuais, a medicina, por sua vez, em fins do século XVIII difundia a ideia de que, diferente do homem, o qual prescindia do coito para se manter saudável, a mulher “privada de companhia expunha-se a graves problemas” (DEL PRIORE, 1995, p. 187). Os chamados furores da madre acometiam as mulheres que ficassem sem um marido (por exemplo: as viúvas, freiras e solteiras). O vínculo entre a sexualidade da mulher, sua biologia e o seu comportamento social foi encapsulado pelo discurso médico, constituindo as mentalidades.

O caminho escolhido para trilharmos consiste em ressaltar a interlocução entre as diversas instituições já mencionadas, como a igreja, a família, o trabalho, o estado, a medicina, a biologia, a moral e certos arranjos forjados nas relações entre os sujeitos e estas instituições. O acento dirigido ao objeto de estudo – figuras de mulheres tidas como modelos em determinados contextos históricos e as reminiscências delas relacionadas à Rainha do Lar – parecem apontar para um destino já traçado desde o nascimento.

A manutenção ainda na atualidade de uma mulher que é mãe, esposa e dona de casa (do lar), na sociedade brasileira e a invisibilidade do trabalho doméstico por ela realizado no âmbito privado naturalizado como próprio dela, incluindo aí o cuidado das crianças e do marido, é evidenciada nas histórias quadrinizadas da Turma da Mônica, na sua versão tradicional. Nesse cenário, a mulher é controlada pelos discursos médico e religioso e também pela definição de sua função na produção/reprodução da vida social, nos mundos do trabalho, bem definida como aquela a ser realizada no espaço da vida doméstica, da família nuclear burguesa.

No contato com os escritos de Foucault pensando em práticas e produção de discursos produzidos pelos sujeitos e, ao mesmo tempo, produzindo sujeitos, percebi que vai de encontro à ideia descrita no primeiro capítulo, de Haraway e Mol sobre a escrita comprometida com a produção de mundo. Então, o que nos interessa não é tanto o modo como se representa, mas qual a função dos discursos enquanto produção de verdades nas relações com as pessoas, com os sujeitos; quais os efeitos produzidos nas relações dos sujeitos uns com os outros, com eles mesmos e com o seu corpo; quais as estratégias em jogo quando se medicaliza a conduta das mulheres naquilo que emergiu como campo de atuação e saber da medicina. Vimos neste capítulo, atravessados pela ideia de Foucault sobre a força do discurso (FOUCAULT, 2000) que o discurso oficial, neste caso o religioso, precisa de interdições, supressões, fronteiras e limites para dominar; precisa levar a coesão de afirmações e impedir a proliferação de outros discursos para controlar uma sociedade.

2.4 - A sexualidade encerrada na família burguesa moderna

O casal heterossexual representava a legitimidade da união permitida pela lei dos homens e de Deus. Segundo Foucault (2006), a sexualidade da Era Moderna foi encerrada nas quatro paredes do quarto do casal e legitimada como norma(lidade). Ali, a finalidade do sexo era a procriação e o casal que não seguisse este padrão era catalogado como anormal.

Outros autores usados nesse estudo apontam, por outra perspectiva teórica, como a “lei dos homens” age nesse constrangimento a uma certa normalidade. No estudo de Rodhen os códigos civis são mencionados. Del Priore também cita leis em diversos períodos históricos. Pela legislação dos anos 1950 o homem é o “cabeça do casal”, “chefe da família” e há uma série de atividades que a mulher só pode fazer com autorização expressa, “trabalhar fora” era uma delas.

O saber médico moderno ocupou-se em legitimar as determinações biológicas atrelando-as às funções sociais de homens e mulheres. Assim, responsável pela objetificação da sexualidade a partir destas determinações sexuais, à mulher burguesa foi garantida a responsabilidade pelo cuidado da família como mãe e esposa e o homem como aquele naturalmente “capaz de ser um provedor competente” (RODHEN, 2009, p. 15). Qualquer tensão gerada nessa amarração, fruto da dinâmica social e cultural em que homens e mulheres se inseriam era capturada como perversão, anomalia.

Descortinou-se um cenário em que a temática da Diferença se constituiu. A escolha da inicial maiúscula para a palavra diferença é proposital e o sentido que ela guarda diz respeito à importância que se instalou, ao longo do século XIX, pela busca das nomenclaturas e sentidos que pudessem dar conta dos fenômenos sociais emergentes. Tais fenômenos ganharam relevo porque inseridos em uma contextualização onde o conhecimento do funcionamento do corpo humano – da necessidade de entendimento, de compreensão deste corpo – vinculou-se à ideia de universalização de direitos para todos. Segundo Duarte (2009), a recém criada humanidade se constituiu e se afirmou através “do mundo público moderno, sustentado pela constituição de nações compostas por cidadãos conscientes e livres”. E continua:

Com efeito, ao longo do século XIX, a Diferença se afirmou entre os 'povos' civilizados e os selvagens; entre as 'classes perigosas' e os bons cidadãos; entre os 'loucos', 'criminosos' e 'crianças' e os 'adultos normais'. E também, por certo, entre o 'gênio criador' e o homem comum – fonte da ideia de uma 'aristocracia do espírito'. Criou-se o 'homossexual', para dar conta de supostas diferenças do 'instinto sexual'. Inventou-se um novo conceito de 'raça', sediado na corporalidade e também portador de qualidades morais, boas ou ruins (DUARTE, 2009, p.10).

Emergentes no século XIX, as especialidades médicas constroem seu saber a partir dos conceitos que criam e assim configuram, formulam um aparato em torno de saberes capazes de desvendar uma verdade última acerca do seu objeto de estudo. Nessa verdade última, encontramos a catalogação daquilo que é certo e errado, como vimos: o Diferente equivale ao errado, a partir desta lógica. Nessa verdade está, como vimos, inserida a classificação entre certos e errados: o Diferente é com certeza o errado.

No caso, escolhemos nos deter um pouco sobre a verdade da medicina constituída sobre o sexo e a sexualidade feminina em relevo. Se a mulher é mãe e esposa, não sê-lo, ou dar centralidade a funções sociais outras, é ser Diferente e, portanto, errada.

Foucault (2010) se dedicou, entre outros temas, a entender e analisar a ligação entre a sexualidade e a psiquiatria, surgida no período circunscrito entre 1845 e 1850. Sua curiosidade focada neste período decorreu de análises de casos penais, onde percebeu a psiquiatria vinculada a casos jurídicos. A sexualidade surgiu dentro de um entendimento que conferia sua manifestação tal como uma anomalia e referida à hereditariedade e à degeneração. Capturada como anomalia, a sexualidade se inscreveu no âmbito da psiquiatria e na negatividade. No período de 1850 a 1890, viu-se instituir a utilização discursiva da sexualidade como gatilho, início, fundamento de várias formas de anomalias e anormalidades. A noção de instinto e o surgimento da figura do perito como aquele investido de um saber específico e, portanto, capaz de olhar, investigar e dizer do indivíduo aquilo que ele mesmo desconhecia, constituiu um campo de saber e cuidado médicos. O saber médico é legitimado como detentor do poder de intervenção, controle e análise dos fenômenos sociais.

O anormal eclode junto com a sexualidade a ser controlada, catalogada e analisada. Tal qual o perito, o médico é investido de um olhar que detém o saber da verdade sobre o que é normal e patológico. Como agente do Estado, foi investido do

poder de polícia, devendo, portanto, separar, classificar, intervir nos fenômenos sociais, estabelecendo classificações normatizadoras que equalizassem os indivíduos. A partir de critérios de pureza moral e física, estas classificações seguiram os princípios higiênicos da época, eliminando e excluindo os portadores de caracteres nocivos. Assim, catalogaram as aberrações sexuais. Como apontado por Rohden (2000, p. 2): “Os médicos do final do século XIX propuseram classificações sociais baseadas nos princípios da higiene e em um projeto de pureza moral e física da sociedade, eliminando e excluindo os portadores de caracteres nocivos”.

Podemos dizer que algumas pistas foram fornecidas a partir desse processo de medicalização das condutas. Foucault (2010) aponta que ao se colocar a criança como foco de atenção do saber médico, um novo campo de saber emerge. Trata-se dos saberes da psiquiatria, da psicanálise, da sexologia, da educação e da psicologia compondo um modo de subjetivação. A criação de sistemas de verdades, onde ao pensar nos discursos e seus efeitos, nas práticas e estratégias em jogo neste processo, atentamos para os jogos de saber e poder que se relacionavam com o corpo social.

A partir da inspeção em torno da sexualidade infantil, o corpo das crianças passaram ser vigiado pelo corpo dos pais e, para isso, técnicas ensinadas em como proceder de maneira eficaz. Através desta nova forma de lidar com a criança, a partir da sexualidade infantil, vimos surgir a família burguesa moderna. Marcadamente nuclear, obedecendo a regras que orientavam aos pais a retirada dos adultos intermediários entre eles e seus filhos²⁰.

A família burguesa modifica-se a partir de meados do século XVIII. De uma família relacional, caracterizada pelos vínculos de ascendência e descendência, parentesco, alianças e outras formas de relação marcadamente regidas por regras de transmissão dos bens e status social. Dessa família burguesa, de onde as relações de transmissão se referiam aos interditos sexuais, vemos surgir uma família que, pela vigilância da criança, especificamente a partir de uma preocupação com a masturbação, os vínculos dos pais e seus filhos se tornam mais estreitos. Os cuidadores intermediários são descartados. E nesse movimento de aproximação corporal com a criança, os pais estabelecem uma relação mais corporal com a criança, com os filhos.

²⁰ Ressaltamos que as relações estabelecidas entre pais e filhos nas classes trabalhadoras se deram a partir da sexualidade infantil; entretanto, obedecendo a regras diferentes.

A vigilância da criança, das manifestações sexuais e da relação dela com estas manifestações, torna-se o centro de ancoragem para uma relação mais íntima entre pais e filhos. Vigiar a criança acerca da sua sexualidade (no caso apontado por Foucault, trata-se da campanha antimasturbatória) ocorre um processo em que o controle dos pais (interno, doméstico) se vincula ao controle médico (externo), que cataloga a masturbação infantil como dentro do campo da doença. E dessa maneira, o saber médico é introduzido no ambiente familiar e passa a reger o que ocorre neste ambiente.

Nessa proximidade corporal com seus filhos, os pais se tornam terapeutas e agentes de saúde capazes de diagnosticar seus filhos. Contudo, para a validação de suas condutas, o controle externo do saber médico polícia e intervém junto aos pais. É transferido para o interior da família o controle médico e científico, que valida o saber dos pais.

Em outras palavras, no momento mesmo em que se encerra a família celular num espaço afetivo denso, investe-se essa família, em nome da doença, de uma racionalidade que a liga a uma tecnologia, a um poder e um saber médicos externos. A nova família a família substancial, a família afetiva e sexual, é ao mesmo tempo uma família medicalizada (FOUCAULT, 2010, p. 217 - 218).

Não se diz da sexualidade no interior da família, mas se diz dela ao especialista, ao médico. Vigilância e silêncio no interior da família acerca da sexualidade, em contraposição com a necessidade de expô-la ao médico. A sexualidade é construída vinculada à medicina e a família é sua mediadora. A família é a intermediária entre o corpo infantil e o saber médico.

Resumidamente sobre a sexualidade, podemos pensar que a família moderna, mais próxima corporalmente de seus filhos, é ao mesmo tempo agente do médico, mediadora da medicina (e de suas especialidades, bem como da psicanálise e da sexologia) e corretora, aplicadora dos instrumentos médicos (educadora).

Foucault tenta situar a mudança da família relacional para a família célula, família nuclear que se instaurou a partir da campanha da cruzada antimasturbatória. Em linhas bem gerais, situa esta empreitada como resultado da necessidade da “educação natural das crianças” (FOUCAULT, 2010, p. 222). Frisando a especificidade social vivenciada em fins do século XVIII, Foucault aponta dois

propósitos da problemática instaurada acerca da masturbação infantil. O primeiro ponto diz respeito à necessidade de manutenção da vida da criança. Sem investimento da família neste indivíduo, ele padeceria e morreria. Do ponto de vista político e econômico do Estado, era necessário controlar a mortalidade infantil, investindo em um crescimento demográfico útil a sociedade.

A família relacional sustentava-se dentro de um aparato mais “frouxo, polimorfo e complexo” (FOUCAULT, 2010, p. 221), o que significava uma dificuldade maior de intervenção, vigilância, apoderamento do Estado sobre esses corpos produtivos. Assim, a família nuclear burguesa moderna surge de uma necessidade de controle mais insidioso, intensificado do Estado sobre os indivíduos. Esse controle se apresenta em forma de vigilância constante dos pais sobre seus filhos e mediados pela racionalidade médica, o que confere um processo de vigilância constante sobre os corpos dos indivíduos. Nessa dinâmica de vigilância constante dos pais sob seus filhos, a responsabilização pelo custeio econômico dessas vidas torna-se responsabilidade da família. O Estado, então, passa a ter um corpo útil, produtivo e docilizado, controlado, educado para fins de exploração capitalista. A medicina surge dentro desta política de equalização social dos corpos.

Foucault propõe pensar o que significa a ideia de educação natural das crianças pelos pais e que surge na segunda metade do século XIX. Para ele, dois pontos importantes devem ser realçados como resultantes da campanha antimasturbatória. O primeiro deles é a desqualificação e o desaparecimento dos cuidadores intermediários entre as crianças e os pais. A educação da criança não deveria ser mediada por criados, empregados domésticos, preceptores (professores, educadores), dentre outros personagens que pudessem retirar dos pais o acompanhamento constante de seus filhos.

O segundo ponto que Foucault ressalta acerca desta ideia de naturalização da educação parental dos filhos, diz respeito à penetração na relação da família nuclear da racionalidade e da disciplina médica e pedagógica. Assim, a compactação da família relacional em uma família nuclear marcada pela vigilância constante dos pais, sem intermediários no processo de educação e cuidado dos filhos, resulta em uma facilitação da infiltração de certas técnicas de saber e poder da medicina, responsável pela transmissão das nomenclaturas de capturas do indivíduo. Ou seja, é o poder médico que se infiltra, através de uma membrana que se forma ao redor do corpo da criança pelos pais, e que medicaliza esta relação.

Cria-se um sistema de retroalimentação, onde os pais necessitam do saber dos especialistas para funcionarem como agentes mediadores e executores dos procedimentos técnicos da normalização social.

Como agente da saúde, a mulher se torna auxiliar principal do médico e a maternidade é valorizada em detrimento do prazer sexual. Como estratégia política de controle urbano, ao qual o projeto da medicina social estava implicado no século XIX, a glorificação social advinda do cuidado e zelo da família, em nome da maternidade, foi um emblema defendido pela medicina higiênica. Diante dos primeiros sinais de emancipação feminina, a medicina pregava a necessidade das mulheres se manterem no espaço privado do lar, cuidando e zelando de seus filhos e da sua família, enaltecendo a maternidade como destino social e biológico da mulher. Os médicos como agentes da moral e do saber da verdade científica tornam a sexualidade alvo de regulação, sobretudo, a sexualidade feminina.

E nesse processo de se estabelecer o modelo padrão de conduta social, os discursos sobre as mulheres prostitutas e mundanas, inflamam-se. Como já dito, seriam estas mulheres as desviadas, não passíveis do projeto normatizador. A histeria se insere neste contexto, onde a mulher que não é docilizada, que não se enquadra nas prescrições domésticas é capturada pelo discurso da histérica. Este discurso consegue capturar tanto as mulheres que têm honra e que são “de família”, bem como as “perdidas”. A histeria se tornou uma doença diretamente vinculada à sexualidade feminina, que “intrigava particularmente pela pretendida ânsia sexual e pelo fato de incorporar uma doença que estranhamente não deixava marcas físicas” (RODHEN, 2000, p. 14). As doenças nervosas também eram estritamente vinculadas ao feminino e relacionadas à debilidade moral. Assim, a mulher histérica também era detentora de certa fragilidade nervosa. A histeria incorporada ao discurso médico, catalogada como doença, tornou-se um padrão negativo da mulher, desqualificando-a e destituindo-a da qualidade de boa esposa e mãe de família.

O discurso médico, portanto, foi validado a partir da criação de leis que diziam da conduta social e moral dos indivíduos intrinsecamente referidos a sua fisiologia, biologia e anatomia. Sobre a mulher da Era Moderna, civilizada, o distanciamento dos filhos vinculava sua imagem à da mulher incivilizada e desnaturada. A criação dos rótulos negativos servia às estratégias de prevenção e

educação das mulheres para não praticarem o abandono, o infanticídio, nem o aborto.

Outro ponto importante destacado por Rodhden (2000) diz respeito à propagação da ideia de que as mulheres eram seres inferiores. Esta conclusão era descrita em tratados médicos datados do século XIX, decorrente das características próprias à anatomia feminina. Esta visão conferia à mulher, sobretudo, às loucas, criminosas e prostitutas, uma necessidade de vigilância constante. O discurso de infantilização da mulher a acompanhou durante um tempo, ressaltando a desresponsabilização de seus atos. Contudo, a autora ressalta uma mudança nesta perspectiva médica e a localiza em fins do século XX. A mudança da visão médica ressalta o caráter de periculosidade natural do sexo feminino (constituente) em conformidade com a teoria da degeneração.

A degeneração convertia-se em um foco privilegiado da atenção dos médicos preocupados com a formação de um novo tipo de indivíduo, com o aprimoramento da população e melhoria da raça. A partir do estudo da alienação mental e criminalidade, a psiquiatria formulava a noção de uma má formação, uma deficiência física e mental, em suma, uma constituição anômala ou degenerada, que explicaria tais comportamentos (RODHDEN, 2000, p. 9).

Vale, portanto, evocar uma vez mais a precisa advertência de Foucault (2005), para quem a relação saber-poder encontraria no corpo seu suporte e campo de atuação e, conseqüentemente “(...) estaríamos submetidos a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos (...) que trariam consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2000, p.29).

O saber médico institui os degenerados da sociedade, aqueles incapazes de serem submetidos ao processo civilizatório, invalidados por consequência e que sofrem de defeitos hereditários, sendo nocivos à convivência em sociedade. São eles os loucos, as prostitutas, os negros, os desviantes sexuais, as histéricas, os infanticidas, os criminosos e os alienados. São degenerados psíquicos e transferem seus genes, também degenerados, aos seus descendentes.

Seguindo esta lógica da teoria da degeneração, as doenças venéreas ganharam espaço de destaque no circuito médico, estimulando as delimitações da normalidade e da saúde sexual, fomentando as discussões públicas acerca da sexualidade. Nesta ocasião, o discurso médico se apropria do corpo da mulher localizando nele o

lugar dos maus instintos, transformando em anomalia as 'peculiaridades' deste sexo. Estudando aborto, infanticídio, prostituição e loucura, detectam sinais de uma monstruosidade peculiar à mulher, uma base degenerada comum a todas as descendentes de Eva. Ela agora não é mais a criança irresponsável, mas alguém no nível de uma raça inferior, identificada por diagnósticos médicos como um ser que se distingue pelo cérebro menor e gânglios maiores. A sua patologização vai fazer com que se conclua que ela é uma criminosa em potencial, capaz de se entregar à prostituição caso não haja controles adequados, uma histérica excessivamente sexuada (RODHEN, 2000, p. 10).

E é neste cenário exposto que as especialidades médicas se afirmam e se legitimam através do saber científico. O corpo da mulher torna-se objeto de análise e é definido, sobretudo, a partir de sua diferença sexual. Em meados do século XIX, desenvolvem-se a ginecologia e a obstetrícia como saberes específicos acerca deste corpo e de suas manifestações. Juntamente com a ciência médica, outros discursos referidos à natureza da mulher, bem como às funções sociais que lhe são correlatas se entrelaçam e se fortalecem. Um tecido é criado onde em sua trama se enredam diferentes discursos que tentam dar conta dos fenômenos acerca do feminino.

Ao escapar das explicações históricas imediatistas, Foucault (2006) destaca a existência de diversas forças envolvidas em determinado momento histórico. Estas forças se articulam a partir de práticas e discursos, os quais obedecem a objetivos estratégicos ou táticos, sempre articulados de maneira não linear, casuística, mas admitindo graus complexos de análise. Acompanhando o autor, os discursos engendram práticas, saberes e poderes.

Durante o século XIX, a sociedade brasileira passou por uma série de mudanças, dentro de todo um contexto mundial ocidental. Contudo, nosso foco se dirige às especificidades urbanas no Brasil desta época, mais especificamente ao cenário onde emerge a Rainha do Lar. Cabe dizer, que ressaltamos um cotidiano burguês, classista, sobretudo, no qual algumas Revistas endereçadas ao público feminino – O Jornal das Moças, O Cruzeiro e Querida – eram largamente lidas pelas mulheres, moças de família, daquela época.

Capítulo III – A Rainha do Lar, a mídia e os efeitos das relações de poder

3.1 - As Mulheres da Classe Média Brasileira nos Anos 1950: a Rainha do Lar

A formação da opinião das mulheres da classe média brasileira nos anos 1950 – período conhecido como Anos Dourados – era fortemente influenciada pela imprensa daquela época. O casamento era almejado pelas moças de família, que se esmeravam em um modelo ideal de mulher: donas de casa, esposas e mães – as Rainhas do Lar. Deveriam ser recatadas, contidas em seus atos e fazer todos os esforços possíveis para manter o casamento, a família unida e a satisfação do marido. O modelo de mulher ideal da classe média brasileira dos anos 1950 se definia pela feminilidade, ancorada no instinto materno, na pureza, resignação, doçura, na contenção de seus afetos e pela ocupação das tarefas domésticas, do cuidado dos filhos e do marido. O que não significa que todas as mulheres pensavam e agiam de acordo com o esperado. Mas as expectativas sociais existiam e constituíam suas realidades influenciando condutas, hábitos e “pesando em suas escolhas” (PINSKY, 2011, p. 608).

Os valores morais sexuais diferenciavam o comportamento de homens e mulheres, as quais também se distinguiam entre si de acordo com o seu comportamento sexual. As chamadas moças de família ou boas moças – treinadas para serem recatadas, controladas, obedientes e virgens – usufruíam do respeito da sociedade, trilhavam o bom caminho e tinham como seu par de oposições as moças levianas, aquelas que não se davam ao respeito e tinham liberdades físicas com os homens. Estas últimas se encontravam mais próximas das prostitutas. O discurso moralista pregava a presença da mulher no âmbito privado, ratificando uma oposição com o mundo público, destinado ao homem. Os valores sociais de classe, raça e gênero disseminados apostavam na crença de uma natureza masculina, civil do homem e na natureza virtuosa, maternal da mulher.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o cenário político brasileiro passou por transformações que afetaram as relações entre homens e mulheres. A democratização, a maior possibilidade de acesso à informação, ao lazer, ao consumo, o crescimento urbano e industrial diminuíram o espaço entre homens e mulheres em termos profissionais e educacionais. Entretanto, as distinções de papéis entre homens e mulheres baseados em uma moralidade sexual

permaneciam favorecendo os homens, liberando-os para os relacionamentos extraconjugais, enquanto as mulheres tinham uma vigilância permanente sobre sua vida sexual e seu comportamento em geral.

A veiculação de imagens femininas, masculinas, da família modelo, bem como os ditames sociais regentes do comportamento da juventude, a obediência aos mais velhos, a castidade, dentre outros, eram amplamente difundidos na imprensa, inclusive em revistas femininas. Como fonte de informação e formação de condutas socialmente aceitas, as mensagens dirigidas aos pais e suas filhas exerciam forte influência sobre o comportamento das moças de classe média. Para obter respeito na sociedade, as moças de família precisavam se casar. A ascensão social visada – mulher do lar, casada e com filhos – decorria do seguimento de uma série de regras e normas propagadas pela mídia. Os valores de classe social, raça e gênero eram espalhados encobertos por um consenso social sobre a moral e os bons costumes.

No período dos Anos Dourados, as revistas femininas aconselhavam as moças de família a seguirem modelos de comportamento rígidos. Divulgavam a maneira adequada do vestuário, quais deveriam ser seus interesses e assuntos que não deveriam lhe interessar por serem pertinentes aos homens. A feminilidade relacionava-se a uma educação desde a tenra idade para os cuidados do lar e para a maternidade, a qual se atrelava aos valores de doar-se e fazer feliz os outros. O gosto pela aventura, pela participação no mercado de trabalho era pertinente à natureza masculina. Havia um grande temor que assombrava as mulheres da classe média brasileira daquela época: não alcançar o título de Rainha do Lar, destino natural de realização da mulher.

[...] há brinquedos básicos que falam o idioma da humanidade inteira, e para estes não há possibilidade de passar da moda nem de época [...] uma menina é uma pequena mãe, e uma boneca sempre terá guarida em seus braços [...] um menino estará sempre por aquilo que reclamam sua destreza desportiva [...] Uma pessoa que vai fazer um presente de brinquedo [para criança] deve procurar o simples, o que responda ao natural instinto da criança. (Jornal das Moças, citado em PINSKY, 2011, p. 609).

A relação intrínseca entre a feminilidade e o gênero feminino definido pelos caracteres sexuais da mulher conformavam uma mulher-padrão idealizada, uma mulher normal, portanto. Qualquer desvio deste objetivo era considerado anormal,

contra a natureza. As qualidades instituídas e valorizadas socialmente para a mulher-padrão da classe média brasileira dos anos 1950 eram a de cuidadora do lar, da família e que não deveria trabalhar fora de casa.

A visão social compartilhada era conservadora e moralista. A educação vigilante e controladora por parte dos pais e dos educadores era respaldada pela mídia (este termo está intimamente ligado aos conteúdos das revistas femininas já citadas, fortemente dirigidas à modelagem de comportamentos daquela época). Uma ênfase na vigilância recaía sobre o controle dos corpos infiltrando-se nas próprias sensações. A preocupação social veiculada pela mídia informava como as moças deveriam controlar seus afetos e respaldava a educação parental. Orientados a não permitirem alguns gostos musicais, literários e cinematográficos por serem vinculados à má influência para as jovens, os pais também eram responsáveis por educarem suas filhas a terem autocontrole, saberem distinguir o certo do errado. Era uma forma de vigilância interna das próprias sensações, a fim de responderem socialmente a boa moral e aos bons costumes. Nessa época, as mocinhas podiam sair com os rapazes, podiam casar por amor – condutas não permitidas outrora – contudo, as intimidades sexuais entre os namorados mantinham-se como tabu e cabia às moças de família “conservar suas virtudes e a conter sua sexualidade em limites bem estreitos: dando-se ao respeito” (PINSKY, 2011, p. 610).

Os pais atentos à educação de seus filhos deveriam cuidar dos ensinamentos dos bons costumes. As mães orientavam suas filhas na sua maneira de vestir e, por sua vez, também zelavam por seu vestuário, seguindo os conceitos de adequação a sua categoria social. Assim, uma rede se constituía através dos corpos. O que pretendo dizer com isso? Uma espécie de fio subjetivo se formava costurando os valores sociais vigentes apresentados nas palavras de circulação da mídia, que, por sua vez, era controlada pela censura valorada de acordo com o discurso dominante. Tecia-se um enredo em que pontualmente uma pequena reação a um valor estabelecido e compartilhado socialmente ao ser tensionado era capturada por outro valor, também estabelecido e compartilhado socialmente. Independente do destino que tivesse seria novamente capturado, formando uma espécie de linha subjetiva tecida pelas relações e tecedora destas mesmas relações. Caso este comportamento expresso fosse frequente em uma vibração conjurada por todos daquele meio, o comportamento era visto como normal. Ou seja, se esta vibração fosse do valor aceito socialmente, teríamos uma moça para casar, uma

moça de família. Em contrapartida, se a frequência da vibração fosse referida ao valor não aceito socialmente por aquele grupo, visto como desviante, a moça seria a leviana, a vassourinha ou maçaneta – aquela que passa de mão em mão e depois é colocada de lado. Não corresponderia ao comportamento de moça para casar. Assim, outro fio se constituiria e se enredaria na vida desta moça. Pelo discurso daquela época poderíamos inferir na produção de uma não-mulher. Como assim? O tecido composto por esta trama, feito nas relações desta frequência de vibração seguia pelo fio não-natural da mulher, cujo destino é não casar, não ter marido, não ter uma casa para cuidar. Logo, as características forjadas no tecido subjetivo da feminilidade e da essência mulher não se encontravam. Teria que seguir outra tessitura.

Seguindo a orientação para a criação de boas moças, moças de família, os pais atentos deveriam se importar com as companhias de suas filhas. “Os mais conservadores ainda preferiam que elas só andassem com rapazes na companhia de outras pessoas – amigas, irmãos ou parentes os chamados seguradores de vela” (PINSKY, 2011, p. 612).

E assim, compunham rígidas fibras sociais que amarravam os comportamentos polarizados em bons e maus. As moças para casar deveriam salvaguardar-se da companhia das outras moças mal vistas, das ditas levianas, pois poderiam ser mal influenciadas. Elas deveriam ser dóceis, recatadas, não se opor ao poder masculino e ser constantemente lembradas por si e pelos outros de como se comportar segundo o código social vigente: “a moral sexual dominante nos anos 1950 exigia das mulheres solteiras a virtude, muitas vezes confundida com ignorância sexual e, sempre, relacionada à contenção sexual e à virgindade” (PINSKY, 2011, p. 613).

A composição²¹ do comportamento sexual masculino daquela época também seguia determinados valores onde a virilidade, a masculinidade eram fomentadas pelos pais e pela sociedade. Para o homem saudável, o comportamento sexual ativo era estimulado logo cedo com prostitutas e com mulheres que “não serviam para casar” – as galinhas, biscates, garotas fáceis, moças levianas, desfrutáveis (adjetivos usuais daquela época para a mulher) – opostas àquelas que serviam para serem as mães de seus filhos, suas esposas. A masculinidade do rapaz era medida

²¹ A palavra composição foi utilizada para dar a ideia de química, mistura de ingredientes. Como se fosse possível fabricar um homem de verdade.

pela frequência de suas incursões sexuais e as mulheres deveriam aceitar esta conduta como natural do homem. Dificilmente os rapazes estavam dispostos a aceitar como esposa uma moça que não fosse mais virgem. No Código Civil existia uma previsão para anulação do casamento, caso o marido verificasse que a esposa não era virgem e poderia se valer também do Código Penal para se salvar, caso ficasse comprovado que a moça o enganara. Havia previsão por lei de punição à mulher neste caso. “A virgindade era vista como um selo de garantia de honra e pureza feminina” (PINSKY, 2011, p. 614).

As moças mais pobres eram utilizadas pelos rapazes da classe média e alta (burgueses) para satisfazerem suas necessidades sexuais. O poder masculino se afirmava no controle da sexualidade feminina, conferindo-lhe valores quantificáveis de graus de pureza padronizados pela virgindade. A mulher bem vista socialmente tinha sua castidade e inocência mantidas até o casamento e era mais nobre que as demais. As moças de nível social inferior poderiam ser tomadas como troféus para os rapazes, na medida em que fossem desvirginadas. Eles concorriam entre si demonstrando sua virilidade pelo número de moças virgens que seduziam. Assim, reforçavam também as desigualdades sociais.

Nas relações entre moças e rapazes existiam regras de aproximação aconselháveis, as quais as moças deveriam seguir atentamente com a penalidade de ficarem mal faladas. Podiam flertar com os rapazes, mas deveriam manter-se atentas aos seus modos, pois aquela corte poderia não resultar em algo mais sério, um compromisso – o namoro, noivado e casamento. Nos anos 1950, as revistas e jornais femininos cuidavam em dizer que cabia aos homens a aproximação. A moça não deveria ser oferecida: ciente de seu lugar aguardava a iniciativa do rapaz. Contudo, a mídia também ensinava estratégias para as moças não perderem um bom partido e não ficarem para titia, a solteirona – sinônimo de fracasso social. Deveriam estar sempre de bom humor, serem vaidosas, amáveis e interessadas pelo trabalho e pelos gostos dele, achá-lo inteligente e ter uma postura ingênua, fazendo-o acreditar na sua devoção. “A garota deveria fazer parecer que a iniciativa vinha do rapaz: ‘Ela pode conquistá-lo dando-lhe a ilusão de que está sendo conquistada’. Vemos que, ao menos nas aparências, o poder masculino era mantido” (PINSKY, 2011, p. 614).

Os perfis de conduta nos relacionamentos entre moças e rapazes eram conduzidos pela mídia dos anos 1950 em cada detalhe. A leitura dos tabloides

servia de guia para as moças, além de auxiliarem na educação delas pelos pais. Reforçava-se a ideia de que o mais importante eram as aparências, independente do desejo feminino. À mulher cabia saber se controlar a si mesma, a conter suas ações espontâneas, considerando aquilo que o entorno – o rapaz pretendente, os vizinhos, as amigas, os familiares, seu círculo de convivência – pudesse inferir a seu respeito. Assim, disseminavam-se as regras sociais de relacionamento entre moças e rapazes. Criava-se uma espécie de seleção natural de homens e mulheres ideais para o casamento.

Os homens desinteressados pelo casamento eram rotulados como aproveitadores e mulhereiros. Deveriam ser evitados pelas moças de família a qualquer custo assim que fossem identificados. Já os homens para casar – o bom partido - eram reconhecidos como rapazes trabalhadores, honestos, capazes de manter uma família com conforto e respeitavam os limites de carinhos mais íntimos com a namorada. Contudo, eram facilmente absolvidos pela crença na natureza viril do homem, uma tendência ao desejo sexual pela mulher, caso eles se excedessem em suas carícias.

O namoro era considerado uma etapa preparatória para o noivado e o consequente casamento. Sendo assim, as moças não deveriam iniciar um namoro sem a previsão de cumprir esta sequência. Apoiados pela família, o casal de namorados treinava para a futura união, caso contrário, o relacionamento dificilmente vingava. A moça mostrava seus atributos como futura dona de casa, isto é, disponível, carinhosa e recatada, boa cozinheira e o rapaz, provedor. Buscavam um relacionamento pautado no amor por ser um sentimento considerado dirigido pelo juízo e pela razão. Passível, portanto, de ser domesticado. O sentimento oposto – a paixão – era condenado por violar as leis da moral e da ordem (PINSKY, 2011). A paixão era um sentimento que não conduzia ao casamento por seu caráter descontrolado, passageiro que levava os jovens a cometerem atos impensados, desmedidos. Portanto, não devia ser alimentado.

O amor só seria aceitável se não rompesse com os moldes convencionais de felicidade ligada ao casamento legal e à prole legítima. A abnegação poderia fazer parte do amor feminino, o deslize passional nunca (PINSKY, 2011, p. 618).

O controle social aparecia também ao estipular o tempo de namoro e a idade com que os jovens deveriam se casar. O primeiro não deveria se estender por muito tempo. Tendo certeza da intenção do rapaz para se casar, porque a mulher naturalmente já tinha essa pré-disposição, seguia-se a etapa seguinte: o noivado. O tempo de duração era importante para a reputação das moças, que corriam o risco de ficar mal faladas, caso se suspeitasse a perda da virgindade. Mensagens dirigidas às moças circulavam na imprensa ensinando como comportar-se com o noivo, evitando, por exemplo, ficar a sós com ele. Cabia às mulheres sustentar a virgindade até a noite de núpcias. Caso contrário, podiam cometer “o crime de roubar ao casamento sensações que lhe pertencem correndo o risco de frustrar a vida matrimonial” (Revista O Cruzeiro, citado em PINSKY, 2011, p. 619).

Quanto à idade do casal, valorizavam-se as condições de saúde da mulher para os cuidados domésticos e a criação da prole. Aos dezoito anos a moça possuía condições ideais orgânicas e físicas para o casamento e o rapaz poderia aguardar um pouco mais, pois precisava estabelecer-se financeiramente.

Há vantagem em casar-se cedo? Sim [...]... Muita gente, entretanto se insurge contra o casamento cedo, tanto para a mulher quanto para o homem, alegando que este precisa ‘gozar a vida’ e que aquela não deve assumir tão jovem as canseiras de mãe de família e dona de casa. Quem argumenta assim são espíritos fracos que têm medo à responsabilidade, pois nenhuma mulher bem casada e que tenha personalidade lastimará os trabalhos decorrentes do casamento. Ela se sentirá útil e esse simples pensamento a aliviará em seus momentos de canseira [...] Uma moça com 18 anos [...] já está em condições de assumir um casamento. Consideremos, portanto, que, em situação normal, a mulher não deva casar-se antes dos 18 anos. Mas dessa idade em diante e de preferência mesmo não muito além dela a mulher deve casar-se (Revista O Cruzeiro, citado em PINSKY, 2011, p. 620).

As informações sobre a sexualidade humana não eram claras para os jovens de ambos os sexos. Mantinham-se obscuras e o interesse pelo assunto esbarrava em “censuras, reservas, silêncios e preconceitos” (PINSKY, 2011, p. 620). As revistas femininas veiculavam informações sobre a sexualidade sem utilizar algumas palavras como sexo, relações sexuais, virgindade e educação sexual. As mulheres eram conformadas a uma vida sexual sem prazer, atrelando suas sensações, emoções e pensamentos à maternidade como única forma de realização pessoal. As relações sexuais conjugais eram, portanto, uma premissa para alcançar esse

objetivo e tratadas como obrigações conjugais, necessidades do casamento, realidade a ser enfrentada, missão a ser cumprida (PINSKY, 2011).

A ideia em comum de religiosos, pais, educadores e jornalistas com pensamentos mais avançados era oferecer aos jovens uma educação sexual. Muito mais interessados em manter sob-rédeas curtas a vida sexual do casal, o controle social se apresentava disfarçado em preocupação com uma gestação indesejada, que teria um impacto desastroso na vida do casal (PINSKY, 2011). Assim, na segunda metade dos anos 1950, a educação sexual servia de instrumento para preparar os jovens ao matrimônio lícito, com vistas à procriação, em nome da ordem, dos bons costumes e da manutenção da moralidade. A gravidez indesejada orientava a conduta das mulheres para se manterem dentro dos padrões sociais exigentes: virgindade até o casamento e relações sexuais com o marido unicamente. O advento da pílula anticoncepcional no Brasil começou a se popularizar mais tarde, na década de 1960, fato que possibilitou às mulheres outros desdobramentos possíveis em suas escolhas.

Algumas formas de acesso à informação sobre a sexualidade faziam parte do cotidiano das moças. Leituras às escondidas, conversas entre as mulheres casadas acompanhadas atrás da porta ou com certa proximidade, perguntas dirigidas às tias, conversas com amigas e até mesmo com o namorado, além de assistirem a filmes permitiam a formação de um contexto cheio de incertezas e fantasias sobre o tema. Diante desta obscuridade, a iniciação sexual das mulheres da classe média brasileira dos Anos Dourados dificilmente se dava de modo tranquilo.

Conforme a urbanização avançava, os hábitos da população se modificavam. A necessidade da utilização do transporte público, a popularização dos automóveis aumentava de acordo com a necessidade de deslocamentos maiores. Surgiam mais possibilidades de acesso ao lazer, às diversões noturnas, o que aproximavam os jovens. A vigilância dos pais sobre seus filhos diminuía. Os filmes norte-americanos encantavam as famílias e estimulavam mudanças de hábitos e condutas. Contudo, a mídia conservadora insistia em valorizar o comportamento dos que agiam de maneira contida, discreta e elogiava os filmes que apresentavam personagens condizentes com esta descrição. Escandalizava-se com as danças do Carnaval e com o "*Rock and Roll*", pois a aproximação dos corpos possibilitava facilmente abusar das jovens moças de família, ingênuas e inexperientes.

Diante de tantas mudanças de comportamento e a confrontação de valores mais conservadores com aqueles novos que surgiam, muitas jovens ficavam confusas em como se comportar adequadamente diante do rapaz. Ao mesmo tempo em que se valorizava a imagem da moça virtuosa, contida, autocontrolada, ingênua, cobrava-se da mesma moça a condução do relacionamento sexual e amoroso com o rapaz. Assim, uma relação conflituosa se estabelecia diante de seus desejos e fantasias com a expectativa social da mulher ideal: aquela cujo destino era a maternidade (incluindo a dedicação ao cuidado do marido, dos filhos e do lar) viabilizada pelo matrimônio lícito.

À mulher cabia a condução do relacionamento com o rapaz de maneira sutil, sem explicitar que assim se operava a relação. Ora devia demonstrar-se subalterna, ora devia impor os limites na condução dos carinhos íntimos. A prescrição do comportamento das mulheres nem sempre obedecia a um rigor minucioso, o que as defrontava com dilemas pessoais. A mídia era uma interlocutora importante das angústias femininas, pois apresentavam soluções, fórmulas de condutas para resolverem seus dilemas.

Depende muito da moça a maneira como é tratada pelos rapazes. Se dá preferência a modas e modos provocantes, perde o direito de queixar-se se o rapaz quiser avançar o sinal. O estímulo quem deu foi ela. [...] chamar a atenção dos rapazes [com gestos estudados e sensuais] é depreciativo para a moça” (Revista O Cruzeiro, citado em PINSKY, 2011, p.612).

[...] quando uma mulher sorri [para um homem] é porque é apresentada. Quando o trata com secura é porque é de gelo. Quando consente que a beije, é leviana. Quando não permite carinhos, vai logo procurar outra. Quando lhe fala de amor, pensa que quer ‘pegá-lo’. Quando evita o assunto é ‘paraíba’. Quando sai com vários rapazes é porque não se dá valor. Quando fica em casa é porque ninguém a quer. [...] Qual é o modo, pelo amor de Deus, de satisfazê-lo? (Revista O Cruzeiro, citado em PINSKY, 2011, p. 622).

Embora existisse um standard de conduta, as moças não se mantinham totalmente aprisionadas em seus modos de ser e manifestavam resistências ao modelo-padrão. Ousavam em sua maneira de vestir, fumavam, optavam por perderem a virgindade e, ainda assim, sustentavam as aparências de moça pura. Independente do destino social que tivessem – moças perdidas, levianas, mal faladas e, portanto, estigmatizadas; ou o seu oposto – as transgressões de algumas

serviram para contestar os valores e as normas de conduta vigentes, ampliando os limites estabelecidos para o feminino.

O preconceito acompanhava o destino das mulheres diante das mudanças sociais. A ampliação do mercado de trabalho na década de 1950, impulsionava-as a participarem da vida extraluar. O setor de serviços (escritórios, comércio, serviço público) e algumas profissões como enfermeira, médica, assistente social, professora, dentre outras, exigiam mais acesso à informação e qualificação. Trabalhadora formal e com maior escolaridade, à mulher que trabalhava fora de casa foi conferido um status social diferenciado, comparado ao dos homens e, também, às mulheres que se mantinham no/do lar (domesticadas). A preocupação social com o cuidado da família, a organização doméstica e, conseqüentemente, com o matrimônio aumentavam, alegando-se a sua ameaça. Na medida em que as mulheres não se dedicavam mais exclusivamente ao lar, a mídia produzia o reforço e a justificativa da necessidade da mulher permanecer como cuidadora da casa, dos filhos e do marido.

O trecho a seguir da Revista Querida, datado de novembro de 1954, expõe o pensamento social proliferado pelos veículos de comunicação, utilizando argumentos com a intenção de culpar a mulher pelo fracasso de qualquer acontecimento no espaço doméstico, no caso, devido a sua tentativa de sair do esquadro para ela determinado: a responsabilidade do governo da família e da casa.

Lugar de mulher é o lar [...] a tentativa da mulher moderna de viver como um homem durante o dia, e como uma mulher durante a noite, é a causa de muitos lares infelizes e destroçados. [...] Procurar ser à noite esposa e mãe perfeitas e funcionária exemplar durante o dia requer um esforço excessivo [...]. O resultado é geralmente a confusão e a tensão reinantes no lar, em prejuízo dos filhos e da família (Revista Querida, citada em PINSKY, 2011, p. 624).

Segundo o discurso dominante, a perda da feminilidade estava ameaçada, pois o trabalho fora de casa rompia com o destino natural da mulher. A ameaça à mulher aparecia nas revistas femininas na medida em que se alegava que tentar ocupar um lugar destinado aos homens implicava a perda do sustento, da proteção, do respeito garantido por eles. A vergonha de ter a esposa trabalhando fora por questões financeiras era um sentimento comum aos homens de classe média. Normalmente, as moças, quando casavam ou tinham o primeiro filho, deveriam abdicar do trabalho, mantendo-se sustentadas pelo marido, dedicando-se

inteiramente ao lar e preservando-se da rua (PINSKY, 2011). Contudo, as resistências ao modelo-padrão continuavam: ganhar a independência financeira e a mobilidade social, satisfazer a si mesma como consumidora para si própria e para a família colidia com os valores tradicionais criados para a mulher burguesa, que atrelavam à feminilidade à maternidade, o cuidado do lar e do marido.

A hierarquia entre masculino e feminino mantinha-se como um embate entre forças opostas. O primeiro, mais forte, poderoso, tinha mais capacidade intelectual e assim deveria ser mantido. Este embate, contudo, não era declarado. Perpassava as relações e se mantinha sustentado pelos dois lados; ou seja, pelos homens e pelas mulheres. O que se propõe aqui não se trata de uma visão vitimadora das mulheres e dos homens como seus algozes. Trata-se da descrição do contexto em que estas relações se construíram daquela maneira para podermos pensar mais adiante as consequências dos enredos descritos no contexto da pesquisa.

A educação profissional para as mulheres não era valorizada. O magistério era o curso considerado como o mais próximo da maternidade e, usualmente, quando as moças completavam os estudos, desqualificavam-nas, amarrando a formação profissional ao melhor desempenho como esposas capazes de saber conversar. Assim, a escolha profissional tinha como finalidade para a mulher torná-la mais apta a “agradar os rapazes” (PINSKY, 2011, p. 626), além de poderem utilizar seus aprendizados para uma boa gestão da casa e da educação dos filhos. Contudo, a busca pelo conhecimento, por assuntos atuais e o gosto pela diversidade cultural servia como uma espécie de repelente para os homens: essas garotas mais inteligentes e cultas eram rotuladas como aquelas que não teriam muitas chances em encontrar um interessado para casar e fazê-las felizes.

O equilíbrio conjugal dependia da mulher que deveria saber qual o seu lugar: cuidar dos afazeres domésticos como cozinhar, lavar, passar, limpar a casa e cuidar dos filhos. Sem questionamentos e queixas, não deveria solicitar ao marido auxiliá-la nestas tarefas, apenas em pequenos reparos. O casamento modelo consistia em regras de convivência em que a mulher deveria se dedicar ao bem-estar da família, cuidando para que o bom humor do marido se mantivesse e que a divisão tradicional dos desempenhos sociais e sexuais não se alterasse.

Constantemente era apresentado na mídia o reforço dos desempenhos a serem executados por homens e mulheres: em comerciais, relatos de leitoras, conselhos aos jovens, etc. Sobre o matrimônio, o equilíbrio conjugal poderia ser

abalado, caso as mulheres questionassem em seus casamentos a divisão tradicional de papéis e exigissem dos maridos a participação deles nos serviços domésticos.

O marido perfeito está ao nosso alcance, se cuidarmos de seu bom humor e não considerarmos nunca como uma obrigação – ou como uma coisa natural – sua eventual colaboração nos trabalhos domésticos. O trabalho caseiro é nosso, o marido tem o seu (Jornal das Moças, citado em PINSKY, 2011, p. 626).

A hierarquia na sociedade conjugal era respaldada pela legislação, que nomeava o homem como o chefe da família, detentor da soberania das decisões sobre sua esposa e filhos. A autoridade da esposa vinha logo abaixo da do marido, o que lhe conferia direito ao diálogo; contudo, a palavra final, conferida pelo Estado e pela natureza divina era do homem.

...a natureza dotou especialmente o espírito feminino de certas qualidades sem as quais nenhuma espécie de sociedade matrimonial poderia sobreviver bem. Qualidades como paciência, espírito de sacrifício e capacidade para sobrepor os interesses da família aos seus interesses pessoais. Haverá mulheres de espírito avançado que recusem esta teoria sob a alegação de que o casamento, nesse caso, não é compensador. A estas, [...] responderiam as esposas felizes – [...] [provando quão compensador] é aceitar o casamento como uma sociedade em que a mulher dá um pouquinho mais (Revista O Cruzeiro, citado em PINSKY, 2011, p. 627).

A delicadeza e a sutileza eram qualidades imprescindíveis para a esposa burguesa dos anos 1950. Com gestos sutis, um olhar delicado, transferia paz e tranquilidade a todos ao seu redor. O título Rainha do Lar conferia soberania à mulher, pois significava que era a protagonista da felicidade doméstica, do equilíbrio da família. Estas mulheres se enredavam em uma trama onde o status de Rainha do Lar lhes oferecia um lugar social de desfrute de uma rede de popularidade. Em contrapartida, este lugar glamoroso gerava uma obrigação de ter que satisfazer a todos da sua família, reforçando seu papel de dependente das relações propiciadas pelos laços conjugais, já que o cuidado da família ocupava o lugar central na vida da mulher.

A felicidade e a realização da mulher da classe média brasileira dos Anos Dourados se relacionava diretamente com o bem-estar do marido e de seus filhos. A equação era bem simples: se o marido estivesse bem, satisfeito com a vida conjugal, a esposa ficaria feliz ao atender as expectativas dele. E nesta equação,

variáveis eram previstas de maneira a torná-la exequível: “a mulher conquista o homem pelo coração, mas poderá conservá-lo pelo estômago” (PINSKY, 2011, p. 627). Ao alcance de todas as mulheres estava o bom desempenho na realização das tarefas domésticas, sobretudo, ser boa cozinheira – era o que a mídia divulgava. Também deveriam manter-se discretas, evitar comentários negativos ou maldosos, sobretudo, quanto a sua conduta moral. Assim, seguiam regras sociais como não serem vistas andando sem a companhia do marido ou de pessoas de boa moral e conduta, além de evitar agir com modos de solteira, evitando ao marido ciúmes desnecessários. Outra variável importante da equação do bom relacionamento conjugal veiculado na mídia era o da esposa arrumada e perfumada para o marido, evitando que ele se distraísse com outras mulheres: “a caça já foi feita, é preciso tê-la presa” (Jornal das Moças, citado em PINSKY, 2011, p. 628).

A esposa perfeita não discutia com o marido, era econômica e procurava sempre agradá-lo, controlando qualquer pensamento e/ou comportamento que pudesse ter. Estar ao lado do marido, apoiando-o, imaginando aquilo que ele pudesse estar pensando, antecipando suas ações na direção de agradá-lo, confortá-lo e sempre deixá-lo bem diante dos outros, mostrando o seu poder sobre ela e os filhos era a sua missão como mulher, seu destino natural. A boa esposa era, então, aquela que apoiava o marido e vivia para satisfazê-lo incondicionalmente e não o aborrecia com assuntos de interesse próprio. Também não perguntava muito e os interesses em comum se restringiam à vida familiar. Não havia uma expectativa dentro do casamento ideal de que marido e mulher pudessem ter um diálogo entre iguais. Os jornais e revistas femininos indicavam o comportamento tanto das esposas medianas quanto o das cultas e inteligentes, veiculando que o papel delas era o de deixá-lo sempre à vontade, não o chateando, podendo fazê-lo se sentir invadido em assuntos do interesse dele.

A moça que aspira ao casamento, desejando ser para o marido a esposa ideal, está muito mais credenciada a ser feliz do que aquela que pensa no marido como homem que a fará feliz. Esta não pretende dar, mas receber. E nunca receberá na medida do que espera, porque achará sempre que tem direito a mais (Revista O Cruzeiro, citado em PINSKY, 2011, pág. 630).

Ao longo dos Anos Dourados, várias receitas de como manter um casamento perfeito, ideal eram publicadas na mídia destinada às mulheres. Os

ingredientes do relacionamento conjugal eram escolhidos conscientemente, medidos e ponderados pelas esposas. Cabia a elas se guiarem por essas receitas com a finalidade de manter o casamento de vento em popa.

A mídia servia de interlocutora da boa conduta e mediadora das relações conjugais de maneira a mantê-las sempre harmoniosas e felizes. As insatisfações femininas eram desqualificadas, vistas como capricho. Minimizava qualquer tipo de descontentamento das esposas e valorizava aquelas capazes de ponderarem suas queixas sempre em detrimento ao que o marido desejava, aconselhando que ceder e resignar-se eram adjetivos importantes para a boa esposa. Protestos de esposas contra o marido as quais ingenuamente redigiam cartas para as revistas solicitando ajuda eram desestimulados. Estas esposas eram tomadas como exemplo de como não se comportar diante dos maridos. Se a esposa reconhecesse seu lugar e papel social não incomodaria o marido com exigência de atenção, pois ao homem cabia o direito de poder ter sempre suas necessidades individuais satisfeitas: “Não se precipite para abraçá-lo no momento em que ele começa a ler o jornal”²²; “Não lhe peça para levá-la ao cinema quando ele está cansado”²³; “[não roube] do marido certos prazeres, mesmo que estes a contrariem [como fumar charuto ou deixar a luz do quarto acesa para ler antes de dormir]”²⁴.

Recursos femininos como a graça, a sedução e outros atributos que auxiliassem as esposas a darem um jeitinho de não chatear o marido e, ao mesmo tempo, conseguirem o que queriam eram valorizados. Tais como se fossem aptidões, essas artimanhas deveriam ser desenvolvidas e eram próprias à natureza feminina, categorizando-as em boas ou más esposas. Aquelas que fossem exigentes, autoritárias, queixosas, dominadoras, dificilmente alcançariam a felicidade matrimonial. Ao passo que as outras, que demonstravam que o controle estava nas mãos do marido e se utilizavam de subterfúgios para alcançarem o que queriam, mantinham as aparências que o marido era o dono do poder. Na verdade, o que se fazia presente neste contexto da relação entre maridos e esposas era silenciar as divergências, impossibilitando a criação de estratégias de enfrentamento, a franqueza e a possibilidade de reivindicação por um debate entre iguais.

²² *Jornal das Moças* (maio de 1957), citado em PINSKY, 2011, p.630.

²³ *Jornal das Moças* (maio de 1950), idem.

²⁴ *O Cruzeiro* (setembro de 1952), idem.

Assim, mais protocolos de comportamentos sociais se colocavam na tentativa de engessar controvérsias no casamento. O ideal de boa esposa não cumprido obrigava o marido a procurar por consolo nos braços de outras mulheres. A responsabilização da conduta de descaso e de traição do marido era dirigida à esposa, que na realidade não cumpria o seu dever. O marido dos anos 1950 tinha como responsabilidade principal o de ser um pai de família, um bom provedor, livrando-o do controle de seus desejos. As necessidades de realização pessoal e sexual do homem eram naturalizadas e diferenciadas das das mulheres. Para eles, as aventuras eróticas extraconjugais eram inerentes a sua natureza. O acesso à informação através de revistas masculinas, a possibilidade de frequentar sozinho locais públicos que possibilitassem o encontro com outras mulheres, viagens a negócios, além da oferta de casas de mulheres damas – prostitutas – ofereciam um leque de possibilidades para os homens terem seus desejos satisfeitos.

O entendimento do casal ideal não passava pelo relacionamento sexual. Este tinha como princípio a procriação, uma necessidade a ser cumprida em prol de uma união feliz, mas que não era a premissa da felicidade do casal. A completude se dava pela dedicação da esposa como boa companheira do marido, e o desenvolvimento de suas prendas domésticas para satisfazê-lo. No aspecto sexual, as revistas femininas traziam quase nenhuma informação, o que conferia um silêncio e uma lacuna a respeito do prazer feminino.

Tomadas pelo medo e o receio de ficar malvistas, o grande temor das esposas era a separação. Sinônimo do desespero colocava para a mulher o fantasma “o que será de mim sem ele?”; “o que os outros vão dizer?”. Dependente economicamente e afetivamente, as mulheres não possuíam apoio nem familiar nem coletivo para tomarem esta decisão, tendo em vista que o reconhecimento social e a realização pessoal se faziam através do casamento e da maternidade. Procuravam atentar-se aos mínimos detalhes para satisfazer totalmente o seu marido e faziam vista grossa para os deslizes e aventuras extraconjugais por parte dele.

Apesar da prescrição social mediatizada por uma hegemonia de condutas, muitas insatisfações conjugais escapavam do controle do discurso dominante, criando formas alternativas de felicidade que não fossem tão aprisionadas e milimetricamente definidas por um modelo ideal.

Apesar dos métodos de controle de natalidade utilizados frequentemente nas classes médias e altas brasileiras, os filhos estavam previstos no script do casal

ideal. Mais que um direito, ter filhos “era uma obrigação social, a sagrada missão feminina, da qual dependia não só a continuidade da família, mas o futuro da nação: [...] Uma mulher casada, com filhos não tem o ‘direito de escolher’, pertence aos filhos, sendo suas obrigações intransferíveis [...]” (PINSKY, 2011, p. 634)

3.2 - A naturalização do feminino no cotidiano: práticas discursivas e não discursivas nas relações de poder na mídia.

*Todo dia ela faz tudo sempre igual:
Me sacode às seis horas da manhã,
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã.
Todo dia ela diz que é pr'eu me cuidar
E essas coisas que diz toda mulher.
Diz que está me esperando pr'o jantar
E me beija com a boca de café.*

Construção, Chico Buarque, 1984.

A manutenção de certos padrões de condutas, os quais consagram “scripts” a serem seguidos como feminino e masculino, bem como comportamentos correlatos esperados a partir destes padrões são naturalizados no cotidiano. A fim de dar visibilidade a estes comportamentos, recorreremos a certa noção de mídia, que vincula, forja e sustenta comportamentos socialmente esperados. Um pequeno artigo serviu de disparador para iniciar esta discussão sobre certas leituras superficiais que fazemos estimulados pelas informações que são produzidas pelos veículos de comunicação (que podem ser jornais, revistas, televisão, rádio, dentre outros) e, que, pouco a pouco, engendram naturalizações no dia-a-dia.

Gastaldo (2008) escreveu um pequeno ensaio focalizando dois estudos de Ervin Goffman²⁵. Utilizaremos em nossa discussão a contribuição de Gastaldo (2008) naquilo que se refere à demarcação do estudo no qual Goffman analisou cuidadosamente “mais de quinhentas fotografias de homens e mulheres em interação” (Gastaldo, 2008, p. 152) em diferentes tipos de anúncios publicitários. Segundo Gastaldo, Goffman encontrou formas de interação que se mantêm de tal maneira que pôde concluir que existem formas de condutas prescritas para homens

²⁵ “The presentation of self in everyday life” (1959) e “Gender Advertisements” (1979).

e mulheres em diferentes contextos dos anúncios publicitários. Nestes, normalmente em situações onde há algo para ser ensinado, transmitido, é o homem que protagoniza a cena do transmissor de um ensinamento para a mulher, mesmo que esta seja nitidamente com idade superior àquele. A superioridade masculina em detrimento à feminina nestes anúncios publicitários também comparece na altura do homem, indicando que o homem mais alto tem mais poder e é superior à mulher. Esta posição normalmente se inverte quando se acrescenta o viés socioeconômico ascendente (classe social alta) e a mulher ocupa a posição de detentora do poder do capital. Nesta, possui serviçais homens, com ocupações classificadas como inferiores, a exemplo de jardineiros, garçons, auxiliares, dentre outros.

Ainda acompanhando os anúncios investigados por Goffman, Gastaldo (2008) afirma que, em diversas situações, são os homens que se apresentam como aqueles que agem de maneira prática no mundo, utilizando os objetos: “(...) pegam a caneta e escrevem, pegam o volante do carro e dirigem, pegam uma maçã e comem. As mulheres, não. Elas se limitam a ‘tocar’ os objetos” (GASTALDO, 2008, p. 152) ou partes deles, de maneira suave e delicada, como um carinho, veiculando a concepção onde a mulher não atua efetivamente em um mundo onde os objetos apresentados existem.

A Revista “O Cruzeiro” e a propaganda da época (do fim dos anos 1920 até os anos 1970):

Revista O Cruzeiro, Anos 1960



Este estudo nos conduziu em um caminho que apresenta pontos de convergência com aquilo que no cotidiano se produz, através da repetição de

determinadas imagens, relações e discursos e o que eles podem influenciar e compor com certa forma de agir e pensar (o que mais adiante retomaremos). Gastaldo (2008) mostra – ao seguir a leitura de Goffman – que nas imagens dos anúncios publicitários em questão pôde se observar formas de relações de poder naturalizadas como tipicamente femininas e masculinas, desenhadas em uma relação de gênero hierárquica, organizando um mundo onde a forma de apresentar a feminilidade como um dado natural da mulher, confere-lhe uma posição subordinada ao homem, por sua vez, naturalmente superior. Além disso, a mulher figura como um objeto delicado, tornando-se naturalmente um “ornamento”, sendo esta a essência feminina. Relações de poder naturalizadas como tipicamente femininas e masculinas, desenhadas em uma relação de gênero hierárquica, organizando um mundo onde a forma de apresentar a feminilidade como um dado natural da mulher, confere-lhe uma posição subordinada ao homem, por sua vez, naturalmente superior.

Esse discurso, que supostamente está veiculado para vender produtos, ‘vende’ também relações de poder, que se apresentam como obviedades, como evidências, mas que fundamentam, reiteram e sustentam uma desigualdade fundamental. Assim, além das relações de gênero nos anúncios, constata-se também outra relação de poder, qual seja, o poder da publicidade para com a sociedade à qual ela se destina, o vínculo forte entre os meios de comunicação de massa e o campo social (GASTALDO, 2008, p.152).

Pensar o cotidiano e problematizar algumas naturalizações produzidas e manifestadas em certas formas de agir e pensar conduz à tentativa de criar rupturas nas consequentes produções de verdade que perpassam as relações dos sujeitos. A produção de determinadas mentalidades e hábitos diz respeito às repetições exibidas na história: seja ela individual – delimitada em um cenário de vida de cada sujeito – ou coletiva, na medida em que se conecta com outros tantos cenários. E, na junção destes cenários temos uma história social, a qual apresenta repetições, mas também rupturas, indicadoras de mudanças e possibilidade de transformação.

Na medida em que pequenas modificações se operam, tornam visível aquilo que muitas vezes invisibilizava-se na repetição produtora de hábito, de um certo “acostumar-se”. Este movimento de invisibilizar, automatizar, “acostumar-se” com certas apresentações de relações e associá-las a formas de agir, pensar, conduzir-se na vida, denominamos naturalização. Segundo Spink & Spink (2006), a

naturalização não é algo dado, ela é efeito da manutenção de formas de agir, de se comportar, de pensar, que mantêm determinados aspectos acoplados, associados, juntos, tornando algo que deveria ser um efeito como “normal”, “natural”.

Apresentando a produção da desigualdade no cotidiano fomentada pelos discursos praticados e veiculados em jornais, os autores ressaltam de maneira contundente o que praticamos diariamente:

Naturalizar quer dizer tratar algo como normal, como dado e como parte do dia-a-dia; tão óbvio quanto o sol da manhã e a chuva da tarde. Nossas desigualdades permanecem como tal porque são, para todos os efeitos, naturalizadas; tornadas normais e não problemáticas. A mortalidade infantil, os baixos salários, a violência urbana, a falta de acesso às linhas de financiamento, a ausência de um mínimo de segurança social afetam de maneira diferenciada brancos e negros, homens e mulheres. Entretanto, mesmo essas diferenças – a desigualdade na desigualdade – são também naturalizadas (Spink & Spink, 2006, p. 8).

Sendo assim, a naturalização de certas práticas no cotidiano está vinculada àquilo que as pessoas fazem em suas vidas, compondo certa maneira de olhar os fatos que as cercam, as coisas corriqueiras que acontecem na vida e como elas se constroem. O controle da informação, a maneira como ela é transmitida, o que quer fazer aparecer e o que quer esconder, quais sentidos faz associar, articulam práticas discursivas e não discursivas presentes em um jogo de forças, produzindo sentido no cotidiano.

Foucault (2008) instrumentaliza para pensar a formação discursiva, a partir de ferramentas conceituais da arqueologia²⁶. O discursivo, de maneira mais ampla, no contexto explicitado das propagandas mencionadas aqui se conecta a produção científica de que a mulher era inferior, o crânio do homem era maior do que o da mulher, a escrita de um tratado confirmando a hipótese de que a mulher é inferior ao homem, o trabalho da mulher deve necessitar de pouca habilidade e recursos mentais para executá-lo e é melhor desempenhado no cuidado da casa, do marido e dos filhos. Aquilo que não se configura como um objeto do saber, mas que, ao

²⁶ Em seu método arqueológico, a descrição de uma formação discursiva (FD) tem relação com a descrição de quatro direções de funcionamento dos saberes: a formação dos objetos, a formação das modalidades enunciativas, a formação dos conceitos e a formação das estratégias. Segundo a posição sustentada por Foucault (2008), somente será completada a descrição de uma formação discursiva quando analisadas essas quatro direções de seu funcionamento. Não adentraremos neste conceito e seus desdobramentos, mas o leitor deve ser esclarecido quanto a nossa preocupação em não deixar de lado a abrangência do conceito.

contrário, aparece na mídia publicitária impressa no Brasil é efeito das práticas não discursivas. Este efeito produz modos de subjetivação e põe em funcionamento uma engrenagem que naturaliza práticas de exclusão efeito de práticas não discursivas. O não discursivo produz efeito nos sujeitos. Esta visão produz práticas que colocam uma relação hierárquica entre os sujeitos (homens e mulheres), reproduzindo-se e fortalecendo a ideia de que a mulher é inferior ao homem. As relações de poder exercidas entre homens e mulheres produziram certo saber, o qual fortalece e engendra outras práticas.

A letra da música de Chico Buarque que inicia este tópico, datada de 1984 e que se intitula “Construção”, fala da vida de um casal marcada por acontecimentos diários que se repetem. “Ela” que acorda “ele” todos os dias e lhe prepara o café da manhã. “Ele” que sai para o trabalho e que, ao retornar, encontra “ela” para agradá-lo e que, por sua vez, deseja receber em troca carícias dele.

O pequeno recorte da música citada acomoda e dirige nosso olhar para cenas que se repetem no dia-a-dia das pessoas. Necessariamente é assim o cotidiano dos casais? Necessariamente os casais são heterossexuais? Existe uma determinação para as coisas se darem do jeito que se dão na canção? Certamente não trataremos disso neste estudo, contudo, a letra da música indica que algo se repete no cotidiano das pessoas. Algo se mantém e se modifica no cotidiano das pessoas. A música de Chico Buarque reverbera em cada qual que a escuta de maneira diferente, mas foi eleita intencionalmente para fazer repercutir certas naturalizações que são compartilhadas no cotidiano e que corroboram para a associação da mulher aos afazeres domésticos diários no âmbito privado. A música é apenas um disparador que convida o leitor a sintonizar aquilo que pode ou não ser veiculado em uma forma de comunicação e quais as pistas, quais os traçados elegeremos para seguir²⁷.

Neste estudo, escolhemos a comunicação feita através das histórias em quadrinhos da Turma da Mônica para pensarmos de que maneira estas histórias podem nos auxiliar para refletirmos sobre a naturalização da reprodução de

²⁷ A canção de Chico Buarque é um belíssimo poema escrito no período da ditadura militar. Em 2001, foi eleita a melhor canção brasileira pela Folha de São Paulo, ficando atrás de “Águas de Março” (JOBIM, 1972). Em 2009, foi eleita como “melhor canção brasileira de todos os tempos” pela Revista Rolling Stones. Fonte para muitos trabalhos acadêmicos, encontramos análises importantes para a canção. Inegavelmente, apresento uma versão rígida de interpretação e que não é universal.

determinados estereótipos, em relevo aquele que vincula a mulher ao cuidado doméstico e da família, no âmbito privado. O que se reproduz nestas histórias?

Além disso, esta mídia encarna um tipo de tecnologia endereçada à criança, mais especificamente, como parte de uma engrenagem que faz operar certos discursos, práticas e instituições. E, compondo com outros fatores, faz funcionar certa naturalização das posições de gênero, criando um hábito, um “acostumar-se”, uma obviedade.

O cotidiano que referimos neste estudo diz respeito aos encontros do dia-a-dia, às sensações provocadas em cada um de maneira diferente, mas que de alguma maneira produz um laço, o qual sustenta um sentido comum aos eventos diários, de maneira que possamos nos entender e nos comunicarmos e compartilharmos algo de nossa experiência.

O dia-a-dia é feito de práticas e de muitas conversas que podem acontecer na rua, na fila do ônibus, em volta da mesa na cozinha ou em um bar. Também é feito de conversas que têm lugar em rádios, televisões e jornais. (...) somos parte de uma audiência de milhares de pessoas. Porém, a prática do rádio, da televisão e do jornal tem também um aspecto mais íntimo; é a prática de cada um de nós (...) (Spink & Spink, 2006, p. 10).

E esta prática diz respeito a como nos relacionamos com as informações que recebemos e transmitimos e interagimos uns com os outros. Eleger as histórias em quadrinhos da Turma da Mônica como uma mídia de influência na reprodução de determinadas práticas cotidianas, relaciona-se à noção de que algumas composições nestas histórias corroboram para a perpetuação de certa obviedade na manutenção de formas de poder.

Pensando a naturalização como efeito de alguns dispositivos, intentamos provocar certo desconforto com determinadas configurações do cenário quadrinizado da Turma da Mônica. Relacionaremos esta mídia com aquilo que ela pode vincular e fomentar no processo de pedagogia da infância.

3.3 - Histórias em quadrinhos como vetor de subjetivação

As histórias em quadrinhos são de grande alcance populacional para acompanhar a vida cotidiana dos personagens carismáticos da consagrada Turma da Mônica, criados por Maurício de Sousa, no Brasil do final dos anos 1950.

A identificação com a leitura quadrinizada é parte do cotidiano das pessoas, independentemente de serem leitores assíduos ou não (SANTANA, 2005; CARDIM, 2010; SILVA & NETO, 2010). Para compor com nossa argumentação de que encontramos na atualidade a reprodução de uma imagem de mulher, mãe, esposa e do lar, naturalizada como responsável pelos afazeres domésticos, bem como certa cristalização em padrões de comportamentos a serem cumpridos, a partir do lugar onde esta mulher se insere, ocupa em seu contexto de inserção, utilizaremos como dispositivo para análise, o universo quadrinizado de Maurício de Sousa.

A ideia é mostrar aquilo que é transmitido facilmente na sociedade, certas prescrições, protocolos a seguir tidos como naturais, normais, mas, que nos leva a dar visibilidade a esta perspectiva constituída ao longo do processo de pesquisa. Este tipo de mídia se utiliza de estratégias discursivas as quais se apresentam de maneira ideológica. Segundo Santana (2005) a ideologia do autor – enunciador do discurso – traz “à tona elementos de sua formação social e cultural, os quais estão intimamente atrelados a ideologias latentes que constituem uma estrutura social, política e econômica capitalista, patriarcal e imperialista” (SANTANA, 2005, p. 81).

Muitas mensagens podem estar presentes naquele formato ingênuo, de fácil assimilação e de grande circulação, onde o gênero literário no qual se enquadra as historinhas de autoria de Maurício de Souza, isto é, a arte sequencial, e os recursos verbais e não verbais que se mesclam de maneira a “produzir um efeito atrativo ao leitor” (SANTANA, 2005, idem).

Outro ponto que nos interessa ressaltar é a caracterização dos personagens mirins pertencentes à classe média. A conclusão está de acordo com os autores consultados (SANTANA, 2005 e CARDIM, 2010), que identificam os personagens mirins desta maneira pela ausência de preocupação com o sustento da casa.

Alheios aos possíveis problemas financeiros e enfrentamentos diários vivenciados pelos adultos, as crianças brincam, em sua maioria (à exceção do personagem Chico Bento, que vive no campo, trabalha e estuda). Santana (2005) ressalva que a caracterização das crianças da área urbana não é marcada pela

participação na escola, esta rotina não aparece. Contudo, Cardim (2010) demonstra que no ano de 2009 foi apresentada uma revista do Cebolinha (número 26), onde os personagens da área urbana apareciam frequentando a escola. Esta observação foi utilizada em seu estudo para auxiliar a classificação das profissões como femininas e masculinas. Compondo um cenário da divisão sexual do trabalho, Cardim (2010) afirma a presença no mundo quadrinizado de Maurício de Souza de profissões femininas “como é o caso de secretárias, enfermeiras e professoras” (CARDIM, 2010, p. 99).

Cardim (2010) apresenta as mulheres que são mães dos personagens da Turma da Mônica na versão tradicional como donas de casa, reportando a presença marcante dessas mulheres no ambiente privado, no lar, na maior parte do tempo. Destaca que na década de 1980, as mulheres ganham a rua como cenário de inserção nas histórias. Segundo a autora, isto se dá diante da pouca presença de familiares mulheres nas histórias, colocadas em relação àquelas mulheres que pertencem a outros grupos, como trabalhadoras e transeuntes, “o que torna natural o fato de estarem na rua, e não em casa” (ibidem).

Ainda segundo a autora, é comum nas histórias aparecerem as mães em casa, cuidando das crianças – o(a) filho(a) e seus(suas) amiguinho(a)s – e o pai ser aquele quem sai ou chega do trabalho, cansado. A caracterização dos personagens se dá pelo uso de uniformes, no caso, para identificarem as profissões. Segundo Cardim (2010), as mães normalmente têm consigo espanadores, vassouras, panos de chão, baldes e outros utensílios domésticos: “Esse recurso ajuda a compor os personagens e representar as profissões. As mulheres que cuidam da casa estão sempre usando um avental e, de vez em quando, lenço na cabeça – o que não deixa de ser uma espécie de uniforme” (CARDIM, 2010, p. 101).

Esta pontuação nos faz pensar que muitas mensagens podem estar presentes neste tipo de mídia e que os possíveis ditos e não ditos se incluem em certo jogo de fazer aparecer mesmo na ausência. Esta perspectiva será mais detalhada nas associações provocadas pelas historinhas, quando da utilização de algumas tirinhas mais adiante.

Ao ler ou ao ter contato visual com a vida presente nas histórias dos personagens da Turma da Mônica, a criança, o jovem e o adulto são convidados a participarem de um mundo fantasioso que faz relação com o seu próprio mundo. Caso contrário, as personagens mirins tipicamente brasileiras da Turma da Mônica

(e que também tiveram seu desdobramento na vida juvenil) não sobreviveriam ao longo de 54 anos, conferindo consagração ao desenhista Maurício de Sousa. Cardim (2010) afirma que a tiragem mensal dos quadrinhos gira em torno de um milhão de exemplares, confirmando o sucesso e o grande alcance desta mídia específica.

Inicialmente, as histórias em quadrinhos surgiram em jornais de grande circulação no formato de tirinhas. Esta apresentação foi pensada e inaugurada pela imprensa norte-americana como estratégia capitalista para o aumento do consumo dos jornais. Assim, os Estados Unidos inauguraram na imprensa mundial, no final do século XVIII e início do XIX, o mundo quadrinizado como veículo de comunicação²⁸.

Escrita e imagem se associam e nesta articulação instrumentalizam e ampliam o processo comunicativo: “a comunicação pictográfica permaneceu e atravessou os tempos, sendo cada vez mais (re)inventada” (Santana, 2005, p. 16). Imagem e escrita constituem veículos importantes de difusão de ideias, sustentando formas de dar sentido e significado aos acontecimentos diários. A linguagem das histórias em quadrinhos propõe a junção destes dois veículos exercendo intencionalmente a ventilação de conteúdos e sentidos ideológicos ou concernentes à vida²⁹. Segundo Santana (2005):

o universo das histórias em quadrinhos é composto por uma infinidade de personagens, contextos e situações capazes de veicularem ideologias das mais diversificadas possíveis, através das quais comportamentos sociais e valores sócio-culturais de indivíduos ou grupos sociais podem ser disseminados (p. 78).

De acordo com os autores elencados para nos auxiliar nesta dissertação, indicamos, portanto, que sugerem (cada qual a sua maneira) uma intencionalidade desprovida de ingenuidade na utilização da linguagem específica das histórias em quadrinhos. Reforçam que desde o início de sua criação – no final do século XVIII e início do século XIX – propõem a propagação de ideologias e críticas sociais que

²⁸Segundo Santana (2005, p.15), o surgimento das histórias em quadrinhos remete “ao passado pré-histórico da humanidade”, na medida em que desenhos e pinturas eram os registros de comunicação daquela época. Além de ser uma forma de expressão artística, o objetivo evidenciado por estudiosos da área diz respeito, sobretudo, à articulação das histórias em quadrinhos ao aspecto cotidiano das narrativas de vida. A pintura rupestre da pré-história narra “os acontecimentos do cotidiano” – o modo de vida dos ancestrais, tal como “seus costumes, a prática de rituais – registrando assim sua(s) leitura(s) de mundo e sua cultura” (idem).

²⁹Santana (2005) apóia-se teoricamente em autores como Mikhail Bakhtin (*Marxismo e Filosofia da Linguagem*, 1988) e Marilena de Souza Chauí (*O que é ideologia*, 2003), contextualizando a utilização do termo “ideologia” vinculada à comunicação.

podem ser apresentadas de maneira mais clara, explícita ou implicitamente. Este tipo de endereçamento à criança se constituiu dentro de uma engrenagem onde, no período citado, ao se reconhecer um público infantil e daí à emergência de uma literatura infantil propriamente dita, alguns aspectos devem ser observados.

No início do século XIX, havia uma necessidade de imposição de um código moral ao leitor infantil. O reconhecimento deste leitor-criança-infante se deu a partir do exercício de certas práticas pedagógicas, fazendo operar uma lógica onde as crianças necessitavam de controle. Segundo Foucault (1985), a emergência de um discurso sobre a infância se caracteriza pela existência de um novo regime discursivo acerca das crianças, a partir do século XVII. O substantivo infância e a adjetivação infantil são vistas não apenas como palavras criadas para darem conta de determinado contexto de mudança. Ao se colocar as crianças como objeto de investimento, fez-se operar certos funcionamentos no corpo social, onde práticas de governo dos infantis (da criança-infante) inseriram-se em um conjunto de tecnologias investidoras no controle das populações, efeito de uma tecnologia de poder centrada na vida. Assinalar esta perspectiva remete ao projeto de constituição do sujeito moderno, fazendo aparecer que “a chamada invenção da infância não está somente relacionada a uma mudança nas mentalidades ou a uma maior sensibilidade no que se refere às crianças” (HILLESHEIM & CRUZ, 2010, p. 244).

Desta feita, as histórias em quadrinhos dirigem-se ao público leitor-consumidor engendrando um cenário onde várias formas de se relacionar podem estar presentes, mesmo quando ali não se apresentam. Melhor dizendo: apresentam-se na ausência. Este acoplamento leitor-consumidor-quadrinho faz operar várias linhas que constituem o dispositivo, que se organiza em sua própria lógica. O mundo quadrinizado de Maurício de Souza faz operar, funcionar certo processo de pedagogização. Como vetor de subjetivação pensamos o engendramento de instituições como a família, a igreja, os quadrinhos, o jornal, a televisão atuando na composição dos sujeitos. Os quadrinhos contribuem para a formação de modos de ser, agir, sentir e pensar.

A atração provocada pelo apelo visual foi uma característica estratégica para esta finalidade. Segundo Cardim (2010), "os quadrinhos são um meio de comunicação de fácil aceitação pelo público infantil" (CARDIM, 2010, p. 10) e podem servir de suporte no processo de alfabetização, justamente por ser uma leitura que não necessita da aquisição de muitas palavras.

Cabe ressaltar outra perspectiva teórica referida ao cenário quadrinizado. Trata-se do conceito de “cultura de massa”. Cardim (2010) e Santana (2005) aliam-se na leitura de que a produção industrializada de determinado veículo de comunicação em grande escala (no caso, as histórias em quadrinhos), destina-se a um público sem uma característica específica. O produto industrial é consumido por pessoas de diferentes faixas etárias e níveis socioeconômicos.

Por sua vez, Santana (2005) ressaltava que ao longo de muitos anos as histórias em quadrinhos foram incluídas no rol dos discursos psicológicos e sociológicos (científicos, portanto) como um tipo de “produção cultural prejudicial ao desenvolvimento intelectual infantil e infanto-juvenil” (SANTANA, 2005, p. 18), corroborando para o aumento da delinquência, na medida em que podiam apresentar personagens com comportamentos desviantes, amorais, com papéis invertidos; ou seja, um personagem que deveria ser catalogado como bandido e rechaçado, poderia ser enaltecido pelo público leitor/consumidor furando a dicotomia “mocinho, o bom, o melhor” X “bandido, o mau, o pior”.

Seguindo a onda preconceituosa e de desprestígio do mundo quadrinizado, circulou por um tempo a rotulação deste tipo de comunicação como destinado a um público iletrado, inculto, desconsiderando as histórias em quadrinhos como forma de expressão artística. Contudo, tal argumento se enfraqueceu na medida em que se ampliava a sua circulação.

A indústria norte-americana se fortaleceu, difundiu-se mundialmente e buscou incluir cada vez mais neste tipo de representação gráfica os debates sociais, políticos, econômicos, artísticos e culturais.

É necessário fazer uma indicação na leitura do texto elaborado, quando a palavra “representação” for utilizada. Devido à diluição desta palavra no senso comum, muitas vezes encontramos dificuldade para destacá-la daquilo que ficou usualmente difundido, adotado como gíria, palavra de uso corriqueiro (veiculada no senso comum) e quando diz respeito a um conceito propriamente dito (pertencente à área acadêmica). No primeiro, a utilização da palavra “representação” associa-se a um determinado tipo de imagem a qual se liga rapidamente a uma certa conduta, certa forma de agir, de vestir, de falar e, até mesmo, certa maneira de pensar fixa, restrita. Neste sentido, o uso corriqueiro da palavra “representação” veicula um certo embotamento de ação, pensamento e um certo aprisionamento dos vários sentidos que podem caber no vasto universo psicológico do ser humano.

Das discussões e controvérsias acerca do conceito "representação" na área da Psicologia não trataremos aqui. Contudo, em alguns dos estudos pinçados na literatura acadêmica e que nos serviram de ferramenta teórica para subsidiar aquilo que diz respeito ao cenário quadrinizado, a palavra "representação" é fortemente veiculada.

Cabe ressaltar que elegemos estudos pertencentes à diferentes subáreas das Ciências Humanas: Letras e Linguística (Santana, 2005), Comunicação (Cardim, 2010) e Educação (Silva & Neto, 2010). Frisamos que cada qual tratará da utilização do termo "representação" (e de outros próximos de conceitos utilizados na Psicologia) de acordo com o seu próprio aporte teórico e recorte. Na medida em que se fizer necessária alguma observação, atentaremos para a definição utilizada por cada autor e sua referência.

Desta feita, Cardim (2010) optou pela definição conceitual de representação, seguindo autores como Laplatine & Trindade (2003) e Moscovici (2003). Neste caso, a representação diz respeito a uma capacidade de interpretar e traduzir mentalmente toda a realidade exterior percebida. Além disso, os modelos quadrinizados se vinculam e veiculam representações sociais que "carregam em si elaborações e classificações de sucessivas gerações e se impõem sobre nós com uma força irresistível, decretando o que deve ser pensado" (Cardim, 2010, p. 11).

A adoção deste conceito possibilitou a autora acima citada atender ao objetivo principal do seu estudo, qual seja: o de entender a maneira como os adultos são representados no cenário quadrinizado de Maurício de Sousa³⁰. O conceito "representação" se adéqua ao que a investigação cuidadosa desta pesquisa apontou como uma constante junção dos personagens adultos fixados a certos tipos de profissões³¹ e ao desempenho de funções na família, de acordo com suas características físicas e sexuais.

Cardim (2010) verificou que existe uma forte vinculação de certas características físicas e o tipo de trabalho executado por adultos. Nesta direção, as categorias eleitas para compreensão da influência e do conteúdo das histórias em

³⁰ Cardim (2010) investigou a incidência dos personagens adultos nas histórias da Turma da Mônica, especificamente nos quadrinhos da Mônica e do Cebolinha, ao longo de algumas décadas: 1970, 1980, 1990 e 2000.

³¹ Cardim (2010) fez um estudo detalhado acerca da relação entre a forma como os personagens se apresentam, categorizando e cruzando várias características, como: tipo físico, raça, sexo, vestuário, dentre outros aspectos. Atentaremos para aquilo que nos saltou aos olhos e que reportou-nos às mulheres adultas.

quadrinhos no desenvolvimento infantil – tema gerador de muitas discussões – justificou a tentativa de entender a fixação e consequente identificação de “estereótipos, valores e papéis reelaborados na construção dos personagens adultos” (CARDIM, 2010, p. 12) do cenário quadrinizado da Turma da Mônica.

O interessante nestas histórias é a reprodução do modelo patriarcal de maneira binária, na qual as mulheres, sobretudo as que são mães, restringem-se ao domínio privado. Cuidam da casa, do marido, dos filhos e dela mesma. Existem outras mulheres no vasto universo de personagens de Maurício de Souza, e interessou-nos apontar que a mulher adulta é reportada como aquela que mesmo trabalhando fora (como é o caso da personagem da Professora do Chico Bento), ainda assim, as tarefas domésticas são apresentadas como de sua responsabilidade, o seu “dever de casa” – como apontado em uma historinha do Chico Bento, lida por mim recentemente³².

O sucesso e a persistência do cotidiano dos personagens do mundo quadrinizado de Maurício de Sousa e das “formas classificatórias”³³ veiculadas em seu universo não sofrem grandes modificações ao longo dos anos (Santana, 2005; Cardim, 2010). As mudanças que estes autores apontam se referem mais aos traçados dos desenhos e aos recursos gráficos e linguísticos utilizados.

Existem certas diferenças na apresentação das histórias em quadrinhos. Elas podem ser apresentadas em tirinhas, histórias com um tipo de narrativa que se aproxima mais da vida diária, cotidiana. Usualmente encontramos esta apresentação em jornais de grande circulação, em suplementos específicos e diários, em sites de alguns colecionadores destas histórias, bem como sites oficiais da Turma da Mônica³⁴.

No caso das histórias com sequências em quadros que podem ser três, quatro ou mais, usualmente circulam em outros suplementos, podendo variar o tipo de público a que se endereçam. A princípio, o jornal de grande circulação diária O Globo não teria um endereçamento direto ao público infantil, mas as historinhas podem alcançar as crianças, na medida em que seus pares (pais, avós, professores,

³² Almanaque Historinhas de uma Página Turma da Mônica, número 9, Fevereiro de 2014, Editora Maurício de Souza e Panini Comics. Disponível em bancas de jornal.

³³ Esta denominação diz respeito à catalogação feita dos personagens e a presença deles nas histórias. Significa dizer, que existe uma metodologia utilizada que consegue classificar os personagens de acordo com o número de vezes em que eles aparecem e se mantêm nas publicações ao longo dos anos, o local onde vivem, o contexto em que se inserem – urbano, campo, selva – e a relação com os outros personagens.

³⁴ Endereço eletrônico: www.turmadamonica.com.br e www.paninicomics.com.br

vizinhos) podem fazer chegar ao seu alcance estas historinhas. Ressalvamos que esta dissertação pautou-se em informações recentes de estudos dedicados ao tema das historinhas quadrinizadas de Maurício de Souza, contudo, alguns suplementos já caducaram. O suplemento O Globinho, que circulava semanalmente no Jornal O Globo, aos sábados, foi extinto no decorrer da escrita desta dissertação.

A publicação para consumo direto do público infantil pode ser adquirida em bancas de jornal, supermercados, lojas de revistas, algumas livrarias e em sites. O custo das revistas varia e, dependendo da quantidade de páginas aumenta o seu valor. Aqueles que têm mais saída, isto é, estão sempre nas bancas de jornal e são publicados em maior escala, variam de três reais e noventa centavos à quatro reais e noventa centavos.

Embora breves, as histórias se desenvolvem com uma narrativa concisa referida a algum conflito específico do personagem principal daquela história. Os conteúdos das histórias podem ser de cunho fantasioso, com histórias que narram à presença de monstros e seres imaginários, universos paralelos, sempre misturados com a vida cotidiana dos personagens, com a intenção de fazer o leitor participar daquele universo. Usualmente, as crianças são as protagonistas das histórias e os adultos figuram como personagens coadjuvantes, quando estão juntos das crianças (Cardim, 2010). Mas isto não é uma regra, pois encontramos histórias da Turma da Mônica que apresentam apenas uma página e têm personagens adultos ou adolescentes ou animais, dentre outros, protagonizando as histórias.

A seguir, elencamos algumas tirinhas e partes de histórias da Turma da Mônica que nos chamaram a atenção, conforme o caminhar da pesquisa. As inquietações provocadas ao lançar um olhar mais crítico na leitura destes quadrinhos, olhar este que pretende dar visibilidade a alguns possíveis ditos e não ditos nestes recortes, não devem ser destacados do contexto desta dissertação. Trata-se de um olhar curioso que tenta trazer algumas associações que não têm como pretensão serem impostas, apresentadas como únicas possíveis. A intenção é propor uma costura, um diálogo com alguns conceitos apresentados ao longo do estudo, como resultados de um efeito sobre mim. Ressalvo que não será possível abarcar todos os conteúdos que sustentaram a discussão teórica e a esse respeito faremos algumas considerações no final da dissertação.

Proponho cenas do cotidiano familiar do universo quadrinado de Maurício de Souza como nosso aliado, na medida em que remete a, evoca certos traços das

imagens de mulheres modelares apresentadas e que parecem ter se cristalizado na personagem mulher e mãe do Maurício de Souza. Assim, sustento que posso nomeá-las aqui como mulheres-mães-do lar.

3.4 - Quadrinhos como dispositivo de controle da sexualidade feminina

Partindo daquilo que Michel Foucault nos forneceu como ferramentas conceituais – genealogia e arqueologia – refletimos sobre relações de poder e dispositivos para caminhar com nossa análise. Apostamos na dinâmica destas relações de poder enquanto processos e práticas de controle presentes nas tirinhas.

O poder é um jogo de forças que produz uma série de dispositivos de controle que se espalham pelo corpo social. Foucault questiona os dispositivos de poder e suas práticas a partir da capacidade e da liberdade de transformação que toda relação de poder implica. Neste sentido, afirma que nas relações humanas quaisquer que sejam elas, o poder está sempre presente. Tais relações são móveis, reversíveis e inestáveis (FOUCAULT, 1999, p.190). Este autor não ignora os estados de dominação. No entanto, quando a dominação está presente, seja ela social, sexual, econômica ou institucional, trata-se então, para ele, de saber onde irá se formar a resistência.

Neste contexto, como e onde relacionar a noção foucaultiana de dispositivos e relações de poder aos discursos sobre a mulher presentes na sociedade? A pergunta traduz uma necessidade de acompanhar jogos estratégicos de poder quando referido a vinculação de uma imagem ideal de mulher, mãe e esposa e a invisibilidade do trabalho doméstico realizado no âmbito privado; sendo este último naturalizado como obrigação/responsabilidade da mulher (sendo ela mulher-mãe-do lar ou não).

Três níveis de análise nas relações de poder são distinguidos por Foucault: as relações estratégicas, as técnicas de governo e os estados de dominação. Os jogos estratégicos entre liberdades correspondem aos jogos que fazem com que uns tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder deixando ou não deixando sua conduta ser determinada; os estados de dominação são o que geralmente se chama de poder. Entre esses jogos de poder e os estados de dominação, correspondendo às tecnologias governamentais, dando a esse termo um sentido muito amplo, trata-se de maneira com que governa sua mulher, seus

filhos, quanto da maneira com que se dirige uma instituição. Frequentemente é através desse tipo de técnicas que se estabelecem e se mantêm os estados de dominação (FOUCAULT, 2004, p. 285).

Tomando dispositivo como um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, a rede que se estabelece entre estes elementos, bem como, aquilo que é dito e aquilo que não está dito são os elementos que compõe o dispositivo (FOUCAULT, 2001, p. 244).

O dispositivo pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda (ibidem). Sendo assim, notar a produção de elementos discursivos e não discursivos em uma espécie de jogo, auxilia-nos a vislumbrar certos mecanismos, artifícios e práticas que podem excluir e/ou incluir modos de controle em relação ao meio em que se encontram.

Pontuamos que o nexa, a organização, a arrumação surgida a partir da rede de linhas que constitui o dispositivo se organiza a partir de sua própria lógica e uma vez constituída permanece e produz efeitos que podem ser negativos ou positivos, previsíveis ou não. O dispositivo se enreda, emerge em determinado momento e não se desvincula da história, do contexto e dos sujeitos envolvidos onde se insere (FOUCAULT, 2001, p.244).

Para esta observação, alguns recortes de propagandas direcionados ao público feminino (p. 81) e tirinhas de historinhas em quadrinhos da Turma da Mônica em sua versão tradicional. Vejamos um exemplo:

TIRINHA 1



Fica evidente na tirinha 1 que Cebolinha não acha graça em brincar de casinha e cumprir com as tarefas de limpeza da casa. Por outro lado, deixa claro que cuidar do lar é incutido como uma brincadeira prazerosa para as meninas como Mônica, mesmo sabendo que esta personagem é mais agressiva e por vezes violenta no uso da força do coelho como artefato de arma como está visível na tirinha 2, ela brinca, cotidiana e naturalmente, de cuidadora *do lar*.

TIRINHA 2



A partir de um olhar atento ao cotidiano, o termo *do lar*, ainda é utilizado para se referir à mulher que se dedica aos afazeres domésticos. E, indo ao encontro da personagem Rainha do Lar, elegi mulheres modelares.

TIRINHA 3



Nesta tirinha 3 o homem em meio ao frio está tentando relaxar mais um pouco, pois está frio e isso torna sair da cama para trabalhar, um movimento difícil. No entanto, as mulheres da casa já estão com a roupa limpa, passada no cabide e o café feito. Prontas para servi-lo, ainda que esteja um clima ruim para trabalhar.

Nesta direção, algumas figuram de mulheres modelares, ideais, mulher para casar e outras, seus opostos, são consideradas desleixadas, da rua, da vida, as que não servem para casar; todas inseridas em certos contextos construídos também no âmbito das histórias em quadrinho.

Seguindo a linha do termo *do lar*, usualmente utilizado no cotidiano como identificador da mulher-mãe-*do lar* (ou dona de casa), sem trabalho remunerado, foi possível notar que o trabalho do e no lar, no âmbito privado, parece marcar a vida de algumas (ou muitas) mulheres, ainda que tenham um trabalho remunerado. Os movimentos na tentativa de escapar de certa referência à mulher e o seu trabalho doméstico no lar, mostrou uma nova captura às figuras modelares.

A solidificação do sucesso de Maurício de Souza e seus personagens mirins ainda hoje eleitos como protagonistas em campanhas médicas-pedagógicas e educacionais marcam a ideia da mãe cuidadora dos filhos, da casa e do marido. Certa produção discursiva acerca da sexualidade nos reporta à constituição da ideia de família, intervindo sobre o corpo da criança, individualizando, aconchegando no lar onde a mulher-mãe-*do lar* se manteve como um personagem cuidador, acolhedor e educador importante. Os dispositivos de poder envolvem um conjunto de práticas e saberes, os sujeitos e seus contextos de inserção. Os quadrinhos reforçam esta imagem e também interferem no olhar para a mulher: igual àquela mãe.

Problematizar a manutenção de padrões que se reproduzem no interior da família, na sociedade, a partir das relações entre homens e mulheres, atravessados pela personagem Rainha do Lar, mesmo tendo obtido outros nomes ao longo do tempo, a manutenção da mulher no âmbito privado, sustenta relações de poder que, muitas vezes, aproximam-se da dominação. A mulher é responsável pelo cuidado dos afazeres domésticos, dos filhos, da família, este parece ser seu destino, mesmo alcançando conquistas políticas importantes que a lançaram ao espaço público também.

Cada tirinha, nomeada e numerada, é uma história completa, ou seja, que possui início, meio e fim, repleta de informações ditas, mas, não escritas. O avental não está presente. O que reporta da Rainha do Lar é o cuidado da casa, do filho, do marido e a tentativa dela se fazer presente de outra forma que servindo ela espera algum reconhecimento, bem evidente na tirinha 4.

TIRINHA 4



Foucault nos instrumentaliza para pensar quais formas são produzidas ao colocar o sujeito do conhecimento e produtor de conhecimento na história, em seu sistema de referências (por exemplo: homem, louco (Idade Média), doente mental (Iluminismo), mulher *do lar*, dona da casa (Modernidade), etc.). A partir deste lugar que é histórico, ser *do lar* pode estar colado no meu, no seu corpo, no corpo de qualquer mulher. No entanto, é preciso resistência. Resistir pode ser fazer um uso disso, deste rótulo; servir em algum momento, estrategicamente. E, assim produzir certos efeitos, os quais não são tidos a priori. Para Foucault, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência, de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação não haverá de forma alguma relações de poder (Foucault, 1999, p.190). Produzimos socialmente o tempo todo este efeito da resistência em delicados subterfúgios e o interessante seria fazer disso uma estratégia de vida.

Considerações Finais

Considerar esta dissertação finalizada não é nada fácil. Olhar para o final deste trabalho me remete ao início dele. O que significa dizer que muitas dúvidas, interrogações e incertezas me acompanham neste momento. Considerar o final de uma etapa significa marcar o movimento de alguns questionamentos que acompanharam a escrita desta dissertação.

Primeiro Movimento:

O primeiro movimento foi o de questionar a palavra trabalho. Sua utilização no senso comum, no cotidiano das pessoas com as quais tinha contato, parecia estar impregnada como algo vinculado ao trabalho produtivo, gerador de renda própria para si mesmo e/ou para outrem, desde os mais próximos daquele vinculado ao trabalhador, como também movendo a indústria, a produção de bens de consumo e o Estado. Dar visibilidade a invisibilidade da execução do trabalho doméstico executado por mulheres, sobretudo aquelas que se dedicam ao cuidado da casa, do marido, dos filhos e dela mesma possibilitou afirmar a existência deste trabalho. Possibilitou também notar que não é simples afirmar esta existência como um trabalho importante para o tecido social.

Assim, tornar visível o trabalho doméstico realizado no âmbito privado movimentou uma associação a certa condição do trabalhador doméstico no Brasil. O trabalho doméstico (o qual não foi objeto de nossa pesquisa) é marcado por preconceitos arraigados em nossa sociedade. Até bem pouco tempo – abril de 2013 – não existia uma lei que regulamentasse o trabalho doméstico tal como os trabalhadores de outras áreas. Sair da condição de empregado doméstico para trabalhador doméstico pôde incluir direitos até então inexistentes. A desqualificação do trabalho doméstico parece estar associada ao próprio trabalhador, expresso em baixos salários e condições precárias de trabalho. Sequer tinham seus horários de trabalho regulamentados como hora de almoço, hora de descanso, jornada de trabalho de 8 horas diárias, pagamento de horas extras, benefícios por acidente de trabalho, dependentes da boa vontade do empregador. Pensar a invisibilidade da condição de trabalhador para o empregado doméstico, bem como a letargia do reconhecimento deste trabalhador e das leis que precisam ser criadas para lhes assegurarem seus direitos pode ser uma pista a seguir. A existência de pendências

na legislação que regulamenta os direitos do trabalhador doméstico e a morosidade na conquista aponta para certa naturalização do trabalho doméstico executado por mulheres-mães-*do lar* (ou donas de casa).

Segundo Movimento:

Intrigar-me pela naturalização da realização deste trabalho realizado por mulheres-mães-*do lar* no âmbito privado afirmou a existência deste trabalho visibilizado, sobretudo, na militância das áreas da Sociologia e das Ciências Econômicas. Estes movimentos localizados nestas áreas afirmam a maior dedicação das mulheres (90%) em detrimento aos homens (50%), conforme dados conclusivos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicados em maio de 2013. Entretanto, ainda há muito trabalho a ser realizado, pois a modificação da nomenclatura trabalho doméstico para afazeres domésticos não ressoa na sociedade. Significa dizer que ainda constatamos a manutenção das desigualdades de gênero, que no sentido exposto está aliado à divisão social e sexual do trabalho. Ratificam a desconsideração do trabalho doméstico não remunerado – dos afazeres domésticos. Não é reconhecido como pertencente à categoria trabalho, reforçando sua invisibilidade e falta de reconhecimento social. Apesar de comprovada a relevância e importância desta atividade para a reprodução da vida social e econômica, marcada pelo uso do tempo gasto para a execução dela, não há um reconhecimento do Estado desta categoria de trabalhadores, sobretudo mulheres. O uso do tempo para a execução deste trabalho no âmbito privado não comparece nas contas nacionais, nem na economia de forma geral, apesar da militância acadêmica neste sentido. Salta aos olhos que as mulheres ainda hoje gastem 57 horas semanais dedicadas ao trabalho – incluindo o de produção e reprodução – enquanto os homens possuem 53 horas semanais, somando aí também as duas jornadas de trabalho: para o mercado e para a reprodução social. Esta constatação é preocupante.

Terceiro Movimento:

Dar visibilidade à naturalização do trabalho doméstico das mulheres-mães-*do lar* e as relações de poder que estão em cena visíveis e invisíveis, sutis, aproxima a possibilidade de poder pensar a história de vida de cada sujeito marcada pelas relações que estabelece entre si e seus pares. Desnaturalizar, isto é, desarticular a

naturalização do sexo biológico e o comportamento correlato a ele, indicando que ser homem ou mulher biologicamente não deve supor um desempenho de funções fixas fez-me pensar em como a sociedade – composta por suas instituições (trabalho, família, escola, dentre outras) – lida com homens e mulheres. Observar o cotidiano e notar certos ditos e não ditos quando a professora na pré-escola, a vizinha na pracinha, o pai com seu filho jogando bola compõem certa maneira de olhar, certo tom de voz, que nos servem de exemplo para indicar uma forma de lidar diferentemente com cada sujeito-sexo, possibilitou pensar em certos padrões e as performances daquilo que corresponde ao feminino e ao masculino sendo reproduzidos e sustentados, intensificando a manutenção de padrões de conduta e performances correspondentes aos estereótipos socialmente esperados para homens e mulheres. Ao longo do estudo ficou evidente a permanência de certas formas de lidar com meninos e meninas como uma tentativa de demarcar espaços marcados diferenciados. Imersos em um contexto de grande efervescência e modificações comportamentais, ainda presenciamos no processo de educação socialização, formas de se referir a meninos e meninas que tentam impor um modelo. A roupa rosa “de menina” e a roupa azul “de menino”, os brinquedos que remetem ao cuidado para as meninas e aqueles que evocam a liderança, coordenação, violência para os meninos compõem em diferentes contextos e espaços de socialização como na escola e na família. A nossa tentativa é apontar a presença destes resquícios do passado que se mantêm fortes. Para este movimento, ainda incipiente, é necessário um aprofundamento do tema gênero e possíveis desdobramentos para pesquisas posteriores.

Último movimento:

Descobri através do contato com o trabalho de Foucault, que nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência, não haveria de forma alguma relações de poder. Assim sendo, este trabalho representou a minha contribuição à resistência das mulheres que não aceitam as posições impostas pelo poder instituído. Concluo esta fase da minha vida com a ideia de liberdade, aliando-me a outras mulheres inseridas em diferentes contextos ao dar visibilidade a esta pesquisa. Mesmo que dolorosa e marcada por muitas lágrimas e cortes profundos, construídos no processo desta escrita, é o caminho que pretendo seguir.

Referências Bibliográficas

ALVES, B. M. & PITANGUY, J. O que é feminismo. Rio de Janeiro: Editora Abril, 1985.

ARAÚJO, C. & SCALON, C. (orgs.) Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Disponível em site: www.scielo.br, acessado em 27/03/2010.

ARAÚJO, T. M. [et al.] Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. Rio de Janeiro, Ciência e Saúde Coletiva, vol. 11, nº 4, pp. 1117 – 1129, 2006.

BARKER, S. As Dramáticas do uso de si de jovens mães trabalhadoras: cartografias do trabalho em insuspeitáveis territórios. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2005.

BRITO, J. Trabalho e saúde coletiva: o ponto de vista da atividade e das relações de gênero. Revista Ciência e Saúde Coletiva, ano/vol. 10, nº4, pp. 879 - 890, out./dez. 2005.

_____. Saúde, trabalho e modos sexuados de viver. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

_____; ATHAYDE, M.; NEVES, M.Y. (orgs.). Caderno de método e procedimentos. Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2003 a.

_____; & OLIVEIRA, S. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, J. F. & JARDIM, S. (org.). A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro: Te Corá, p. 245-264, 1997.

BRUSCHINI, C. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, L. & ABREU, A. R. (orgs.) _____ Gênero e trabalho na sociologia latino-americana. São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, p. 277 – 294, 1998.

_____. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. Estudos Feministas. Rio de Janeiro/UFRJ, ano 2, 2º semestre, pp. 179 – 199, 1994.

_____. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? Revista Brasileira de Estudo da População. São Paulo/Fundação Carlos Chagas, vol. 23, nº 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

_____ Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa. São Paulo/Fundação Carlos Chagas, vol. 37, nº 132, pp. 537 – 572, set./dez., 2007.

_____ & LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa. São Paulo/Fundação Carlos Chagas, nº 110, pp. 67 – 104, julho, 2000.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. O corpo educado. Pedagogias das sexualidades. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 151 – 172, 2000.

_____ Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 3ª ed. rev. e aumentada, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CARDIM, F. Coisa de gente grande: representações dos adultos nas histórias da Turma da Mônica. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

CHABAUD, D. & FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Sobre a autonomia relativa da produção e da reprodução. In: KARTCHEVSKY, A. [et. al.] O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 113 – 129, 1987.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. In: Revista Gênero. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem. 2005.

DEJOURS, C. A avaliação do trabalho submetida à prova do real. Cadernos TTO, nº 2, 2008.

DEL PRIORI, M. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

_____ (org.) PINSKY, C. B. (coord. de textos) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

DESPRET, V. O que as ciências da etologia e da primatologia nos ensinam sobre a práticas científicas? Fractal: Revista de Psicologia, v. 23 – n. 1, p. 59-72, Jan./Abr. 2011.

FERREIRA, A. B. H. Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2010.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhe-
te. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____ Ditos e Escritos IV. Estratégia, poder-saber. Ed: Forense Universitá-
rio, Rio de Janeiro, 1999.

_____ A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2000.

_____ Ditos e Escritos V. Ética do cuidado de si como prática da liberda-
de. In: MOTTA, M.B. da (org). Michel Foucault. Ética, sexualidade, política. Rio de
janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____ História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edi-
ções Graal, 2006 [1988].

_____ Arqueologia do saber. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de
Janeiro: Forense Universitária, 7. ed., 2008.

_____ Os anormais: curso de Collège de France (1974-1975). São Paulo:
Editora Martins Fontes, 2010.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Trabalho doméstico. In: HIRATA, H., LABORIE
F., LE DOARÉ, H. & SENOTIER, D. (orgs.) Dicionário crítico do feminismo. São Pau-
lo: Editora UNESP, p. 256 – 262, 2009.

HANNER, J. E. A mulher no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (ver-
são digitalizada de 2009).

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privi-
légio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu. Campinas, vol. 5, pp. 7 – 41, 1995.

_____ 'Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de uma pala-
vra. Cadernos Pagu, n.22. Campinas: Unicamp, pp. 201-246, 2004.

HILLESHEIM, B. & CRUZ, L. R. Literatura infantil como tecnologia de governo da
infância. In: JOBIM, S. & MORAES. Tecnologias e modos de ser no contemporâneo.
Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e 7 Letras, pp. 243-253, 2010.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. Cadernos Pagu. Campinas,
números 17/18, pp.139 – 156, 2001/02.

_____ Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

JOBIM, S. & MORAES, M. Tecnologias e modos de ser no contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e 7 Letras, 2010.

KERGOAT, D. A Relação Social de Sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão. Proposições, Campinas: UNICAMP, vol. 13, nº 1 (37), jan./abr., 2002.

_____ Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H., LABORIE F., LE DOARÉ, H. & SENOTIER, D. (orgs.) Dicionário crítico do feminismo, p. 67 – 75, 2009.

_____ Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, A. [et. al.] O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 79 – 92, 1987.

KERGOAT, D. & HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, vol. 37, nº 132, p. 595 – 609, set./dez. 2007.

LOURO, G. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARUANI, M. & HIRATA, H. As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003.

MELO, H., CONSIDERA, C. & SABBATO, A. Os afazeres domésticos contam. Economia e Sociedade. Campinas, vol. 16, nº 3 (31), dez., pp. 435 – 454, 2007.

MORAES, M. L. Q. Cidadania no feminino. In: PINSKY, J. & PINSKY, C. B. (orgs.) História da Cidadania. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

NEVES, I. R. LER: trabalho, exclusão, dor, sofrimento e relação de gênero. Um estudo com trabalhadoras atendidas num serviço público de saúde. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, vol. 22, n 6, pp. 1257 – 1265, jun, 2006.

NEVES, M. Trabalho e saúde mental – a dor e a delícia de ser (tornar-se) professora. Tese de Doutorado em Ciências da Saúde. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

PERROT, M. Minha história das mulheres. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PINSKY, C. B. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORI, M. (org.) PINSKY, C. B. (coord. de textos) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, p. 607 – 639, 2011.

_____ & PEDRO, J. M. Nova história das mulheres no Brasil. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2012, volume 1, 555p.

PORTOCARRERO, V. Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. Porto Alegre (UFRGS): Educação e realidade, volume 29, nº1, jan/jun., pp. 169 – 185, 2004.

RAMMINGER, T. Entre a normatividade e a normalidade: contribuições de G. Canguilhem e M. Foucault para as práticas de saúde. Rio de Janeiro (UERJ): Mnemosine, volume 4, nº2, pp. 68-97, 2008.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M., Rago, M. et al. (orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998 (2006 – segunda reimpressão).

_____ Descobrimo historicamente o gênero. Cadernos Pagu. Campinas, vol. 11, pp. 89 – 98, 1998.

_____ Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORI, M. (org.) PINSKY, C. B. (coord. de textos) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, p. 578 – 606, 2011.

RODHEN, F. Uma ciência da diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

_____ Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

ROLNIK, S. Cartografia sentimental. Transformações contemporâneas do desejo, Editora Estação Liberdade: São Paulo, 1989.

SANTOS, L. Mulheres e revistas: a dimensão educativa dos periódicos femininos Jornal da Moças, Querida e Vida Doméstica nos anos 1950. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.

SANTANA, E. Ideologia e poder nas histórias em quadrinhos: aspectos do micro-universo feminino na Turma da Mônica. Dissertação de Mestrado. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2005.

SILVA, M. & NETO, E. Relações de gênero nas histórias em quadrinhos infantis: desafios às práticas educativas na perspectiva da cultura visual. *Revista Educação Visual & Linguagem*. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, vol. 13, n° 22, jul./dez., pp.192- 213, 2010.

SOUZA, M. Almanaque historinhas de uma página. Turma da Mônica. Rio de Janeiro: Editora Panini Brasil LTDA e Estúdios Maurício de Souza, nº 9, fevereiro, 2014.
SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. *Trabalho, Educação, Saúde*. Rio de Janeiro, vol. 9, supl.1, pp. 19-45, 2011.

SCOTT, J. W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, G. & PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente – Vol. 4: O século XIX*. São Paulo: Edições Afrontamento, pp. 443 – 475.

_____ Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez., pp. 71 – 99, 1995.

SORJ, B., FONTES, A. & MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. In: *Cadernos de pesquisa*, v. 37, nº 132, pp. 573 – 594, set./dez. 2007.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SPINK, M. J. & SPINK, P. *Práticas cotidianas e a naturalização das desigualdades. Uma semana de notícias de jornais*. Editora Cortez, 2006.

STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.

WOLF, V. *Profissões para mulheres e outros artigos*. Porto Alegre, RS: L & PM, 2012.

Endereços eletrônicos utilizados:

<http://www.domesticalegal.com.br>, acessado em 11/11/2012.

[http:// www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/05/25/mulheres-dedicam-muito-mais-tempo-ao-trabalho-domestico-aponta-ipea](http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/05/25/mulheres-dedicam-muito-mais-tempo-ao-trabalho-domestico-aponta-ipea), acessado 23/05/2013.

http://www.mte.gov.br/trab_domestico, acessado em 29/05/2013.

<http://www.turmadamonica.com.br>, acessado em 2013 e 2014.

[http:// www.paninicomics.com.br](http://www.paninicomics.com.br), acessados em 2013 e 2014.